



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

**MIGRAÇÕES RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: VIVÊNCIAS DE
FAMÍLIAS DE ITAPURANGA/GO**

Flávia Sousa Oliveira

Goiânia
2015

FLÁVIA SOUSA OLIVEIRA

**MIGRAÇÕES RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: VIVÊNCIAS
DE FAMÍLIAS DE ITAPURANGA/GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócio.

Área de Concentração: Agricultura Familiar e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Goiânia
2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO – PPAGRO**

Dissertação de Mestrado

**“MIGRAÇÕES RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: VIVÊNCIAS DE
FAMÍLIAS DE ITAPURANGA-GO”**

Autora

Flávia Sousa Oliveira

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio.

Aprovada por:

Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin
Orientador

Cleonice Borges de Souza
Membro da Banca EA/UFG

Marilda Aparecida de Menezes
Membro Externo da Banca

Goiânia, 19 de fevereiro de 2015.

Dedico esse trabalho, com muito carinho, a toda a minha família, que sempre me incentivou nesta árdua tarefa da vida acadêmica, em especial, aos meus pais, Romero e Maria de Lourdes, aos meus irmãos Eber e Fabiana.

AGRADECIMENTOS

Manifesto meus agradecimentos a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho, em especial:

A Deus pela realização de mais um sonho.

Ao Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin, meu orientador, obrigada pela confiança, amizade, apoio e pela inestimável ajuda na elaboração deste trabalho.

Aos professores da Escola de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio – UFG que me ensinaram muito.

A coordenação e funcionários da Escola de Agronomia e do Programa de Pós- Graduação em Agronegócio – UFG, pela disponibilidade em me ajudar, sempre que necessário.

Aos membros da banca de qualificação e da banca de defesa da dissertação pelas contribuições essenciais;

Aos entrevistados que se dispuseram a colaborar com esse estudo e que compartilharam comigo suas experiências e expectativas de vida e também me ensinaram muito. Em especial, aos agricultores familiares e demais moradores entrevistados em Itapuranga que esbanjaram receptividade e compartilharam informações valiosas.

Aos amigos do Curso do Mestrado que tive o privilégio de conhecer e compartilhar as alegrias e agonias dessa empreitada. De quem a distância e o tempo nunca vai me separar, pois fazem parte do meu coração. Em especial, a Renata Maria Miranda Rios Resende.

A Capes, pela concessão de uma Bolsa de mestrado, que possibilitou meu aperfeiçoamento profissional e dedicação a este trabalho.

Aos meus familiares, especialmente, aos meus pais e meus irmãos pela colaboração, carinho e compreensão.

Ao meu namorado que sempre me apoiou e dividiu comigo todas as angústias e alegrias dessa jornada.

Aos amigos e amigas, pela força e compreensão nos momentos de ausência.

EPÍGRAFE

Torrão Sagrado

Cantá e tocá viola sempre foi o meu lazer
O artista sertanejo fala daquilo que vê
Eu quero bastante atenção no meu modo de dizer
Com muita sinceridade, aqui da nossa cidade, falaremos com prazer

Terra de muita riqueza, de um povo inteligente
É progredindo que vamos com nosso país para frente
Para acompanhar o progresso temos gente competente
Eu falo e ninguém se zanga que a nossa Itapuranga tem um futuro excelente

Ao estado de Goiás aqui vai o nosso recado
Nesta simples homenagem a este torrão sagrado
É a cidade do progresso, que já está sendo sucesso entre as melhores do Estado

Sou mineiro de nascença, goiano de criação
Minas que me deu a vida e Goiás me deu proteção
De Minas eu sinto saudade, por Goiás tenho paixão
Terra boa, farturenta, sua produção sustenta grande parte da nação.

Zé Lemes

RESUMO

Os estudos sobre os processos migratórios tendem a concentrar na análise das pessoas que migram para outros lugares, sendo raros os estudos que enfocam a perspectiva dos familiares que permanecem nos locais de origem. O objetivo da pesquisa é analisar as migrações como uma experiência vivida pelas famílias de agricultores que permanecem no município de Itapuranga, Estado de Goiás. Esse município possui uma ampla representatividade na agricultura familiar e, nas últimas décadas, também ficou marcado pelos intensos fluxos migratórios, especialmente internacionais. Essa pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de caso, realizado em Itapuranga, sendo que as técnicas de pesquisa para o levantamento de dados de campo foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação e entrevistas semiestruturadas, realizadas com as famílias de agricultores familiares que tiveram algum parente ou amigo que migrou, além de entrevistas com informantes-chave. A reconstrução dos processos migratórios na agricultura familiar itapuranguense indica a existência de uma população rural migrante, construída gradativamente desde a constituição do município, através de uma sucessão de fluxos migratórios que culminaram nas migrações internacionais. Os processos migratórios vivenciados pelos agricultores familiares nas décadas de 1960 a 1980 estão relacionados com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo. As migrações internacionais trazem implicações para as famílias que permaneceram em Itapuranga, estando estas evidentes na redução de mão de obra familiar, no agravamento de doenças, na reorganização familiar e no luto migratório, as quais vão impactar diretamente na dinâmica familiar e na organização da propriedade. Muitos migrantes rurais retornam para Itapuranga e esses retornos também afetam o desenvolvimento da agricultura familiar. Com sua bagagem migratória internacional, os migrantes rurais retornados alteram suas relações com a terra e com a família e constroem novas identidades rurais. A pesquisa conclui que, os processos migratórios desenvolvidos em Itapuranga integravam lutas históricas para reproduzir socialmente meios e modos de vida dos agricultores familiares.

Palavras-chave: agricultura familiar, migrações rurais e família.

ABSTRACT

The studies about the migratory processes tend to concentrate on the analysis of the people who migrate to other places, being rare studies that focus on the family perspective that remain in their places of origin. The objective of this research is to analyze the migrations as an experience lived by the families of farmers who remain in the municipality of Itapuranga, State of Goiás. This municipality has a wide representation in family farming and, in recent decades, also was marked by intense migratory flows, especially international. This research is characterized by a case study, carried out in Itapuranga, being that the research techniques for the removal of field data were: bibliographic research, documentary research, observation and semi-structured interviews with the families of family farmers that had some relative or friend who migrated, and interviews with key informants. The reconstruction of migratory processes in family agriculture from Itapuranga indicates the existence of a rural migrant population, built gradually since the constitution of the municipality, through a succession of migratory flows that culminated in international migration. The migratory processes experienced by the family farmers in the decades from 1960 to 1980 are related to the distinct and heterogeneous forms of social, cultural and economic structuring of the Capitalism. The international migrations bring implications for the families that have remained in Itapuranga, being these ones evident in the reduction of family labor, in the worsening of diseases, in the family reorganization and in the migratory mourning, which ones will impact directly on the family dynamics and in the organization of the property. Many rural migrants return to Itapuranga and these returns also affect the development of family farming. With their migratory international luggage, the rural migrants returned change their relationships with the land and with the family and build new rural identities. The research concludes that, migratory processes developed in Itapuranga integrated historical struggles to reproduce socially means and ways of life of the family farmers.

Keywords: family farming, rural migrations and family.

SUMÁRIO

Introdução	11
Questões metodológicas: migrações rurais e agricultura familiar	13
Procedimentos metodológicos	23
Plano da obra	29
I. Agricultores familiares de Itapuranga/GO: processos migratórios historicamente construídos	30
1.1 As razões da migração	31
1.1.1 Interfaces entre a questão da terra e as migrações	33
1.1.2 Modernização da agricultura e migrações no cenário rural de Itapuranga	41
1.1.3 Migração em busca da formação educacional	46
1.2 Travessia de migrantes	48
1.3 O sonho em realização: as conquistas dos migrantes	52
II. Vivências migratórias internacionais de agricultores familiares de Itapuranga/GO	58
2.1 Pré-migração: as motivações	59
2.2 Migração: travessias para cidades e outros países	69
2.3 Pós-migração: viver as ausências	76
III. Retornos de migrantes: tensões, limites e possibilidades na agricultura familiar de Itapuranga	91
3.1. O retorno: motivações dos retornados	92
3.2. Reencontros vividos em Itapuranga: a memória dos familiares	104
3.3. Concretização do retorno: inserções e tensões	110
3.4. Agricultura familiar em Itapuranga: perspectivas futuras	122
Considerações finais	131
Referências bibliográficas	140
Anexos	148

LISTA DE SIGLAS

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CAPES - Coordenação de aperfeiçoamento de Nível Superior

COOPERAFI - Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EUA- Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMB - Instituto Mauro Borges

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Sem Terra

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

SEPIN – Secretaria de Política de Informática

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás

UFG- Universidade Federal de Goiás

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

INTRODUÇÃO

As migrações são fenômenos sociais relevantes, tanto na perspectiva histórica quanto na contemporânea. A temática das migrações vem ocupando as principais pautas nas agendas de estudos de amplas redes de pesquisadores, centros, grupos, núcleos e projetos de pesquisa, que, a partir de interesses locais, nacionais e internacionais, procuram avançar no que se refere à interlocução com as diferentes perspectivas de análise dos processos migratórios, pautadas nas implicações passadas, nas discussões presentes e nas projeções futuras (TEIXEIRA; BRAGA; BAENINGER, 2012).

A princípio, entende-se por migração o movimento pelo qual um indivíduo se desloca de uma região geográfica para outra. Logo, é toda a movimentação de pessoas que ocorre de um lugar para outro e que implica uma mudança de residência. Ela pode ser abordada sob dois enfoques diferentes: a emigração e a imigração. A primeira consiste no movimento de saída de pessoas de um determinada área geográfica para se instalar em outra, enquanto a segunda pode ser compreendida como o movimento de entrada de estrangeiros em um país diferente. Assim, há o emigrante, aquele que saiu de sua própria sociedade, e o imigrante, aquele que chegou a uma terra de estranhos. Paradoxalmente, uma pessoa pode ser emigrante e imigrante, uma vez que, ao voltar, o emigrante, torna-se um imigrante em sua terra de origem (SAYAD, 1998).

As migrações podem ser definitivas, de retorno, temporárias e circulares. Entende-se por migrações temporárias aquelas que se desenvolvem tanto no contexto inter-regional quanto no intrarregional. De acordo com Martins (1986), o migrante temporário é aquele que se considera “fora de casa” ou “fora do lugar”, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. A ausência é o núcleo da consciência do(a) migrante temporário(a), o que reflete a sua duplicidade de socializações, tendo em vista que ele é sempre o que vai voltar a ser, e não o que é. Portanto, a circularidade é uma característica permanente das migrações temporárias.

A migração de retorno está fundamentada na ideia de que existe um ponto de origem e um ponto de retorno. Entretanto, vale destacar que o próprio migrante não vê a sua volta como um retorno, afinal ele não abandona a sua origem para se fixar no destino; logo, a migração representa um elo de contato permanente entre os locais.

As migrações definitivas são aquelas que implicam um rompimento completo e definitivo com o país ou região de origem. Nesse caso, o migrante tem que enfrentar não só os

problemas psicológicos, políticos e econômicos, como também os de ordem cultural, uma vez que encontra condições de vida muito diferentes daquelas que vivenciou até o momento da migração (SILVA; MENEZES, 2006).

Portanto, as diversas categorias de migrações percorrem inúmeros espaços sociais no Brasil e também fora dele, na tentativa de acesso à terra, ao trabalho, à moradia, à saúde e à educação. Nesse sentido, desde as culturas mais antigas até a migração atual para países de primeiro mundo, sempre existiram grandes fluxos populacionais associados a importantes processos históricos, motivados por fatores políticos, ambientais, culturais e, principalmente, econômicos.

No entanto, o estudo de problematização de conceitos e tipologias de migrações realizado por Menezes (2012b) indica que as reconfigurações nas migrações no Brasil, quanto a origens, destinos, duração e grupos que migram, estão exigindo uma revisão das perspectivas teóricas, bem como das tipologias – migrações sazonais, temporárias, de retorno, definitivas, nacionais, internacionais, rurais-urbanas – que foram formuladas, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970. Assim, a autora destaca os esforços consideráveis de pesquisadores, tais como Brito (2009), Silva e Menezes (2006) e Almeida e Baeninger (2011), no sentido de compreender as novas características dos processos migratórios e suas repercussões em termos da construção das categorias e conceitos.

No contexto goiano, não existem estudos que analisam as migrações como uma experiência vivida pelos agricultores familiares que permanecem nos locais de origem. Por isso, esta dissertação justifica-se na medida em que traz uma abordagem inovadora, ao analisar as particularidades dos processos migratórios a partir da perspectiva dos agricultores familiares que permanecem em Itapuranga/GO. O estudo procura compreender as maneiras singulares de cada família vivenciar os processos de migração, observando as inter-relações entre as motivações do migrar e as práticas e sentimentos de familiares que ficaram na cidade. Para uma maior compreensão dos processos migratórios como uma experiência vivida pelas famílias de migrantes, estudaram-se os principais elementos objetivos, ideológicos, estruturais, culturais e subjetivos, avaliando os impactos e as consequências das migrações, expressos nos relatos dos agricultores que ficaram em Itapuranga.

Para conhecer as vivências dos agricultores familiares envolvidos nos processos migratórios, é importante analisá-las nos diferentes contextos históricos e nos diferentes espaços, principalmente nas suas particularidades. A questão central desta dissertação é: como os agricultores familiares de Itapuranga/GO vivenciaram e vivenciam os processos

migratórios, desencadeados na década de 1960 e verificados até a atualidade, considerando as percepções dos grupos familiares que permanecem?

Em razão da questão levantada, o objetivo principal do estudo é analisar os trajetos migratórios como experiência vivida pelas famílias de agricultores que permaneceram em Itapuranga, no esforço de compreender as razões que desencadearam as migrações nacionais e internacionais, bem como as dinâmicas que envolvem os processos migratórios e os impactos sociais que estes trazem para os familiares que permanecem. Mais especificamente, os objetivos da pesquisa são: 1) analisar as particularidades dos processos migratórios vivenciados pelos agricultores familiares de Itapuranga, desencadeados entre as décadas de 1960 e 1980; 2) estudar as vivências das famílias nos processos migratórios de agricultores familiares de Itapuranga no contexto das últimas décadas, quando da intensificação da migração internacional; e 3) analisar os projetos de vida e sentimentos das famílias diante dos processos de sucessão hereditária e envelhecimento dos chefes de família ou retorno de familiares que experimentaram migrações internacionais.

Para obter maior conhecimento a respeito da temática proposta, realizou-se um estudo de caso em Itapuranga, para compreender como os agricultores vivenciaram e vivenciam intensos fluxos migratórios de algum familiar. O município goiano está localizado no território da cidadania Vale do Rio Vermelho e foi escolhido para compor este estudo devido ao fato de que sua agricultura familiar possui uma representatividade superior a 80% dos estabelecimentos rurais, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006).

Questões metodológicas: migrações rurais e agricultura familiar

A análise das migrações rurais, neste estudo, fundamenta-se na teoria da migração como uma experiência vivida. O estudo das experiências migratórias, expressas em discursos e depoimentos de quem fica, é possível porque a família é também signo importante nesse processo. Segundo Silva e Melo (2009, p. 41), “partir e ficar são faces de uma mesma realidade social, que, embora dividida no espaço, acha-se unida no tempo”. Logo, esses sujeitos produzem estratégias, em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida, para garantir a própria sobrevivência e a de sua família, tanto no “lugar de origem”, como no “lugar de destino”.

Nessa perspectiva analítica, de acordo com Prado Júnior (1963), em sua pesquisa sobre as origens históricas da formação social brasileira, a agricultura é uma parte importante na constituição da civilização e é responsável pela movimentação inicial da população no

espaço geográfico em busca de terras mais férteis para o cultivo de espécies alimentares. No Brasil, após a década de 1950, houve um deslocamento das populações não apenas para áreas agrícolas, mas também para os centros urbanos, na tentativa de evitar o fracionamento da pequena propriedade familiar no meio rural, além de ser um mecanismo de aquisição de renda para investir na compra de terras, animais e equipamentos para a propriedade familiar ainda existente no meio rural. Segundo o autor, aqueles que não eram proprietários de áreas rurais percebiam a migração rural-urbana como uma possibilidade de sair da condição de não proprietários, na medida em que investiam o dinheiro conseguido com a condição de empregados, no centro urbano, na compra de pequenas propriedades rurais. Assim, a migração rural-urbana promove o desenvolvimento rural, na medida em que os migrantes têm, nesse processo, a oportunidade de adquirir renda para investir em tal meio.

No entanto, para Lopes (1971), em sua análise sobre o processo de industrialização da sociedade brasileira, as migrações podem ser compreendidas como transferências das populações de regiões estagnadas e arcaicas para regiões modernas, processo que contribuiria para o desenvolvimento do capitalismo. Nesse mesmo sentido, ao pesquisar sobre as migrações internas no Brasil, Singer (1976) observa que as desigualdades regionais podem ser concebidas como arcabouço principal das migrações internas no Brasil, as quais, em sua grande maioria, são resultado da industrialização capitalista. Partindo dessa premissa, o autor considera dois fatores como precursores da saída da população do campo para a cidade: o primeiro seria o fato de que a migração estaria ligada aos fatores de mudança, sendo estes decorrentes da inserção das relações de produção capitalista no meio rural, provocando a expropriação dos camponeses, assim como a expulsão de parceiros, agregados e agricultores não proprietários; o segundo seria a estagnação, que se faz presente sob a forma de crescente pressão populacional a respeito da disponibilidade de áreas cultiváveis, fator este que pode ser justificado pela carência física de terra aproveitável ou pela monopolização da mesma pelos grandes proprietários.

É interessante destacar que, para Singer (1976), as áreas onde os fatores de estagnação são predominantes caracterizam-se por uma população dedicada às culturas de subsistência e que, por motivos de insuficiência física da terra, dificuldades de crédito e de comercialização, elas são áreas produtoras de mão de obra para os latifundiários. Por conseguinte, são áreas processadoras de importantes fluxos migratórios sazonais.

Oliveira (1977), em uma análise crítica às leituras dualistas a respeito do capitalismo brasileiro, vem contrapor a ideia defendida por Lopes (1971) e Singer (1976) no que tange à oposição entre região atrasada e região moderna. Nesse sentido, para o autor, o que de fato

ocorre é um processo de acumulação capitalista que ocasiona diferenças de desenvolvimento no espaço socioeconômico. Portanto, o que existe é uma relação funcional entre as regiões e, dessa maneira, as migrações internas estão vinculadas ao marco do desenvolvimento industrial no Brasil. Na medida em que ocorre a troca de uma atividade econômica em determinada região, automaticamente há um processo de redefinição de papéis em todo o conjunto nacional. Um bom exemplo seria a região Nordeste, que atua como reserva de mão de obra para regiões desenvolvidas, como a Sudeste.

De acordo com o artigo sobre as teorias de migrações de Silva e Menezes (2006), os trabalhos de Lopes (1971), Singer (1976) e Oliveira (1977) trazem uma abordagem centrada no paradigma histórico-estrutural, segundo o qual as migrações são resultantes de fatores de expulsão e de atração, expressando transferências de populações de regiões ou setores econômicos considerados estagnados, arcaicos ou tradicionais para regiões modernas e/ou setores em desenvolvimento. Tais estudos são relevantes para compreender as migrações de significativos grupos sociais da região Nordeste rumo à região Sudeste do Brasil. No entanto, fazem-se necessárias interpretações que incorporem também o significado das migrações para os próprios agentes abrangidos por esse processo social.

Sendo assim, o presente estudo se fundamenta na abordagem teórica proposta pelos autores Garcia Júnior (1989), Martins (1975, 1983, 1986), Menezes (1985, 2002) e Woortmann (1990) de que a migração não significa apenas êxodo rural, mas compõe uma estratégia que pode contribuir para garantir as condições de reprodução das famílias camponesas. O marco referencial adotado para compor esta análise se pauta em Bourdieu (1996, 2003, 2004, 2005 apud AMORIN, 2012) e Sayad (1998, 2000).

Nessa perspectiva, Garcia Júnior (1989), em análise realizada com trabalhadores rurais de engenhos de cana-de-açúcar no estado da Paraíba, Woortmann (1990), em estudo sobre agricultores do Sergipe, bem como Menezes (1985), em sua dissertação de mestrado sobre os trabalhadores rurais do sertão da Paraíba rumo a São Paulo e em seu livro *Rede e enredos nas trilhas dos migrantes* (2002), observam que as migrações do Nordeste para o Sudeste não se caracterizam apenas pela migração definitiva ou pelo êxodo rural. Esses autores indicam que, em diversas situações, muitos migrantes tornam-se operários ou empregados urbanos e retornam às áreas rurais do Nordeste.

Assim, na concepção dos autores, as migrações não se resumem à transferência de força de trabalho entre regiões menos desenvolvidas e mais desenvolvidas ou entre setores arcaicos e modernos, de forma que os agentes sociais aparecem como seres passivos de um processo determinado exteriormente pela estrutura social ou pelos processos de acumulação

capitalista. Logo, a migração de camponeses não seria fruto apenas da inviabilidade de suas condições de existência, mas representaria também suas próprias práticas de reprodução social. Portanto, migrar implicaria a alternativa de permanência da condição camponesa e da moradia no campo. Logo, a migração assume um caráter simbólico-ritual.

Complementando essa leitura, Martins (1983) acrescenta que o camponês brasileiro não é um enraizado. Pelo contrário, é desenraizado, é migrante, é itinerante. Entretanto, a migração, o não ter raízes numa terra determinada ou numa propriedade definida, é resultado, fundamentalmente, do avanço do capital sobre a terra. Nesse sentido, a permanência do homem no campo não é estática e está relacionada com as diversas formas de estruturação econômica, política, cultural e social do capitalismo no meio rural brasileiro. Assim, faz-se necessário um recorte temporal e espacial no estudo das migrações dos agricultores familiares, a partir do qual – e através da busca de informações sobre experiências vividas – poderão ser identificados os processos migratórios decorridos, assim como as características que os definem.

O estudo de Silva (1997) na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, para a qual migravam milhares de pessoas para os trabalhos de colheita da cana-de-açúcar anualmente, mostra a permanência das migrações temporárias, cujo período de duração era em torno de dez meses, a cada ano. Logo após o término do corte da cana, os trabalhadores se deslocavam para outras regiões e atividades – como para as colheitas do algodão e amendoim –, retornando aos locais de origem por apenas alguns dias, em visita à família ou por ocasião das festas. Diante desse fenômeno, eram produzidos verdadeiros corredores de migração e, ao final, o lugar de destino era sempre o mesmo, assim como o tempo de permanência.

Contudo, segundo Menezes (2012b), essa circularidade presente nas migrações temporárias não implica a reprodução da mesma situação social. Ou seja, o caminho percorrido para fechar o círculo não é igual ao realizado para iniciá-lo, afinal a circularidade não ocorre apenas uma vez. Muitas vezes, ela acontece durante toda a vida desses agentes sociais. Assim, ela é permanente, e o migrante temporário é permanentemente temporário.

As discussões de Martins (1986, p. 49), no artigo “O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil”, contribuem para a definição e compreensão do migrante temporário. O autor define-o como “aquele que considera a si mesmo fora de casa ou fora do lugar, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente”. Para o autor, “se a ausência é o núcleo da consciência do(a) migrante temporário(a), é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, ele(a) se mantém, pois, na duplicidade de suas socializações”. A demora desse reencontro define o migrante temporário.

De acordo com o estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor canavieiro realizado por Cover (2011), o trabalho de Martins (1986) tem a particularidade de focar a análise nos sujeitos dessa ação, ou seja, nos migrantes, privilegiando como eles tratam, subjetivamente, as suas experiências de viver entre espaços sociais e temporais diferenciados. O autor também ressalta que o sentimento de ausência é fundamental para compreender se a migração terá um caráter definitivo ou não. Esse sentimento, muitas vezes, caracteriza toda a trajetória do migrante e da sua família, mesmo quando, em termos demográficos, possam ser definidos como migrantes definitivos. O sentimento de ausência também se faz presente, muitas vezes, na representação dos lugares onde moram os migrantes, considerados “de transição”, “provisórios”, como é o caso da categoria “barraco”, utilizada pelos migrantes paraibanos para nomear as casas ou, também, as chamadas pensões, os alojamentos da área canavieira, enquanto suas moradias na Paraíba são chamadas de “casa”.

Inserida nesse mesmo contexto, Menezes (2012a), em estudo sobre a dupla face da migração de jovens em famílias camponesas do estado da Paraíba, evidenciou que a migração é uma estratégia intergeracional de reprodução da unidade de produção familiar e conquista da autonomia dos jovens e que ela se caracteriza como um ritual de passagem na vida dos jovens em busca da construção de sua autonomia, sendo transmitida de geração a geração. A princípio, a migração se daria por motivos econômicos, pela precariedade das condições de reprodução familiar e por dificuldades de acesso à renda. Nesse sentido, as diversas trajetórias migratórias buscam o aumento da renda familiar e individual dos jovens em trabalhos assalariados fora da propriedade rural. Portanto, a renda oriunda da migração destina-se ao consumo e a investimentos nos locais de origem, principalmente na aquisição de terra e reforma da casa.

Nesse ponto, ao analisar o impacto das migrações internas – em particular, a nordestina – e da urbanização no processo de formação da classe trabalhadora brasileira entre os anos 1940 e 1960, Fontes (2002) assinala que o fator socioeconômico foi de suma importância nos processos migratórios e no desenvolvimento capitalista brasileiro. Todavia, para o autor, a supervalorização dos fatores econômicos acaba por desprezar o papel dos próprios migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo. Afinal, eles também são agentes do seu próprio movimento e, conseqüentemente, também contribuem na moldagem do processo migratório.

Silva e Menezes (2006) acrescentam que os migrantes nordestinos no estado de São Paulo não se reconhecem como tais, mas se veem como trabalhadores, moradores, colonos, pequenos proprietários, serventes de pedreiro ou garimpeiros. Ou seja, são agentes ativos do

processo migratório, o qual representa um mecanismo de reprodução das suas condições de vida. Segundo Silva e Melo (2009), a princípio, os migrantes podem ser compreendidos como trabalhadores frutos de determinadas relações sociais, as quais podem resultar de processos de violência e expropriação. Por conseguinte, o migrante se insere numa realidade social, determinada por laços sociais (familiares, religiosos, ideológicos, de grupos de vizinhança, de valores etc.), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. Portanto, a denominação abstrata de migrante esconde o conjunto de situações concretas e particulares que definem sua identidade individual e social.

Porém, cabe ressaltar, os estudos mais contemporâneos sobre as migrações trazem outra reflexão pautada na premissa anunciada por Flores (2010 apud MENEZES, 2012b, p.32), em pesquisas sobre as migrações de trabalho e mobilidade territorial, de que “a migração se transformou em um fenômeno de mobilidade”. A análise desenvolvida pela autora vem contrapor a concepção das migrações enquanto deslocamentos populacionais entre áreas de origem e de destino, que se situa no paradigma histórico-estrutural das migrações. Para Flores (2010), o mais importante é a capacidade dos migrantes em circular, construir e apropriar-se de espaços, produzindo, dessa maneira, territórios e identidades sociais.

Em uma perspectiva similar, Almeida e Baeninger (2011), em estudo sobre as migrações internacionais, chamam a atenção para o aumento dos fluxos internacionais e para a heterogeneidade nos tipos de mobilidades, que faz necessária a revisão dos paradigmas micro e macroestruturais da realidade migratória, bem como a necessidade de abordagens conciliatórias das perspectivas micro e macroestruturais. Ainda segundo as autoras, a própria definição de migração deve ser repensada, buscando-se novos conceitos mais abrangentes, como, por exemplo, de campo e de espaço migratório.

Segundo Silva e Menezes (2006), torna-se necessário um deslocamento das noções estáticas de origem e destino ou das tipologias de migração para noções que tentam dar conta da heterogeneidade dos migrantes e outros atores envolvidos nos processos migratórios, da intensidade dos movimentos migratórios, das diferenciações dos fluxos, dos espaços e de outras dimensões dos processos migratórios. Sob esse prisma, segundo Menezes (2012b), os migrantes assumem o centro das análises e discussões enquanto sujeitos que, embora condicionados por fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, também atuam sobre esses fatores, atribuindo-lhes novos significados, construídos a partir de seus projetos de vida individuais e familiares.

No conjunto das propostas para a análise das migrações rurais, um dos fatores importantes, que desperta a atenção dos pesquisadores que se dedicam aos estudos sociais

rurais, é a categoria social agricultura familiar. A relação entre migrações rurais e agricultura familiar torna-se mais rica quando se define qual agricultura familiar está sendo abordada. Nesse sentido, como os agricultores familiares são objeto de estudo da presente dissertação, a princípio, faz-se necessária uma reflexão conceitual do termo “agricultura familiar”, que não se trata de um termo propriamente novo, mas cujo uso tem ganhado novas significações.

Sob a perspectiva legal, a Lei n. 11.326/2006 considera

agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Assim, no aspecto legal, o termo “agricultura familiar” assume um caráter mais operacional, centrado num grupo social bastante heterogêneo. Por isso, o Estado, ao determinar esses parâmetros, não conseguiu resolver as questões conceituais referentes à definição do que se entende por agricultor familiar, tendo em vista que tais homogeneizações propostas não condizem com a realidade encontrada no espaço rural brasileiro, caracterizado pela diversidade de agricultores.

Entretanto, nos estudos sociais rurais, é possível encontrar diversas reflexões para a delimitação conceitual da agricultura familiar, as quais propõem um tratamento mais analítico e menos operacional do termo. Nesse sentido, a reflexão teórica conceitual dessa categoria social proposta por Neves (2007) e Wanderley (2003) apresenta-se adequada para este estudo.

Conforme Neves (2007), o termo “agricultura familiar” é uma categoria socioeconômica e pode ser compreendido de diversas maneiras, dependendo do contexto no qual é abordado. Portanto, no campo geral, *agricultura familiar* corresponde a formas de organização da produção em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos, interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor.

No entanto, segundo Neves (2007), o termo “agricultura familiar”, até cerca de 1984, não era empregado pela produção acadêmica que debatia os assuntos referentes aos agentes sociais presentes no meio rural brasileiro. Os critérios empregados na categorização desses

agentes destacavam aspectos relacionados à renda, às formas de vinculação ao mercado e às formas de produção, assim como às formas de apropriação do produto do trabalho.

A partir de 1990, o termo começou a ser empregado nos campos acadêmicos americanos e europeus, sendo comumente utilizado para nomear o modelo de integração entre agricultura familiar e agroindústria, levando em consideração as relações de exclusão social e de subordinação dos agricultores. No Brasil, a princípio, o termo “agricultura familiar” foi aplicado por pesquisadores multidisciplinares e por representantes políticos dos trabalhadores rurais. No contexto político, seu uso objetivava estabelecer uma categoria classificatória, fundamentada em aspectos socioeconômicos e dotada de direitos sociais. Ou seja, pesquisadores e representantes políticos dos trabalhadores rurais almejavam definir outra representação da sociedade brasileira e, assim, garantir o reconhecimento e a legitimidade das ações políticas de grupos que buscavam um enquadramento profissional, como os trabalhadores rurais, os agricultores parcelares e os assentados (NEVES, 2007).

Partindo da delimitação conceitual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Neves (2007) destaca que há certa dificuldade em conferir um valor conceitual à categoria agricultura familiar, tendo em vista que as posições a esse respeito variam bastante. Segundo a autora, a categoria agricultura familiar encontra no Pronaf um processo de agregação que indica aberturas politicamente conquistadas para outras inclusões, segmentos reconhecidos como franjas periféricas. Logo, o termo “agricultura familiar” assume significados amplos e passa a ter heterogeneidade de usos. A autora destaca que, pelo Pronaf, são integradas diversas categorias socioeconômicas e modos diferenciados de existência social, como os beneficiários de apoio institucional, a exemplo dos ribeirinhos, silvicultores, pescadores, extrativistas, remanescentes de quilombos e indígenas.

Neves (2007) ressalva que essa simplificação dificultou a compreensão dos vários segmentos de agricultores existentes no espaço rural brasileiro, pois o termo “agricultura familiar”, atualmente, passou a designar um grande número de agricultores em diferentes contextos, escondendo as especificidades de cada um deles. Por isso, tem-se tornado amplo, ambíguo e, conseqüentemente, ineficaz para explicar as especificidades da diversidade social existente no espaço rural brasileiro. Inclusive, há casos de agentes sociais que não possuem ligação com a agricultura e associam-se ao termo “agricultores familiares”. Tais agentes procuram se inserir numa categoria reconhecida politicamente para conseguir algum benefício do Estado. Nesse sentido, Neves (2007, p. 17) afirma:

Entretanto, por essa mesma ambiguidade, politicamente o termo ganha eficácia, razão pela qual deve se tornar objeto de tantas mais consagrações políticas. E a tal ponto que, em termos analíticos, pode-se perguntar: - o que se ganha ao identificar agricultores como familiares? Ora, na maior parte das vezes, os traços constitutivos dos agentes produtivos rubricados como agricultores familiares não se encontram na agricultura nem na família, mas no projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica. Nos termos desses emaranhados de sentidos, advogo eu, agricultor familiar é categoria socioprofissional e jamais pode ser compreendida como estado, pois que não tem sentido em si mesma, salvo se acolhem as reificações que lhe dão o estatuto de termo de mobilização política. Da mesma forma, deve ser compreendido como resultado de trajetórias diferentes daqueles que, por diversos interesses, querem assim ser socialmente reconhecidos.

Portanto, como observa Neves (2007), o termo “agricultura familiar” é conceitualmente ambíguo e excessivamente amplo, na medida em que é aplicado mais a uma categorização socioprofissional, a serviço de uma mobilização política, do que necessariamente à definição de um segmento de agricultores. Assim, para uma melhor compreensão dos agricultores familiares, a autora sugere o estudo dos agricultores pautado nas redes de relações sociais em que eles se encontram inseridos.

Para Wanderley (2003), os agricultores familiares modernos não são personagens novos completamente distintos de seus ancestrais camponeses, havendo pontos de rupturas e elementos de continuidade entre essas duas categorias sociais. Portanto, “o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado” (WANDERLEY, 2003, p. 47). Nesse sentido, a autora destaca que um dos pontos de continuidade caracterizador da agricultura familiar é a sua mobilidade espacial, que compõe parte de suas estratégias de reprodução a assegurar a constituição de um patrimônio fundiário estável e transmissível às futuras gerações. Assim, a migração é uma das estratégias de reprodução da agricultura familiar no Brasil.

Levando em consideração as questões teórico-metodológicas apontadas, este estudo busca apreender a problematização dos processos migratórios em Itapuranga, a partir das experiências vividas por agricultores familiares, procurando evidenciar as diferentes percepções dos diversos agentes sociais, no que tange às questões sociais, culturais e econômicas das migrações nacionais e internacionais. Com isso, busca-se compreender a dinâmica que envolve os processos migratórios e os impactos sociais que estes trazem para os agricultores familiares que permanecem no município.

Bourdieu (1996) orienta que, em um estudo qualquer, não é possível estabelecer a lógica exata do mundo social, a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada. Ademais, de acordo com o autor, para uma maior aproximação da realidade social estudada, torna-se necessário adotar como objeto não apenas

a realidade social, mas também a percepção que os agentes sociais têm dessa realidade. Vale ressaltar que as percepções, perspectivas e pontos de vista expressos pelos agentes sociais alteram-se em função da posição que ocupam no espaço social.

Nesse sentido, Bourdieu (1996) destaca que, como os pontos de vista dependem do ponto de vista a partir do qual são tomados, eles podem ser diferentes e mesmo antagônicos, pois a visão que cada agente tem do espaço social depende também de sua posição nesse espaço e dos interesses, benefícios e prejuízos a ele associados. Logo, o posicionamento das pessoas diante da nova situação vivenciada pode estar dependente do lugar que elas ocupam no espaço social, o que as leva ou não a auferir vantagens ou prejuízos.

Um dos principais conceitos desenvolvidos por Bourdieu (2000, 2003, 2004, 2005 *apud* AMORIM, 2012) é o de campo, o qual se refere às distintas esferas de relações sociais, historicamente idealizadas e disseminadas por meio das diversas formas do capital; na cultura, por exemplo, o capital simbólico. Segundo o autor, os agentes participantes em cada campo são abastecidos com as capacidades necessárias à execução das funções e à prática das lutas que os atravessam. Em síntese, os campos são concebidos como esferas sociais de lutas permanentes, seja para manter a posição alcançada no seu interior, seja para alcançar espaço na hierarquia dentro de um campo específico, ou, ainda, na disputa entre campos divergentes que são dotados de autonomia relativa e regulados por normas próprias (AMORIM, 2012).

O campo possui uma estrutura objetiva, composta pela hierarquia de posições, tradições, instituições e história, em que os indivíduos adquirem um corpo de disposições que lhes permite agir conforme as possibilidades existentes no interior dessa estrutura objetiva, o *habitus* (BOURDIEU, 1996, 2003) – que, *a priori*, funcionaria como uma força conservadora no interior da ordem social (AMORIM, 2012). No entanto, o que se almeja aqui é destacar que a vivência em processos migratórios poderá alterar as categorias de percepção e ação internalizadas pelas famílias de migrantes e modificar as relações no interior do campo, transformando as relações sociais e hierárquicas no campo da família. Desse modo, problematizar-se-á em que medida as experiências migratórias poderão afetar as relações estabelecidas entre a família na manutenção e/ou transformação do *habitus*.

Dessa forma, a noção de experiência vivida contribuirá para a compreensão do impacto das migrações na vida das famílias que são partícipes desse processo. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que, quando se tem um(a) familiar emigrado(a), as vivências no novo contexto terão o *habitus* incorporado como pano de fundo, que balizará as relações com os familiares emigrados e também com os que ficaram na terra de origem. Ou seja, ao vivenciar a migração, as famílias têm em vista a ancoragem nas categorias de ação e

percepção antecipadamente internalizadas, o que pode levar à transformação, à ressignificação e, quem sabe, até mesmo à manutenção de elementos constituintes dessa categoria.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento do tema proposto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, realizada com a combinação de diversos procedimentos metodológicos, que envolvem a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso, realizado no município de Itapuranga/GO. Inicialmente, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, com o levantamento de materiais já publicados, tais como livros, artigos, revistas e teses, de acordo com as orientações de Gil (2010). A partir do delineamento bibliográfico, procurou-se construir alguns referenciais teóricos que trabalham a questão da migração, privilegiando a abordagem migratória como uma experiência vivida. Esses referenciais constituíram o eixo condutor da conceituação, análise e interpretação dos processos migratórios na agricultura familiar.

De forma complementar, realizou-se uma busca de documentos sobre o município, para conhecer aspectos de sua produção agrícola, da população e, principalmente, dos agricultores familiares, visando ao entendimento da trajetória percorrida e das particularidades dos processos migratórios ocorridos desde a década de 1960 até a atualidade. A primeira etapa do trabalho foi de compilação e tratamento dos documentos históricos e estatísticos, assim como de levantamento de documentos e da produção bibliográfica existente sobre Itapuranga. A pesquisa documental envolveu levantamento de dados documentais junto aos órgãos responsáveis pelos censos, com o intuito de obter dados demográficos e socioeconômicos referentes ao município. Ancorando-se em documentos significativos, buscou-se analisar e ilustrar historicamente os dados expostos pela pesquisa bibliográfica e pelos depoimentos, como também complementar e contextualizar as informações e os resultados alcançados no estudo de caso.

Para melhor compreender as percepções de agricultores familiares envolvidos nos processos migratórios desde a década de 1960 até os dias atuais, fez-se um estudo de caso em Itapuranga, município marcado pela forte presença de agricultores familiares e pelas migrações nacionais e internacionais. Segundo Gil (2010), o estudo de caso é encarado como um delineamento mais apropriado para a investigação de acontecimentos mais contemporâneos, dentro de seu contexto real. Nesse sentido, a pesquisa de campo procurou captar as vivências singulares das famílias de agricultores familiares que permanecem no

município em suas inter-relações, suas motivações para migrar e os sentimentos que jazem vivos na memória de quem fica.

Itapuranga está localizada na mesorregião do Centro Goiano e na microrregião de Ceres, limitando-se com os municípios de Heitorai, Goiás, Guaraita, Morro Agudo de Goiás, Uruana e Carmo do Rio Verde. O município está inserido no bioma Cerrado e ocupa uma área de, aproximadamente, 1.277 km², segundo Resolução n. 05, de 10/10/2002, o que corresponde a 0,38% da área total do estado de Goiás. Itapuranga é formada pelos distritos de Cibele e Diolândia e pelos aglomerados rurais de Lages e São José (IMB, 2014).

De acordo com dados da Tabela 1, sobre os imóveis rurais cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Itapuranga, em 2003, apresentava 82,97% dos imóveis rurais classificados como pequenas propriedades. Todavia, eles ocupavam apenas 34,1% da área total dos imóveis rurais; 14,31% eram médias propriedades e 2,71% eram grandes propriedades, que, apesar de serem em menor número, representavam 29,57% da área total dos imóveis rurais do município.

Tabela 1 – Imóveis rurais cadastrados no INCRA, no contexto do município de Itapuranga. Posição: Outubro/2003.

Itapuranga	Módulo fiscal* (ha)	Parâmetros (ha)	Imóveis rurais	
			Quant. (%)	Área (%)
Pequena propriedade ¹	20	De 0 a 80	82,97	34,07
Média propriedade ²		De 80 a 300	14,31	36,36
Grande propriedade ³		Mais de 300	2,71	29,57

Fonte: Incra. Estatísticas cadastrais: elaboração Dieese e Seplan-GO/Sepin/Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005. Dados organizados pela autora. Nota: *módulo fiscal = 0 – 4 ha; 1 Pequena propriedade – até 4 módulos fiscais; 2 Média propriedade – mais de 4,1 a 15 módulos fiscais; e 3 Grande propriedade – mais de 15,1 módulos fiscais

A origem de Itapuranga remonta à fase do ciclo do ouro, mais especificamente ao período compreendido entre o seu apogeu e a sua decadência, quando a região serviu como local de passagem entre os arraiais onde o ouro foi encontrado. De acordo com Brandão (1986), os municípios do entorno da Cidade de Goiás, entre eles Itapuranga, foram usados durante dois séculos unicamente como caminhos, não tendo grande significado econômico. A origem dessa povoação data de 1933, quando os frades dominicanos, sediados na cidade de Goiás, solicitaram o título de posse das terras devolutas situadas à margem esquerda do Ribeirão Canastra, para a constituição de um patrimônio, sob a invocação de São Sebastião.

Segundo Silva e Pinheiro (2009), em seu artigo “Itapuranga: representação de nosso passado”, a formação da cidade de Itapuranga foi acentuada com o surto migratório, ensejado no contexto da “Marcha para Oeste”, programa promovido pelo Estado entre as décadas de 1940 e 1950, o qual acelerou o crescimento populacional da região. Ainda segundo os referidos autores, com o aumento populacional, surgiu a necessidade de uma maior

representatividade de Itapuranga junto à sede do município ao qual estava jurisdicionada, Goiás. Nesse sentido, um grupo de pessoas se organizou e percebeu a necessidade de ter mais respaldo nas suas decisões políticas, principalmente no que se referia às decisões tomadas para o vilarejo.

Em 1944, o povoado foi elevado à categoria de distrito pertencente ao município de Goiás. A princípio, recebeu o topônimo de “Xixá”, em alusão às lembranças da primeira missa celebrada à sombra de um enorme pé de chichazeiro, árvore típica da região. Conforme a Lei n. 748, de 03/07/1953, o povoado de Xixá foi elevado à categoria de município, agora com a denominação de Itapuranga, que, em tupi, significa “pedra vermelha” ou “lugar de pedras bonitas”.

Segundo dados do IBGE (2010), Itapuranga, no ano de 2010, possuía uma população de 26.125 habitantes, sendo 21.235 pertencentes à área urbana e 4.890 à área rural. Ainda segundo dados do censo agropecuário do IBGE relativos ao ano de 2006, a representatividade da agricultura familiar em Itapuranga é superior a 80% do total dos estabelecimentos rurais. Das 1.459 propriedades rurais existentes no município, 1.121 são classificadas como de agricultura familiar, cuja atividade econômica gira em torno da produção de leite, maracujá, banana, mamão, uva, pimenta, milho e arroz. Itapuranga também possui uma representação significativa no estado de Goiás, ocupando o décimo segundo lugar entre os municípios com o maior número de estabelecimentos categorizados como agricultura familiar.

Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares de Itapuranga estão voltadas para a diversificação produtiva, cujo objetivo principal é atender às necessidades alimentares da família e à comercialização do excedente. As propriedades familiares com área de até 15 hectares, além da produção agrícola de gêneros alimentícios, dedicam-se também à criação de animais (galinhas, suínos e bovinos), além dos cultivos mercantis de hortaliças e frutíferas. Já as propriedades com áreas maiores produzem culturas alimentares e frutíferas, mas têm como atividade principal a pecuária leiteira (MATOS, 2007).

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos. A princípio, foram realizadas dezoito entrevistas semiestruturadas para conhecer a perspectiva dos agricultores familiares e informantes-chave acerca de questões relativas às suas vivências familiares diante dos processos migratórios. Nesse momento, a pesquisa foi realizada juntamente com a Laila Mayara Drebes, mestranda da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e orientanda do professor Joel Bevilaqua Marin, que também estava pesquisando sobre migração, mas na perspectiva dos jovens rurais e das migrações internacionais. De maneira complementar, foi realizada uma segunda etapa de pesquisa de campo, para dirimir algumas dúvidas e

complementar alguns dados que não foram contemplados na primeira visita. Nessa segunda etapa, foram realizadas três entrevistas, das quais duas foram dirigidas a famílias que já haviam participado da primeira etapa, não sendo contabilizadas novamente na soma total dos entrevistados. Assim, foram realizadas dezenove entrevistas no município de Itapuranga, no universo de informantes-chave e de agricultores familiares que tinham parentes migrantes e que permaneceram nas diversas comunidades rurais do município. As entrevistas realizadas podem ser classificadas como semiestruturadas, tipo de entrevista que, segundo Minayo (2010, p. 64), “garante ao pesquisador construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa e qualitativo-entrevistas em profundidade, ocasião em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema”. O uso do roteiro de entrevistas semiestruturadas possibilitou um melhor diálogo com os grupos almejados.

Os entrevistados foram dispostos em dois grupos. O primeiro, denominado “informante-chave”, englobou pessoas que, de uma forma ou de outra, estavam ligadas à temática proposta, como lideranças das organizações sociais de produtores, moradores mais antigos e representantes da sociedade civil. Ao total, foram entrevistados oito informantes-chave, que puderam oferecer informações históricas sobre o município e as principais mudanças que ocorreram e vêm ocorrendo na agricultura, bem como caracterizar os processos migratórios (Apêndice C).

Nas entrevistas dirigidas aos informantes-chave, buscou-se identificar os processos migratórios historicamente construídos, assim como as trajetórias dos migrantes ou os fatores que os levaram a migrar. Os informantes-chave foram escolhidos em virtude das suas experiências profissionais e das suas histórias de vida. Ou seja, são considerados pessoas que conhecem as principais mudanças ocorridas na agricultura do município, entre eles: um representante da Pastoral dos Migrantes, um da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (Cooperafi), um do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho, um da Universidade Estadual de Goiás (UEG), um professor universitário, um ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, um professor aposentado e um agricultor familiar.

O segundo grupo, composto de onze entrevistados, envolveu os agricultores familiares representativos da realidade que se quer caracterizar (Apêndices A e B). Eles foram selecionados através da indicação de representantes de suas organizações sociais e também por meio de um mapeamento realizado junto aos próprios agricultores feirantes e aos informantes-chave. A amostra da pesquisa foi composta por famílias que tinham filhos(as), netos(as), irmãos(ãs) e esposos(as) que migraram para outras cidades, outros estados ou até

mesmo outros países. Todos os entrevistados assinaram um termo de compromisso livre e esclarecido, conforme o modelo do Apêndice D.

O roteiro das entrevistas procurou captar temas da migração como uma experiência vivida pelas famílias de agricultores familiares de Itapuranga. Dessa forma, os tópicos das entrevistas elaborados para esta pesquisa foram subdivididos em sete categorias de análise: 1) Dados de identificação; 2) Pré-migração; 3) Migração; 4) Pós-migração; 5) O retorno; 6) Os reencontros; e 7) O futuro. As entrevistas com as famílias foram gravadas e, em seguida, transcritas e sistematizadas, adotando categorias de análise nos contextos históricos e experiências do processo migratório familiar.

Os depoimentos obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com os diversos agentes sociais de Itapuranga foram transcritos e passaram por um processo de edição, a fim de possibilitar uma melhor compreensão do texto. Contudo, foi mantida a fidedignidade do sentido dos depoimentos dos entrevistados. A seguir, os dados obtidos a partir das entrevistas foram sistematizados de acordo com as categorias estabelecidas, destacando-se as particularidades dos processos migratórios expressos em cada uma das entrevistas. Então, os dados sistematizados foram dispostos de forma descritiva e analisados à luz do marco referencial teórico que tem a migração enquanto uma experiência vivida.

Nas entrevistas dirigidas aos agricultores familiares da região (Apêndices A e B), foram privilegiados os aspectos qualitativos, procurando facilitar a participação de todo o núcleo familiar. O objetivo de tal procedimento era alcançar uma abordagem mais ampla e sistêmica do problema em pesquisa, cuja finalidade foi dar visibilidade às percepções e aos pontos de vista dos diferentes agentes sociais envolvidos na questão, como também explicitar a realidade vivenciada pelos agricultores.

Ressalta-se que a pesquisa adotou uma amostragem não probabilística, cujos critérios de escolha das famílias foram: ser pertencente às comunidades rurais de Itapuranga e possuir alguma experiência de migração no núcleo familiar. Assim, a composição da amostragem de agricultores familiares adotou um caráter de saturação, ou seja, à medida que as informações foram saturadas, encerraram-se as entrevistas. Outrossim, vale ressaltar outro fator que contribuiu para a escolha desse local de estudo: a pesquisadora, autora deste trabalho, é nascida em Itapuranga e tem atuado profissionalmente com agricultores do município, no âmbito da Cooperafi. Tais vivências pessoais também foram fundamentais no trabalho de levantamento dos dados e na composição da amostragem para a realização da pesquisa.

Em relação ao perfil socioeconômico, constatou-se que os agricultores familiares entrevistados em Itapuranga possuem uma base familiar média constituída por cinco a seis

elementos, ou seja, pai, mãe e três a quatro filhos. No Quadro 1, pode-se observar alguns dados que ilustram o envelhecimento populacional do campo, constatado pela variável idade dos entrevistados, que compõem um universo formado por pessoas entre cinquenta e oitenta anos, e também pelo número de pessoas que ainda moram no meio rural, onde permanece apenas o casal, tendo os filhos migrado para os centros urbanos ou até mesmo outros países. No que se refere ao tamanho da propriedade, o grupo analisado se caracteriza por possuir uma variação de doze a sessenta hectares. As terras, normalmente, são exploradas pelos proprietários e geridas, principalmente, pelo esposo e esposa, proprietários do estabelecimento rural.

Quadro 1 – Resumo das características dos agricultores familiares entrevistados

Pseudônimo	Posição na família	Idade	Quantidade de filhos	Tamanho da propriedade	Residência na propriedade
Geraldo e Isaura	Pai e mãe	P – 55 M – 54	Três. Um mora na Itália, uma em Goiânia e um em Itapuranga.	12 ha	Apenas o casal.
João Batista e Maria José	Pai e mãe	P – 77 M – 72	Quatro. Um mora nos EUA, duas na cidade e um mora com o pai na propriedade.	22,5 ha	Os pais e um filho
Sirlene e Mariana	Esposa e filha	E – 44 F – 19	Duas.	_____	Na cidade
Tereza	Mãe	58	Oito. Todos moram em Itapuranga.	16,94 ha	Apenas o casal
Antônio	Pai	74	Três. Duas moram em Itapuranga e um nos EUA.	14,52ha	Apenas o pai
Francisco, Fátima e João Pedro	Pai, mãe e filho	P – 62 M – 58 F – 23	Quatro. Um casal mora em Goiânia e o outro em Itapuranga.	36,3 ha	Apenas o casal
José Carlos e Luzia	Pai e mãe	P – 69 M – 68	Quatro. Três moram em Itapuranga e um nos EUA.	12,34 ha	Apenas o casal
Cícero e Divina	Pai e mãe	P – 59 M – 58	Quatro. Um mora em Brasília, dois em Itapuranga e um na propriedade do pai.	29,1 ha	Os pais e um filho
Helena e Ricardo	Esposa e filho	E – 36 F – 16	Um. O pai e o filho trabalham no meio rural.	19,36 ha	Na cidade
Gilberto e Cleuza	Pai e mãe	P – 67 M – 62	Três. Uma mora em Goiânia e dois em Itapuranga.	58,08 ha	Apenas o casal
Baltazar	Irmão	58	Dois.	2,64 ha	Na cidade

Fonte: dados da pesquisa de campo realizada em março de 2014

Por fim, em perspectiva complementar, foram realizadas observações junto aos agricultores familiares, para conhecer questões relativas ao ambiente familiar e ao modo de

vida da família, de forma a contribuir para a contextualização da problemática. As observações foram anotadas num caderno de campo e, posteriormente, sistematizadas e organizadas em consonância com as categorias de análise elencadas no roteiro de entrevistas semiestruturadas.

Cabe destacar que esta pesquisa contou com o apoio do CNPq, que concedeu recursos financeiros. Enfim, espera-se que o presente trabalho contribua para alargar as fronteiras do diálogo acadêmico, permitindo uma reflexão sobre os problemas vivenciados pelas famílias rurais brasileiras oriundas das migrações, em especial o envelhecimento populacional e a ausência de sucessores para as unidades familiares. Além disso, espera-se contribuir para o estudo da história e sociologia rural goiana.

Plano da obra

Além da introdução e da conclusão, o presente estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo analisa as particularidades dos processos migratórios vivenciados pelos agricultores familiares, desencadeados entre as décadas de 1960 e 1980. Buscou-se entender como, nessas décadas, realizavam-se os processos migratórios nas famílias.

O segundo capítulo procura compreender, a partir da leitura das famílias, as vivências dos agricultores familiares nos processos migratórios no contexto das últimas décadas, com a intensificação das migrações internacionais. Assim, a partir da leitura da família, procurou-se apreender as visões, pontos de vistas e expectativas sobre os processos migratórios internacionais no município de Itapuranga.

Por fim, o terceiro capítulo analisa os projetos de vida e os sentimentos das famílias diante dos processos de sucessão hereditária e envelhecimento dos chefes de família, como também no retorno de familiares que experimentaram as migrações internacionais. Em suma, o capítulo procura evidenciar as tensões, os limites e as possibilidades na agricultura familiar no município goiano de Itapuranga.

CAPÍTULO I

AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPURANGA/GO: PROCESSOS MIGRATÓRIOS HISTORICAMENTE CONSTRUÍDOS

A persistência dos fenômenos migratórios, ao longo do tempo, está relacionada com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, num certo espaço e contexto histórico. Assim, a migração não é um movimento fixo e único, mas sim um fenômeno multidirecional que caracteriza as trajetórias de vida de pessoas, famílias e classes sociais nos diferentes espaços geográficos e contextos sociais. Sendo a família um sistema complexo e aberto, entende-se que ela influencia e é influenciada pelo contexto no qual está inserida, acompanhando o movimento histórico dos processos migratórios. Em busca de melhores condições socioeconômicas, as famílias fazem da quebra de fronteiras de suas localidades, cidades e estados de origem um desafio, a procura de novos projetos de vida.

Itapuranga é um município que se caracteriza por intensos fluxos migratórios, desde a sua ocupação até os dias atuais. As décadas de 1960 a 1980 foram perpassadas pelas migrações da população rural para o meio urbano de Itapuranga e para as regiões metropolitanas de Goiânia, Anápolis e Brasília, bem como pelas migrações para outros estados, como Pará e Mato Grosso. Assim, a migração, a partir da década de 1960, passou a ser uma estratégia de reprodução social, individual e familiar.

A partir de um diálogo entre passado e presente, intermediado por conhecimentos teóricos e experiências vividas relatadas dentro de um contexto atual, o presente capítulo tem como objetivo analisar as particularidades dos processos migratórios vivenciados pelos agricultores familiares do município de Itapuranga, desencadeados entre as décadas de 1960 e 1980. Acredita-se que, a partir da análise histórica das migrações rurais ocorridas no município goiano, é possível compreender melhor o contexto contemporâneo que permeia as unidades de produção familiar existentes, podendo este ser reinterpretado e ressignificado conforme as particularidades vivenciadas por cada família. Partindo dos estudos já realizados e ancorando-os nas informações orais obtidas das narrativas de informantes-chave e de

agricultores familiares, é possível reconstituir a história dos trajetos migratórios de agricultores familiares de Itapuranga nas últimas cinco décadas. A intenção aqui é reconstituir os processos migratórios que tiveram maior visibilidade em meio aos agricultores familiares e informantes-chave entrevistados, vislumbrando as mudanças ocorridas no seio da agricultura familiar do município.

Este capítulo está organizado em três itens, que analisam os processos migratórios dos agricultores de Itapuranga a partir das experiências vividas pelos familiares que permaneceram no meio rural. Inicialmente, são tecidas algumas considerações sobre as razões que levaram os agricultores a migrar para a fronteira; em seguida, são analisadas as travessias dos agricultores motivados pelos processos migratórios que se deram no período entre 1960 e 1980; e, por fim, são analisados os processos de reorganização da vida nas fronteiras, segundo a perspectiva dos que permaneceram em Itapuranga.

1.1 As razões da migração

Diante do cenário das migrações rurais do século XX e dos personagens que a compuseram, Silva e Menezes (2012) afirmam:

A migração constitui-se como uma estratégia importante para as famílias camponesas, não se resumindo a regiões mais ou menos favorecidas, onde o sujeito é apenas um ser passivo diante de um processo determinado pela estrutura social ou acumulação capitalista, mas se coloca como uma nova estratégia e oportunidade de melhorar as suas condições de vida (MENEZES, 2012, p. 27).

No estudo de caso realizado no município de Itapuranga, a migração para as fronteiras nas décadas de 1960, 1970 e 1980 pode ser compreendida como uma prática social dos agricultores articulada ao entendimento da confluência de diversos fatores, de caráter objetivo e subjetivo, variáveis no tempo e no espaço, que atuaram na provocação de certa inviabilidade para a reprodução das condições de existência dos grupos familiares na região. Todas as motivações que levaram ao rompimento das fronteiras foram apontadas pelos entrevistados como um mecanismo para a realização dos sonhos de muitas famílias que migravam, movidas pela expectativa de encontrar terras férteis para plantar e colher e também de alcançar melhores condições de vida. Evidentemente, a falta de terra era um problema vivido de maneira singular por cada família entrevistada, porém, em uma análise geral, observa-se que todas as famílias que se deslocaram para outras regiões e estados tinham o objetivo de encontrar terra mais barata e garantir a reprodução da condição de agricultores familiares.

Conforme destaca o Sr. João Batista: “*Eles iam em busca de terra. O homem da roça se ele mudar para o Pará, ele vai é procurar terra.*”

Na segunda metade do século XX, o município de Itapuranga, principalmente seu meio rural, sofreu grandes transformações, tanto econômicas quanto demográficas, que acompanharam os processos socioeconômicos e políticos vigentes. Na década de 1960, segundo Cunha (2002), ao estudar as tendências e características da migração no Centro-Oeste, a região passou por um intenso processo de modificação da sua base produtiva, fortemente impulsionada pela ação estatal, cujo objetivo era modernizar a agropecuária e integrar a região aos mercados internos e externos. Dessa forma, as décadas subsequentes foram caracterizadas pela implantação de importantes empresas agroindustriais, de capital nacional e internacional, associadas diretamente aos programas de incentivo fiscal e de crédito subsidiado, assim como a investimentos em infraestrutura e à atuação de órgãos oficiais de apoio. Ainda segundo o autor, a década de 1970 foi muito importante para compreender a base produtiva e a urbanização do Centro-Oeste.

De fato, entre as décadas de 1970 e 1980, observa-se uma redução significativa no número da população rural do município. Tal fato pode ser atribuído à modernização da agricultura, que resultou numa saída massiva de pessoas do meio rural do município, rumo à cidade de Itapuranga, às grandes cidades, particularmente Anápolis, Goiânia e Brasília, bem como a outros estados da Federação. Os dados da tabela a seguir, que contém informações retiradas de censos demográficos, mostram o crescimento vertiginoso da população urbana do município de Itapuranga nas últimas décadas, realidade esta que não difere no estado de Goiás e na região Centro-Oeste.

Tabela 2 – População por situação de domicílio – 1960, 1970, 1980 (mil habitantes).

Ano	Número de habitantes					
	Itapuranga		Goiás		Centro-Oeste	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1960	4.514	15.914	575.325	1.337.964	1.007.228	1.935.764
1970	9.227	20.859	1.237.108	1.701.569	2.437.379	2.635.880
1980	15.492	14.866	2.401.098	1.459.076	5.114.489	2.431.280
1991	19.885	11.330	3.247.676	771.227	7.663.122	1.764.479
2000	19.905	6.835	4.396.645	606.583	10.092.976	1.543.752
2010	21.235	4.890	5.420.714	583.074	12.482.963	1.575.131

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2014).

Em estudo sobre movimentos migratórios no Brasil, Patarra (2003) verificou que os movimentos migratórios de maior importância começaram, no Brasil, a partir dos anos 1950, quando se iniciou uma etapa mais dinâmica da economia nacional. No período de 1950 a 1980, estima-se que mais de 36 milhões de pessoas deixaram a área rural. Dessa forma,

Gonçalves (2001, p. 146), ao estudar os desafios e evoluções das migrações internas, afirma que “os grandes deslocamentos humanos, via de regra, precedem ou seguem mudanças profundas, seja do ponto de vista econômico, político, seja em termos sociais e culturais”. Porém, várias são as motivações do migrar, que resultam em dinâmicas demográficas específicas, em que a migração tem um papel relevante para o entendimento da configuração do espaço rural brasileiro, especialmente do município de Itapuranga.

Portanto, diante da diversidade de fatores que impulsionaram os movimentos migratórios, interessa observar detalhadamente as inter-relações existentes entre a migração e a relação com a posse da terra, o processo de modernização do campo e a questão educacional. O estudo dessas questões possibilitará uma melhor compreensão dos processos históricos da migração, cujas experiências vividas pelos agricultores familiares de Itapuranga apresentam nuances específicas.

1.1.1 Interfaces entre a questão da terra e as migrações

Entre as famílias de agricultores familiares de Itapuranga, havia os proprietários de terra, mas em quantidade insuficiente para garantir o sustento de toda a família. Afinal, as famílias eram muito numerosas, de forma que o processo de sucessão hereditária impossibilitava a partilha com todos os filhos, o que levou muitos a migrar para a cidade, para outras regiões do estado de Goiás ou para outros estados. Portanto, os pequenos lotes de terra inviabilizavam novas divisões, o que comprometia a reprodução social das famílias, em curto ou longo prazo, justificando alguns dos processos migratórios desencadeados na região. O relato do Sr. João Batista reitera a dimensão do drama vivido pelas famílias diante da falta de terra. *“Na roça é difícil. Às vezes, muitos aqui tinha um sítiozinho, uma chácara de um alqueire. A terra era pequena e a família grande, já não dava mais para viver ali dentro. Vendia para outro e ia para cidade.”*

De acordo com Woortmann (1990), nesse caso, a migração tem em vista garantir a integridade do patrimônio familiar e está relacionada à disponibilidade de terras, uma vez que a insuficiência das mesmas obriga alguns membros da família a construir suas vidas em outras regiões, como camponeses ou não, a fim de evitar a fragmentação da propriedade e garantir a reprodução da família.

Conforme a análise de Brandão (1986), em seu estudo sobre o campesinato goiano, todo esse processo de mudança da zona rural para a zona urbana é resultado de uma série de fatores, sendo um deles a distribuição das terras por herança, que promovia a formação de

novas pequenas e médias propriedades. Ao analisar o cotidiano das famílias de agricultores familiares de Itapuranga, Brandão (1982) observou que essas pequenas e médias propriedades passavam por um novo processo de redistribuição, o que inviabilizaria a permanência de muitas famílias, que eram obrigadas a vender suas propriedades para comprar outras em uma região diferente ou para se inserir no movimento de permanência na terra, ou mesmo para que pudessem mudar-se para a cidade. Ou seja, “a herança é uma situação limite para a organização da família” (BRANDÃO, 1982, p. 124).

Situação semelhante é relatada por Marin (2013), no contexto da Marcha para Oeste, ao afirmar que as novas famílias que se constituíam não tinham possibilidades de herdar um lote de terra; assim, eram levadas a migrar para novas áreas de fronteira ou construir uma moradia na propriedade do pai, fato este que implica dependência dos chefes de família e restrições na constituição de projetos autônomos. Nesse sentido, a migração, especialmente para as famílias recém-constituídas, apresentava-se como a possibilidade de descompressão dos conflitos intrafamiliares e a conquista de maior autonomia.

Segundo Brandão (1982), em pesquisa com famílias rurais de Diolândia/GO, quando um filho ou uma filha se casava, apresentavam-se duas alternativas usuais para o novo casal, e elas sempre representam novas trocas com as famílias e a produção da fazenda. De acordo com suas concepções, o casal poderia retirar-se da casa e da fazenda e se mudar para o povoado ou para outra fazenda, onde se instalava como agregados parceiros, como também podiam permanecer dentro da fazenda dos pais, mas fora da casa paterna. Assim, “o filho e sua esposa (ou filha e seu marido) saem da casa dos pais e constroem ou ocupam outra” (BRANDÃO, 1982, p. 124).

Nesse sentido, o casamento se tornava um dos motivos desencadeadores dos processos migratórios. Para o sustento das novas famílias, muitos itapuranguenses saíram em busca de trabalho, seja nas relações de arrendamento, seja nas relações de parceria, sob a perspectiva de conseguir uma condição financeira que lhes possibilitasse adquirir a terra. O depoimento do Sr. Baltazar destaca o reconhecimento da interveniência desse fator, que representava a condição de muitas famílias em Itapuranga:

A vida nossa sempre foi mexer com lavoura, né. Tinha uma chacinha. E mexer com roça com os fazendeiros na meia, não era para nós mesmo. E aí a família vai aumentando, vai com diz apertando e uns vai casando e vai caçando jeito de produzir outras coisas diferentes, né. Aí, cada um vai cuidando para si. Aí, ele [irmão] desceu para lá. Aí, meu pai faleceu, ficou minha mãe sozinha e meu irmão mais velho é que zelou de nós. E depois a minha mãe veio a falecer também. Aí, eles [outros irmãos] mudaram para o Pará. Quatro deles mudaram para o Pará, os outros ficaram por aqui mesmo.

Porém, é importante notar que o casamento também era um fator determinante para a permanência de alguns membros das famílias, principalmente para as mulheres, que, depois de casadas, estavam sob a responsabilidade dos maridos. Assim, se o esposo já possuísse um lugar para morar, plantar e colher, muitas filhas não acompanhavam os pais e os irmãos nos processos migratórios da família. Logo, a posse da terra determinava quem seriam os migrantes. Por isso, muitos filhos, mesmo casados, empreenderam novos processos migratórios juntamente com os pais, em busca de terra mais adiante e de melhores condições.

Pelo depoimento anterior, percebe-se que a morte dos pais também foi um fator importante que influenciou na migração dos filhos. Nesse sentido, observa-se que a presença das figuras paterna e materna é o elemento unificador da família. Após a morte destas, tem-se uma dispersão desse laço familiar, que ocorre, muitas vezes, pelos processos migratórios de parte da família ou pela constituição de uma nova. Marin (2013, p. 259) destaca:

O casamento, o nascimento de filhos, a entrada dos filhos na fase adulta ou a morte do pai ou mãe da família eram motivos que pesavam no momento da decisão de migrar para a fronteira. Assim, a passagem para um novo ciclo de vida do grupo familiar era motivo relevante para desencadear a migração de parte ou de toda a família. Para começar a vida, os camponeses sentiam a necessidade de formação de um patrimônio – sobretudo a terra –, para assegurar a reprodução social do grupo familiar e deixar uma herança para as futuras gerações.

A pequena quantidade de terra e o alto preço, conjugados às famílias numerosas, resultaram no aumento dos fluxos migratórios de agricultores para as cidades ou outras regiões de fronteira agrícola. No entanto, as migrações nem sempre garantiam a satisfação das necessidades dos migrantes. Os agricultores entrevistados lembram que, à medida que essas necessidades não eram atendidas, novos fluxos migratórios aconteciam. A memória da Sr.^a Fátima é marcada pelos diversos trajetos migratórios de seus familiares na busca por melhores condições de vida:

Nós viemo como agregado, porque lá [Minas Gerais] nós tinha um pedacinho de terra pequeno. Aí, vendeu lá e chegou aqui [Itapuranga] não deu para comprar um pedaço de terra. Aí, naquela época não era a partir de reforma agrária igual é hoje aqui. Tinha que comprar um pedaço maior. Aí, nós ficou morando de agregado. Aí, nós morou numa fazenda um ano. Lá era muito difícil, porque lá adoeceu a família inteira, porque nós não conhecia Goiás. Achou que era igual Minas. E lá ele fez uma casa num lugar muito bom na seca, quando entrou as águas lá virou brejo até dentro de casa. Nascia água dentro de casa. E a água era uma água amarelinha. Minha mãe mais os pequenos [irmãos] que ficava lá arrumou uma anemia brava, que teve um irmão meu que até crise ele deu de tanta anemia. Aí, teve que fazer tratamento para curar essa anemia. Aí, ele [pai] ficou um ano nessa fazenda e mudou para outra fazenda dos Silva, que é ali perto das Lages [distrito]. Lá ele morou treze anos. Aí, daí ele foi embora para Gurupi, que hoje é o Tocantins, né. Morou lá três anos. Ficou lá três anos, aí, lá era ruim demais também, porque ele foi de agregado. Os meninos tudo rapazinho novo, mas não conseguiu fazer nada lá

também. Chegou lá não era nada do jeito que eles [família] pensava. O trem lá era tudo diferente. O povo lá vivia daqueles assim de milho guardado os atilhos amarrado na trava da casa. E meu pai toda a vida foi muito farturo. Ele gostou muito de trabalhar e ter muita fartura. Eu não sei se ele ficou lá dois ou três anos e não fez nada, porque as terras lá [Tocantins] era muito ruim. O lugar que ele foi era muito sem água. A cisterna deles na época da seca acabava. Era muito dificultosa a vida deles lá. Voltou para trás. Morou aqui perto de casa um ano. Foi embora lá para o Santana [região de Itapuranga]. Aí, lá no Santana ele ficou mais oito anos parece. Aí, nesses oito anos que ele ficou lá no Santana, ele trabalhou e comprou uma terrinha lá. Aí, esse amigo dele, que mandou ele para o Gurupi, veio aqui e buscou ele para uma fazenda dele no Mato Grosso. Ele foi. Aí, ele vendeu a terrinha aqui e já deu conta de comprar uma terra para ele lá. Aonde eles tá até hoje.

Nesse caso em particular, diante da falta de terras para os filhos, com vistas a formar novas unidades de produção, surgiu a necessidade de busca de novas áreas ou formas de sobrevivência. Para o sustento, a família da Sr.^a. Fátima recorreu às relações de arrendamento ou parceria junto aos grandes proprietários de terra em regiões de fronteira. Segundo Martins e Malagodi (2010), mesmo que as migrações sejam definidas por fatores estruturais relacionados a certas categorias sociais, espaciais e temporais, entende-se que é no âmbito da família que elas acontecem, ou seja, por que, quando e para onde se migra são decisões fundamentadas nas redes familiares existentes nas localidades de onde partem e para onde migram.

Em determinadas circunstâncias, como enfatiza Marin (2013, p. 269), “havia casos de famílias que retornaram para os seus locais de origem, porque não encontraram as condições imaginadas, não se adaptaram às novas situações, não conseguiram realizar seus projetos ou não suportaram as saudades da família e da terra natal”. No entanto, o autor ainda afirma que, mesmo dentro dos limites do estado de Goiás, os camponeses promoveram intensos e contínuos deslocamentos na busca de novas terras de mata, para compra ou arrendamento, alimentados pela crença de que, um pouco adiante, as condições de vida poderiam melhorar.

Nesse aspecto, os relatos dos entrevistados revelam que houve intensos fluxos migratórios de pessoas que chegavam a Itapuranga e que se deslocavam para locais mais distantes em Goiás. As narrativas mostram que, com a ocupação da região pelos mineiros, as famílias, inclusive goianas, que não conseguiam a posse da terra passaram a se dirigir às regiões mais ao norte do estado, em busca de terras mais baratas. Logo, esses deslocamentos refletem o caminho de expansão da fronteira agrícola, implicado em correntes migratórias importantes para os estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará. Por outro lado, a saída dos migrantes também espelha as transferências populacionais ocorridas a partir de Itapuranga para outros municípios ao nordeste e norte do estado, em particular direcionadas a Mara Rosa,

Ceres, entre outros. Essas observações encontram suporte no depoimento da Sr.^a Fátima, ao narrar os processos migratórios vivenciados por seus familiares:

O problema que aconteceu aqui é que chegou os mineiros, mineiro é trabalhador, goiano é assim acomodado, né. Então, aí, o que aconteceu. Aí, eles viu os mineiros invadir. Invadiu, porque eu falo a verdade, mineiro invadiu aqui. E trabalhando, aquele trem esquisito. E aí os goianos ficava acanhado e ia mudando para baixo, para baixo, para baixo e hoje tá tudo no Tocantins. Foi retirando. A mesma coisa do índio, né. Da nossa turma mesmo que vieram quando nós veio, parece que foi seis famílias num caminhão na época que nós vieram. Dessas seis famílias não tem ninguém aqui mais. Da turma que veio com nós tá tudo para o lado de Mara Rosa, para baixo de Ceres, para lá. Foi tudo descendo. Tinha outros tios da minha mãe que veio junto, outro conhecido nosso que veio junto, eles desceram tudo. Foi para Ceres e de Ceres eles foram descendo para o lado desses norte para lá. E deserdando para lá cada vez mais. E aí nos anos setenta já chegaram no Mato Grosso, no Pará. Já foi descendo foi para lá.

A maior parte dos camponeses que migrou para o Mato Grosso e Pará nessa época formava as frentes pioneiras. É interessante ressaltar que, na medida em que as ocupações do espaço agrário vão se modificando, surge a frente pioneira, definida por Martins (1975, p. 45) como aquela que “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”. Ainda segundo o autor, a chamada frente pioneira tem como características peculiares a propriedade privada da terra e o empreendimento econômico. A terra não é ocupada, mas adquirida; nela, estão embutidas as marcas do capitalismo no campo, como empresas diversas, infraestrutura, comércio, entre outras.

Ainda dentro desse contexto, Graziano da Silva (1982) acrescenta que, a partir da década de 1970, houve um incentivo à ocupação territorial das regiões Centro-Oeste e Norte, através da expansão da fronteira agrícola, para áreas de latifúndio de monocultura e de pecuária extensiva. Dessa forma, as regiões de fronteira agrícola seriam responsáveis por absorver boa parte do fluxo migratório dos grandes centros urbanos e seriam usadas como solução política para resolver os conflitos em torno da posse da terra, principalmente na região Nordeste do país. Em âmbito regional, Miziara e Ferreira (2008) elucidam que o processo de expansão da fronteira agrícola em Goiás é semelhante à expansão da frente pioneira. A ideia defendida pelos autores é de que, em ambas as etapas, é possível perceber, a princípio, uma consolidação das áreas localizadas no sul e no centro do estado, sendo a região norte incorporada posteriormente. Dessa forma, originalmente, privilegiam-se as áreas de maior fertilidade natural para a prática agrícola.

Partindo dessa premissa, percebe-se que os fatores econômicos também contribuíram para desencadear os processos migratórios em busca de terra férteis em regiões de fronteira agrícola. Pressionados pelas tensões sociais e pela elevação do preço da terra, agricultores

familiares mineiros e goianos, depois de ocupar e povoar Itapuranga, penetraram em regiões ao norte do estado de Goiás e em regiões do Pará e do Mato Grosso, à procura de terras mais baratas. A disponibilidade e os preços acessíveis das terras paraenses e mato-grossenses favoreceram a migração, como resultado lógico do alargamento da fronteira agrícola rumo ao interior do país. Os depoimentos de agricultores familiares de Itapuranga confirmam a importância desses fatores na migração de muitos de seus familiares:

Na época a terra não era suficiente para todo mundo. E lá [Pará] tinha condição, porque lá era barato. Lá era mato. Como diz, produzia mais as coisas, principalmente, na área de mexer com gado. O gado lá é bem mais evoluído, né. Porque, para você ver, um boi aqui para pegar um boi de quinze, vinte arroba, ele leva quatro, cinco anos. Lá são dois anos. Então, lá a evolução é mais. Então, é aonde eles vai procurando, né. E outra, vai em uma época boa, né. Porque naquela época vamos supor que um alqueire de terra aqui era trinta mil, né. Lá valia dois, uma comparação. Hoje não. Hoje aqui um alqueire de terra bom deve valer oitenta, cem, cento e poucos mil. Lá tá valendo quase que isso aí também conforme a localidade. (Baltazar, 58 anos).

Quando meu pai foi embora daqui para lá [Mato Grosso], ele vendeu um triturador e comprou doze alqueires de terra lá. E boa a terra que ele comprou. Um triturador velho. É aquele de fazer ração. Ele levou ele, chegou lá o cara tinha era posse, né. O cara tinha uma posse lá, pegou e trocou com ele os doze alqueires de terra em troca desse motor com esse picador. (Fátima, 58 anos).

Ele [sogro] tinha aqui era dois alqueires e meio. Era ruim a terra dele aqui, era no Santana [região], umas terras muito ruins, porque lá nem para tocar roça não prestava. Ele vendeu aqui e comprou mais doze alqueires lá [Mato Grosso], que é esse é onde ele mora hoje. A terra lá era tão boa, que só bacuri meus meninos e meu irmão trabalhou três dias derrubando para abrir espaço para plantar numas baixadas lá. Terra boa mesmo. (Gilberto, 62 anos).

Então, muitos migrantes veio de Minas para Goiás, vamos dizer assim, né. Chegou aqui em Itapuranga, às vezes, comprou uma terra pequena, dez alqueires, cinco alqueires e a terra aqui encareceu muito. Aí, nessa década de 80, 85 por aí saiu muita gente de Itapuranga. Muita gente da roça foi para o Mato Grosso, porque a terra aqui valia trinta mil o alqueire, no Mato Grosso você comprava por mil reais o alqueire, por exemplo. Então, 'lá eu vou comprar uma fazenda, né. Se eu vendo dez alqueires aqui, lá eu vou comprar oitenta'. No Pará a mesma coisa. Então, onde é que saiu muita gente daqui para comprar terra maior para criar, para produzir mais coisa, né. (João Batista, 77 anos).

Enquanto muitos se dão bem, outros retornam. Ou então outros saem daqui para a região Norte do país, sobretudo para o sul do Pará. Tinha o famoso eldorado do sul do Pará, que era a cidade de Xinguara. Então, nós temos muitos mineiros que foram daqui e muitos descendentes de goianos que estão lá hoje. Isso foi na década de 1980, 1990, né, que houve o maior fluxo. Então, Xinguara era o eldorado, assim como o sul do Pará continua sendo eldorado até hoje. É um lugar onde corre muito dinheiro e o pessoal vai realmente e se dão bem, outros também têm problemas de adaptação e tudo e acabam retornando, né. Mas justamente na década de 1980 isso daí aconteceu com muita ênfase. (Francisco, 68 anos).

A partir dos depoimentos, verifica-se que a região Norte, nas décadas de 1970 e 1980, na memória dos familiares de migrantes, era um lugar bom para se viver, no qual os

trabalhadores do campo tinham chances de conseguir comprar terras, nas quais poderiam plantar e construir uma casa para a família. Assim, diante da precariedade das alternativas locais e tendo em vista a possibilidade de trabalho com maior remuneração e condições melhores em outros locais, muitos agricultores venderam suas pequenas propriedades em Itapuranga e compraram extensões maiores de terra em Xinguara, Tucumã, Altamira e Planaltina. Alguns depoimentos destacam as vantagens econômicas em se mudar para o Pará:

Eles vendia aqui. Meu irmão mesmo vendeu sete alqueires aqui e foi lá e comprou trinta. Hoje, eu não sei o que a viúva dele tem, porque ele deixou quatrocentos e tanto alqueire para ela cheio de gado. Hoje, eles deve ter quase mil alqueires. (Baltazar, 58 anos).

Muitos que vai para o Mato Grosso e Pará foi para aumentar terra, né. Pensando em futuro. Às vezes, vendia aqui vamos supor assim, quatro alqueires que tinha aqui, lá comprava vinte, cinquenta alqueire, né. Aumentava, né. (João Batista, 77 anos).

Muitos vendiam um pedacinho de terra aqui, a sua pequena propriedade e compravam uma fazenda bem grandinha lá, porque a terra era barata. Como os mineiros fizeram. Muitos vendiam a pequena propriedade em Minas compravam uma terra maior aqui em Goiás, na época em que eles mudaram para cá. Então, é um ciclo que acontece, né. E muitos goianos vão deixando a região à medida que os mineiros chegam e vão mudando para o Norte. (Francisco, 68 anos).

Em síntese, na visão dos agricultores familiares, a propriedade da terra era sinônimo de riqueza. Dessa forma, as terras de matas virgens, férteis e com preços acessíveis tornaram-se o grande atrativo das correntes migratórias em Itapuranga. No entanto, conforme os depoimentos dos agricultores familiares, as redes de relações estabelecidas entre os que ficavam e os que partiam estimulavam outros processos migratórios. Assim, para eles, os amigos e familiares que haviam migrado para esses locais influenciaram na decisão e escolha dos futuros migrantes. As notícias dadas e as propagandas anunciadas foram fundamentais para que a migração se concretizasse:

Eles ficaram sabendo das terras por amigo, né. Porque é um vai e vem e sai a notícia. E a pessoa é assim meio curioso, né. Aí, vai para poder ver se é verdade ou como é aquilo. E foi e deu certo. Eles [irmãos] já foram igual eu tava falando algum amigo falou: ‘Oh, lá na Xinguara é bom o gado e tal.’ Eles estão em Xinguara. Aí, meu irmão era muito cabeça com essas coisas e ele foi. Aí, é onde ele foi achou bom e prosperou. Primeiro foi o meu irmão passear e achou bom. Aí, foi e comprou uma terrinha. Aí, nisso a minha mãe veio a falecer. Aí, ele já foi embora. Aí, os outros [irmãos] foi vendo como é que era e já foi acompanhando também. (Baltazar, 58 anos).

Primeiro, eles [pai e vizinhos] saíram daqui para ir olhar uma terra na Amazônia e eles sofreram um acidente. Eles foram quatro. Sofreram um acidente e voltaram para trás. Aí, nessa estrada tinha um amigo dele que encontrou com eles e falou: ‘Não. Vai para Gurupi. Eu tenho um amigo lá muito bom, que ele tem uma fazenda

lá.' Ele pegou e ligou para esse amigo dele lá de Rialma. Ele veio cá, conversou com o papai e levou ele lá. E o papai gostou e foi embora na época. (Fátima, 58 anos).

Porque sempre vai algum primeiro, né. Então, vai um conhecido. Vai um amigo que tá lá. 'Aqui é bom. A terra aqui tá barata, né. Você tem vontade de aumentar.' Aí, vai lá e gosta e vai, né. (João Batista, 77 anos).

Esses depoimentos evidenciam a importância das redes familiares e sociais nos processos migratórios de amigos e parentes. As famílias já estabelecidas estimularam outras tantas, por meio de informações e assistência aos recém-migrados. Para Durhan (1978), em seu estudo sobre a vida rural e a migração para São Paulo, os familiares, amigos, parentes e conterrâneos desempenham um papel fundamental na integração do migrante aos novos espaços sociais. Conforme a perspectiva da autora, a migração se orienta a partir desse universo de relações pessoais, ou seja, “o imigrante procura imediatamente parentes e amigos, na falta destes, apela para amigos de amigo de parentes ou parentes de amigos. E parentes que não se viam há anos são requisitados a hospedar, auxiliar e encaminhar o migrante recém-chegado” (DURHAN, 1978, p. 184).

Sob esse prisma, Menezes (1985), ao estudar as migrações de trabalhadores rurais da Paraíba para São Paulo, afirma que o retorno dos migrantes, a emissão de cartas e as notícias de São Paulo eram elementos que incitavam os moradores que permaneciam em seu lugar de origem a buscar alternativas de sobrevivência em outros locais. Portanto, a intensificação dos processos migratórios pode ser concebida como resultado de uma rede de contatos entre as pessoas presentes e as que estão ausentes, ou seja, parentesco e família são fatores determinantes na escolha do destino dos trabalhadores migrantes, afinal “é através das relações familiares que se determinam os destinos, as etapas e os tipos de migrações, os retornos” (MENEZES, 1985, p. 85).

Marin (2013) também ressalta que a migração dos camponeses era um projeto familiar, mas que desencadeava processos migratórios em cadeia. Assim, as famílias já estabelecidas estimulavam outras tantas, de parentes e amigos, por meio de cartas e mensageiros, suscitando processos migratórios intensos e contínuos. O autor ressalta ainda que as famílias já estabelecidas acolhiam os recém-migrados, oferecendo-lhes informações, assistência e suporte material. Assim, “as redes familiares e sociais constituíam um esforço coletivo para criar condições de amparo, que fortaleciam as relações de solidariedade necessárias ao recomeço da vida das famílias nas terras de fronteira agrícola” (MARIN, 2013, p. 269).

Nesse mesmo sentido, ao entrevistar os trabalhadores do bairro São Miguel Paulista, em São Paulo, Fontes (2008) afirma que a comunicação permanente entre o destino e a origem incitava e auxiliava nesse processo e, assim, as fotos, as correspondências e os cartões postais desempenhavam um papel fundamental no fornecimento de dados e na criação de um imaginário cultural do local de destino. Para o autor, a migração interna no Brasil pode ser caracterizada pelo seu caráter familiar e compreendida com uma articulação estabelecida entre amigos, parentes e membros da comunidade de origem.

1.1.2 Modernização da agricultura e migrações no cenário rural de Itapuranga

Entre os migrantes, havia parceiros, arrendatários, meeiros e agregados, que trabalhavam para os grandes fazendeiros, prestando serviços em troca de um pedaço de chão para plantar e produzir – e, às vezes, para morar. Em alguns casos, a ruptura dessas relações foi estabelecida pelos fazendeiros, mediante o avanço do processo de mecanização e tecnificação da agricultura, que substituiu a mão de obra pelo uso de máquinas agrícolas. Os depoimentos orais dos entrevistados que vivenciaram esse processo em Itapuranga relatam as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares frente à expansão do capitalismo no meio rural:

Aqui, muitos pequenos proprietários, gente que tinha, às vezes, um alqueire de chão e vivia em cima dele, muitos vendeu e foi para cidade. Às vezes, comprou casa. Outros foi morar até de aluguel, né. E aqueles que tinha, às vezes, uma condiçãozinha melhor de vida, às vezes, tinha uma terrinha maior, vendia para os maiores fazendeiros daqui de Itapuranga e foi para o Pará, para o Mato Grosso. A maioria foi para Goiânia, Anápolis. (João Batista, 77 anos).

Famílias inteiras vieram para Itapuranga, né. Principalmente os meeiros, os parceiros que moravam no campo, arrendatários, pessoas que praticamente não tinham terra ou que tinham pequena terra. Esse foi o primeiro momento, depois no segundo momento, praticamente, quase que todo mundo. Você anda hoje pela zona rural de Itapuranga e você não vê praticamente ninguém que mora, que reside no local. Então, por exemplo, essas comunidades rurais, elas se articulavam muito. E de repente desestruturou tudo. Vieram todo mundo, poucas pessoas ficaram no campo. (Oscar, 57 anos).

Mas essa população, ela é uma população que estava efetivamente no campo, mas começava já sofrer as influências da tecnificação, a chegada de máquinas. A própria expropriação de meeiros, arrendatários que foi uma coisa comum na nossa comunidade em substituição, por exemplo, pela questão das pastagens. (Paulo, 45 anos).

De acordo com Silva (2008), a modernização da agricultura, que, no Brasil, intensificou-se a partir da primeira metade da década de 1970, impactou diretamente na

dinâmica do meio rural do município de Itapuranga, o que pode ser percebido na substituição das lavouras agrícolas pela pecuária, no forte plantio da cana-de-açúcar, na divisão das terras entre os filhos herdeiros e no fenômeno do êxodo rural. Consequentemente, muitos agregados, meeiros e arrendatários foram expulsos da terra e acabaram migrando para as cidades. Essa realidade perdurou até o início da década de 1980, quando a mudança para a cidade ainda era uma constante na vida cotidiana dos trabalhadores rurais.

Entre essas migrações, percebe-se que uma característica peculiar foi a saída de todo o núcleo familiar. Como ressalva o Sr. Paulo: *“Você tem famílias inteiras que começa a perder seu espaço. Você vê essa percepção muito clara, de famílias que sai conjuntamente com o seu meio familiar, que migram para a cidade, que migram ou para o município aqui ou vai para outras regiões de fronteira, né.”* Segundo Wanderley (2009, p. 176), *“a existência da fronteira dá sentido à intensa mobilização. Isto é, o deslocamento, uma vez que existiam terras livres, se inscreve no projeto de vida das famílias de camponeses como uma continuidade”*.

Em uma análise geral, observa-se que, em detrimento do processo de modernização da agricultura, alguns problemas começaram a emergir. Nesse sentido, a agropecuária ficou vinculada e subordinada ao capital industrial. Logo, as terras valorizaram-se e os pequenos produtores, na tentativa de se adequar ao padrão tecnológico de produção exigido pela modernização, tiveram que se submeter aos empréstimos bancários. Porém, muitos deles não conseguiram liquidar suas dívidas e acabaram vendendo suas terras, que haviam sido penhoradas no banco quando da contratação dos empréstimos. Por conseguinte, essa realidade gerou uma concentração de terras nas mãos de empresários, industriais e grandes produtores, que passaram a utilizar as máquinas para o trabalho no campo, promovendo, assim, a expulsão de milhares de famílias de pequenos produtores para regiões mais distantes, levando à intensificação do êxodo rural. Consequentemente, os centros urbanos foram os responsáveis por acolher essa mão de obra sem qualificação para o trabalho na cidade e em condições precárias (PRADO, 2009).

Dentro desse viés de análise sobre o projeto de desenvolvimento posto em prática pelo governo, os entrevistados, ao referirem-se ao contexto dos impactos para a agricultura, expõem suas percepções sobre a modernização dos meios de produção, afirmando que, por muitos anos, os produtores rurais de Itapuranga plantaram em lavouras financiadas. Porém, com a globalização e a política neoliberal do governo, os créditos e os juros baixos destinados a financiar a produção agrícola foram tornando-se mais inacessíveis. A falta de uma política pública definida e a cobrança de juros nominais acabaram afugentando dos bancos os pequenos produtores rurais do município. Consequentemente, sem nenhuma perspectiva de

melhoria de vida e de resultados favoráveis à agricultura em Itapuranga, muitos agricultores familiares venderam as suas terras para pagar o financiamento de suas lavouras, mudaram-se para a cidade ou se juntaram ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ao se espelhar nessas observações, verifica-se que a modernização provocou alterações relevantes na dinâmica do município, repercutindo, principalmente, na vida dos familiares que não se integravam aos novos modelos de produção. No contexto goiano, os empreendimentos familiares sofreram diversas transformações na sua dinâmica organizacional, produtiva e social. Durante esse período, a saída de pessoas foi um dos principais impactos no campo, em detrimento da substituição da mão de obra pelas máquinas. Ao se embasar nessas observações, verifica-se que a realidade vivida pelos agricultores familiares do município de Itapuranga não se distancia daquilo que os pesquisadores afirmam, de um modo geral, sobre os impactos da modernização no meio rural brasileiro. A maioria dos entrevistados nota tais impactos quando reconstrói o panorama histórico das migrações:

Acho que a questão do trator, da tecnologia, do adubo ter chegado até aqui foi uma das coisas que, de certa forma, fez com que os nossos arrendatários e meeiros saíssem das propriedades. Era porque a tecnologia chegava e aí as terras não precisavam de tanta mão de obra e esse pessoal começou a ir embora. Hoje, você vai ver no nosso município que os meeiros quase que não existem, arrendatários muito pouco. Aí, esse pessoal começou a ir para Goiânia, Anápolis, né. Foram muitas famílias embora para Anápolis, para as periferias, porque aí não tem qualificação profissional né e vai para as periferias. E com isso foi sumindo o povo do meio rural. (Alice, 56 anos).

Quando eu dirigi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de 1979 até 1986, aquele momento era um momento ainda importante na produção. Mas as pessoas começaram a sair do meio rural e os primeiros a sair foram os que não tinham terra. Aí, na medida em que foi entrando o gado no lugar da lavoura, aí, a pessoa formava uma parte e já ia diminuindo, os primeiros a sair foram aqueles que não tinham terra. (Elias, 64 anos).

As migrações também estão relacionadas à expansão canavieira no município de Itapuranga, o que, para os agricultores familiares, implicava a concentração fundiária. A partir de 1981, no contexto da segunda fase do Programa Federal de Incentivo à Produção de Álcool Combustível (Proálcool), foi instalada a agroindústria canavieira Pite S.A. Silva (2008) identificou que a instalação da Destilaria Pite S.A não ocorreu de maneira independente, uma vez que fazia parte da política nacional de expansão do cultivo de cana-de-açúcar para o enfrentamento da crise do petróleo, desencadeada desde meados dos anos 1970. Com a criação do Proálcool, através do Decreto n. 76.593, de 14/11/1975, houve vários incentivos financeiros e fiscais para que os empresários instalassem usinas de extração de álcool. A partir

desse momento, houve a aprovação dos projetos de implantação das usinas e iniciaram-se as instalações em alguns municípios de Goiás, inclusive Itapuranga.

Em meio às entrevistas realizadas com os agricultores familiares itapuranguenses, constatou-se que, com a instalação da agroindústria canavieira no município, as plantações de cana expandiram-se, provocando alterações na conformação produtiva do espaço rural. Observa-se, assim, uma transformação e/ou redefinição dos sistemas produtivos e, por conseguinte, uma reconfiguração nas redes de relações organizacionais e sociais. Para efeitos ilustrativos, vale destacar o depoimento do Sr. Paulo, que resume os processos de expansão da cana no município: *“E para agricultura familiar vai ser um grande desastre, por que essas pequenas propriedades, elas vão começar se arriscar em arrendar suas terras para então empresa sucroalcooleira, que era conhecida como a Pite naquele momento.”*

Carvalho (2008), em sua análise mais contemporânea sobre as integrações e contradições da agroindústria canavieira na agricultura familiar de Itapuranga, destaca que a expansão canavieira no município desencadeou um lento processo de migração do campo para a cidade, pois, quando os agricultores familiares passaram a se integrar à agroindústria, sua dinâmica social e produtiva passou por transformações consideráveis, afinal, ao cederem suas terras para o cultivo da cultura canavieira, tiveram que reduzir ou abandonar o cultivo diversificado de suas propriedades. Nessas condições, a propriedade rural transforma sua função social e se torna apenas um local de habitação na área rural. Em situações extremas, em uma menor proporção, os agricultores migram para a cidade, abandonando todo um estilo de vida no campo.

A migração de agricultores familiares do campo, em detrimento da expansão da lavoura canavieira, também foi observada por Neves (1981), ao estudar os processos de subordinação dos pequenos produtores de cana integrados à agroindústria canavieira da região de Campos Goytacazes/RJ. A partir da década de 1960, houve uma intensificação do processo de mecanização nessas atividades e, conseqüentemente, os agricultores diminuíram suas lavouras de subsistência para se dedicar à cultura canavieira, o que gerou uma maior dependência do mercado, terminando por reduzir as possibilidades de reprodução das famílias mais numerosas. Diante desse cenário, a dificuldade de ampliar a terra também restringia a reprodução dos filhos como agricultores. Logo, as unidades de produção familiares só conseguiam atender a um ou dois trabalhadores produtivos, e os demais deveriam sair quando atingissem a maturidade, por volta dos quinze ou dezesseis anos. O trabalho dos filhos adultos contribuía para a unidade de produção reencontrar novas formas de equilíbrio, que contava

com eles apenas nos momentos de pico agrícola, quando isso não comprometia seus empregos.

No entanto, não se pode ignorar a relevância da atuação dos trabalhadores frente às adversidades impostas pelo avanço do capitalismo no meio rural, atuação esta que não é passiva. Assim, outro aspecto importante da história de Itapuranga são as várias mobilizações, resistências, embates e movimentos sociais existentes, principalmente por parte dos trabalhadores rurais, contra os mandos e desmandos da modernização da agricultura e contra a perseguição das autoridades locais e estaduais, que buscavam expropriá-los da terra. Silva (2008), em sua pesquisa sobre os processos de desenvolvimento de Itapuranga, evidenciou várias experiências dos trabalhadores rurais, que inventaram e reinventaram estratégias de mobilização e organização para conquistar os seus direitos à saúde, educação, organização da produção e permanência na terra.

Silva e Menezes (2006) afirmam que os migrantes são sujeitos sociais que constroem em seu cotidiano e em suas trajetórias de vida múltiplas estratégias de resistência, de modo a garantir a sobrevivência e dignidade de suas famílias, tanto no lugar de origem como no lugar de destino. Eles não são agentes passivos dos fatores de expulsão ou atração, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, para garantir a reprodução das suas condições de vida.

Partilhando dessa ideia de que o agricultor familiar não é um personagem passivo, sem resistência, diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo, Wanderley (2003), ao promover um debate sobre as rupturas e continuidades no uso do termo “agricultura” em relação a “campesinato”, deixa evidente que o agricultor familiar constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural, inseridos no modelo de sociedade moderna. Essa resistência é construída recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se às novas provocações e desafios do desenvolvimento rural.

Relatos orais de entrevistados em Itapuranga destacam que houve uma grande resistência por parte dos próprios agricultores familiares, que começaram a se conscientizar dos seus direitos, surgindo daí muitos movimentos de luta e resistência. É o que revela o Sr. Francisco: *“Foi de suma importância à questão das lutas populares aqui em Itapuranga para que houvesse uma fixação maior do homem na região rural. E aí nós vamos observar dentro da perspectiva dessas lutas vão surgir os movimentos populares.”*

Inserido nesse mesmo contexto, Silva (2001), ao estudar as experiências de resistência e organização dos trabalhadores rurais de Itapuranga, afirma que as décadas de 1970 e 1980

são o marco que melhor caracteriza os enfrentamentos dos trabalhadores rurais da região. Tais décadas são caracterizadas pelos embates por terra, por saúde pública e pelos direitos trabalhistas. Segundo o autor, os trabalhadores rurais de Itapuranga fizeram várias greves, principalmente na época da Destilaria Pite, reivindicando melhoria de salários e melhores condições de trabalho.

Retomando o passado das mobilizações dos trabalhadores rurais, faz-se necessário mostrar que as várias experiências de mobilização dos agricultores familiares renasceram em forma de novas práticas de resistência, a partir da década de 1980, com o surgimento de 13 associações de pequenos agricultores, e, na década de 1990, com o surgimento de uma cooperativa de agricultores familiares. Em seguida, a maior representatividade dessa trajetória histórica de luta e resistência, que teve seu marco inicial com a criação da Associação dos Lavradores do Xixá (ALX), em 1962, foi a Feira do Produtor Rural, que foi instituída no ano de 1998, com apenas três bancas, e que hoje conta com mais de cem e é reconhecida nacionalmente. Além disso, outro marco é a constituição da Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (Cooperafi) (SILVA, 2008).

1.1.3 Migração em busca da formação educacional

A educação foi apontada como um dos principais fatores que desencadearam os fluxos migratórios no município de Itapuranga a partir da década de 1970. Em função do fechamento dos grupos escolares do meio rural, muitas famílias mudaram-se para as cidades, para que seus filhos pudessem estudar. Dessa forma, a saída de jovens para estudar torna-se um ponto-chave das migrações voltadas para os centros urbanos. Em seu relato, a Sr.^a Luzia destaca que sua filha permaneceu no meio rural enquanto os filhos desta não estudavam, mas depois migrou para a cidade para facilitar o acesso à educação escolar: *“Ela ficou até os meninos, praticamente, até ela levar eles para estudar lá na cidade, né. Porque aqui na roça na época fazia só o quarto ano.”*

Em sua pesquisa de campo com agricultores (homens e mulheres) do oeste de Santa Catarina, Mello (2006, p. 14) compartilha da situação referida, ao apresentar relatos orais segundo os quais “o fechamento das escolas do interior acabou com a vida da comunidade”, “escola forma empregados e não agricultores” e “o ensino afasta os mais novos da roça”. O autor destaca que a nucleação do ensino nos últimos anos pode ser considerada uma das causas do afastamento de jovens do meio rural. Em suma, o que acontece é que as formas de

sociabilidade do mundo urbano nem sempre são conjugadas com os valores da sociedade rural, o que pode bloquear a construção social do ofício de agricultor e de sua identidade.

Diante do cenário das escolas rurais, Silva (2008), em seu estudo sobre a participação dos trabalhadores rurais nas organizações sociais e políticas em Itapuranga, manifesta que, partindo da lógica de modernizar o campo, o Estado brasileiro também proferiu algumas mudanças no processo educativo, que assumia a função de transformar o homem e a mulher do campo, de modo a integrá-los ao mundo capitalista que ali se inseria. Logo, esse projeto de sociedade moderna fortaleceu ainda mais a dicotomia entre o rural e o urbano, promovendo visões estereotipadas, em que o homem do campo era identificado com o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, indivíduo caracterizado pelo atraso, indigência e preguiça.

Em continuidade ao seu raciocínio, no que concerne ao universo educacional, Silva (2008) observa ainda que o processo de modernização da agricultura contribuiu para que os trabalhadores se sentissem como se estivessem fora da realidade. Afinal, os projetos educacionais voltados para o campo estavam embasados na transformação, sem respeitar as diferenças e os conhecimentos dos homens e mulheres do campo. Logo, esse modelo de educação propunha uma mudança à imagem e semelhança de uma sociedade moderna capitalista.

De acordo com os relatos dos entrevistados que vivenciaram esses momentos, é interessante observar que a questão do ensino em Itapuranga começa a ser mais atrativa no início da década de 1970, quando se criam, nas escolas urbanas, o chamado curso médio em Magistério, também denominado Escola Normal do Xixá, e o curso técnico profissionalizante em Contabilidade. A princípio, eles foram montados pela Prefeitura e depois encampados pelo Estado. A partir de então, houve uma atração ainda maior da população da área rural, principalmente dos jovens, para fazer um curso médio profissionalizante. Em seguida, surgiu também o curso técnico em Enfermagem, que atraiu principalmente as mulheres. Os pais que não mais queriam o seu filho como um “puxador de enxada” ou sua filha como uma dona de casa começaram a comprar casa na cidade para ficarem durante a semana e retornavam para o meio rural aos sábados e domingos, ou se mudaram definitivamente com toda a família.

Diante da dificuldade de desenvolver a agricultura na região e do sonho de conseguir uma profissão para os filhos, muitos pais colocaram-se a caminho das cidades cheios de esperança de um futuro melhor para os mesmos. Para os agricultores que se encontravam nessa situação, a migração para a cidade representava a possibilidade de construir novos projetos de vida. O depoimento do Sr. João Batista destaca a importância da migração para a formação dos filhos, em contrapartida à vida no campo:

Agora, se tinha mais filho, às vezes, mudava para Goiânia para ajudar os filhos 'Vou deixar a lavoura.' Às vezes, arrumava um empregozinho ali, os filhos estudava. Logo, muitos se deu melhor em Goiânia do que se fosse às vezes para o Mato Grosso, né. A cidade hoje valoriza mais que a zona rural, né.

A criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga, no ano de 1988, ofertando cursos como História, Geografia e Letras, também contribuiu para aumentar as correntes migratórias do meio rural para o urbano, afinal muitos jovens começaram a frequentar a universidade no município. Mesmo depois de formados, devido à falta de oportunidade de trabalho e aos melhores salários na região, muitos se deslocavam – e se deslocam – para os centros urbanos maiores. Para estudar, recorria-se também aos grandes centros urbanos, principalmente Goiânia, sob a expectativa de buscar melhores oportunidades de trabalho e renda. O depoimento do Sr. Cícero, originário de Itapuranga, apresenta o reconhecimento da interveniência desse fator no processo de tomada de decisão de seu filho: *“Ele era um menino muito inteligente. Então, ele praticamente foi por vontade própria. Na época, eu não tava tendo jeito de dar assistência para eles, né. Aí, ele foi para Goiânia estudar e de lá ele foi para Brasília e não volta fácil mais não.”*

Em síntese, os processos migratórios em Itapuranga derivaram da necessidade de os agricultores familiares manterem a sua condição social de agricultores, o que já não era mais possível na região. A disponibilidade de terras, inicialmente, no norte e nordeste de Goiás e, posteriormente, nas regiões de Mato Grosso, Pará e Tocantins, com preços acessíveis e de boa qualidade, foi um elemento que possibilitou o projeto de reprodução social dos agricultores familiares. A política nacional desenvolvida na época, que consistia na busca da expansão do capitalismo e na integração das diferentes regiões do país, favoreceu a migração e a fixação desses agricultores nas novas regiões. Portanto, pode-se afirmar que, no que se refere à migração, Itapuranga apresentou, ao longo desses trinta anos (1960-1980), duas grandes realidades: a primeira ligada ao processo de expansão e ocupação das fronteiras agrícolas, e a segunda relativa ao crescimento dos centros urbanos, em especial, das grandes capitais.

1.2 Travessias de migrantes

Em estudo sobre a transição para um padrão migratório, Brito (2002) destaca que as migrações não são um fenômeno estritamente demográfico. Segundo o autor, em uma perspectiva mais abrangente, as migrações constituem um processo social, ou seja, elas não são o mero resultado do somatório de decisões individuais, mas das decisões de milhões de

pessoas, conjuntos sociais com seus valores e normas, que mudam do espaço rural para o urbano, de uma cidade para outra e de um país para outro.

No entanto, a travessia dos migrantes motivados por esses processos migratórios varia de acordo com o recurso econômico de cada um, bem como pelas condições impostas pelas vias de transporte e pelos meios de transporte disponíveis. Segundo os dados obtidos nos depoimentos, a travessia era geralmente realizada por caminhões, uma vez que as famílias levavam grande parte dos seus pertences, como móveis, roupas, animais e alguns mantimentos, ou seja, levavam a maior quantidade de pertences necessários para recomeçar a vida nos novos locais de destino.

Para Marin (2013, p. 261), “a viagem das famílias pode ser compreendida como uma espécie de rito de passagem, que separava um tempo pretérito, marcado por questionamentos contextuais, e um futuro cheio de esperanças em torno de terras livres e férteis para reproduzir seus modos de vida”. Ainda segundo o autor, esse rito de passagem deve ser entendido pela valorização narrativa da separação entre um passado de restrições e um futuro cheio de esperanças de conquista da terra para o trabalho e para o abrigo da família.

No estudo de caso em Itapuranga, observam-se diversos testemunhos de agricultores que presenciaram ou realizaram a travessia de caminhão, em viagens que duravam dias. Entretanto, para que a migração fosse possível, alguns procedimentos preparatórios foram necessários, desde a venda das terras até a contratação dos caminhoneiros que transportariam a mudança. O Sr. Baltazar, cujos irmãos migraram para o Pará quando este ainda era muito jovem, relembra que seus irmãos foram ao estado para passear e conhecer e, em seguida, voltaram para Itapuranga. Depois disso, venderam a terra no município e retornaram ao Pará para comprar mais terra. No entanto, ele nota que nem todos tinham terra para vender, por isso muitos foram também à procura de trabalho: *“Eles já sabiam que iam comprar terra. Igual eles foram antes passear para ver. Aí, conheceu, depois já venderam, já foram e já compraram. Já foi uma coisa segura.”*

Os caminhões tornaram-se o meio de transporte utilizado pelos agricultores que partiam de Itapuranga em direção a Mato Grosso, Pará, Tocantins e até mesmo a grandes cidades, como Anápolis e Goiânia. Levando em consideração as particularidades de cada experiência, os entrevistados destacam que o tempo necessário para a travessia variava de acordo com a distância a ser percorrida e as condições das vias de transporte, levando cerca de três dias de viagem, por exemplo, para os migrantes que partiam de Itapuranga chegarem ao Pará. O depoimento do Sr. Baltazar oferece detalhes dos procedimentos tomados para a mudança de seus familiares:

O que eles tinha levou. Vendeu e levou. Porque é tal caso, né. Aí, fica lá com a mente numas coisas lá e aqui, né. E a pessoa que já foi lá e viu como é, aí, já tem que largar tudo e ir, porque aí não fica preocupado com alguma coisa que ficou. Porque senão fica assim: 'Eu tenho que voltar lá. Eu tenho que ficar aqui.' Então, eles foram, viram a possibilidade de ir e voltaram. Aí, eles venderam a terra e providenciaram a mudança e foram de caminhão. Eles gastaram uns três dias nessa época de viagem. Tinha chão, estrada ruim. Eles levaram gado. Eu mesmo tenho uma irmã que mora lá, essa que foi primeira, eles levou a mudança, gado, um animal, galinha. Gastaram uns três dias.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o caminhão era o principal meio de transporte utilizado pelos agricultores familiares que empreendiam movimentos migratórios. Segundo Borges (2000 apud MARIN, 2013), as estradas de rodagem tornaram-se as principais vias de acesso a Goiás, na medida do aprofundamento dos problemas técnicos e administrativos da estrada de ferro, da ampliação dos investimentos públicos na construção de estradas de rodagem e da instalação de indústrias automotivas de capital multinacional no Brasil.

Levando em consideração as pequenas distâncias a serem percorridas, segundo depoimentos orais, as carroças tornaram-se o meio de transporte utilizado pelos agricultores que partiam tanto para as regiões vizinhas quanto para a cidade de Itapuranga. Esse meio de transporte lhes oferecia a vantagem de ser utilizado também como uma ferramenta de trabalho na cidade, sendo usado para fazer pequenos fretes. Partindo da premissa de que a maioria dos migrantes era proprietária desse meio de transporte, o custo com a viagem também era menor. Em relação aos demais meios de transporte disponíveis na época, os tratores também se constituíram em um meio utilizado por milhares de famílias agricultoras que saíram do campo rumo à cidade.

Para Brito (2009), numa análise sobre as migrações internas no Brasil, mesmo que ocorram obstáculos intervenientes, ligados à distância ou aos custos de transportes, bem como problemas psicossociais inerentes ao traslado, a virtuosidade econômica e social das migrações é um pressuposto inegável. Ainda segundo o autor, essa dimensão positiva das migrações, tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista econômico, serve de pano de fundo para a racionalidade da decisão de emigrar. Logo, a análise custo/benefício, em todas as suas dimensões, tende a ser amplamente favorável aos benefícios.

Em contrapartida às dificuldades enfrentadas pelos migrantes para a travessia da fronteira, e para justificar a iniciativa tomada, a migração representava a superação das limitações vividas e o sonho de melhores condições de vida para as famílias migrantes. Todavia, além das dificuldades da viagem, a travessia também envolvia outros momentos difíceis. A partida era considerada pelos agricultores um dos momentos mais carregados de emoção, tanto para os que partiam quanto para os que permaneciam. Ainda hoje, a dor de

ficar e ver seus entes irem embora permanece registrada na memória de filhos(as), pais, irmãos(ãs) e avós. O Sr. Baltazar e a Sr.^a Divina, por exemplo, relembram o que sentiram quando seus familiares partiram:

Eu mesmo achei ruim demais, nosso Deus. Tinha dia que eu chorava até. Eu já era casado e eu chorava a falta dos irmãos, né. Porque esse irmão meu mais velho, e como se diz, foi ele quem criou nós. Porque eu fiquei com sete anos quando o meu pai faleceu. Então, ele ajudava muito. Então, quando ele foi para lá, ele falou 'Vamos!' Eu falei: 'Não. Eu não vou.' Mas, eu senti demais. Eu mesmo fiquei sentido, eu chorava. Aí, minha esposa falava assim: 'Mas que bobeira é essa de chorar.' 'Ah, sei lá.' E nós foi criado juntos. Toda vida, é um pai que eu tenho. Como se diz, eu não fui pra lá porque eu não quis, mas ele era doidinho que eu fosse pra lá. Queria comprar uma terra lá para mim. Eu acho que não dá, parece que a mente de um é de um tipo e do outro é outra. (Baltazar, 58 anos).

O Z. [esposo] não falava nada. Agora eu senti, não sei se foi porque filho homem é mais amigo da mãe e os meus é. Ele fala mais comigo do que com ele. Então, eu tenho só filho homem e eu senti demais. O mais velho mesmo, nós dois era uma coisa esquisita tanto que a gente era apegada um ao outro, né. Quando ele saiu eu pensava que eu não ia aguentar. Aí, um dia eu cheguei na minha mãe e falei assim: 'Eu não vou aguentar!' Aí, ela chegou a falar assim: 'Eu aguentei os meus sair, por que você não vai aguentar?' Aí, eu falei assim: 'Então, eu tenho que aguentar.' (Divina, 58 anos).

As famílias moravam todas próximas, e a migração provocava um rompimento das relações estabelecidas no âmbito familiar, por isso era um processo muito dolorido. Nessa época, na visão dos agricultores, vivenciar os processos migratórios era ainda mais complicado, pois os reencontros seriam raros e as notícias, bem esporádicas. As viagens eram longas e cansativas e deviam ser programadas com meses de antecedência, para que as famílias pudessem ir visitá-los. Assim mesmo, não iam todos os familiares que permaneceram, mas apenas alguns, porque não se tinha dinheiro para pagar para todo mundo e, além disso, alguns tinham que ficar tomando conta da propriedade. Ademais, o contato era apenas por telefone ou por carta, de acordo com as limitações da época. O depoimento da Sr.^a Fátima oferece detalhes das dificuldades enfrentadas para visitar os pais e irmãos que se mudaram para o Mato Grosso:

Naquela época para nós ir lá, nós saía daqui hoje cinco e meia da tarde, pegava o ônibus e nós chegava lá amanhã seis horas da tarde. Então, era difícil para ir lá. Mato Grosso era longe. Igual hoje a gente sai daqui e vai almoçar lá. Hoje, ele tá pertinho, como diz o ditado. Pegava aqui em Itapuranga cinco e meia, chegava em Goiânia você esperava até nove horas da noite, dez horas para pegar para Xavantina. Aí, chegava em Xavantina com o dia clareando. Aí, nós tinha que esperar até onze horas na Xavantina para pegar um ônibus para ir para cidade mais perto da cidade que eles morava. Aí, chegava no Campinato, que é a cidade que eles mora, nós tinha que esperar até cinco horas da tarde. Quatro e meia, cinco horas, que era a hora que saía o ônibus que ia levar o povo para tal de Agrovila lá. Aí, nós passava em frente à casa do papai era seis horas da tarde, hora que nós

apeava lá. Aí, naquela época não tinha como entrar em contato. Se desse um dia aqui deles ligar para nós, nós tinha que ter o dia certo. Todo primeiro domingo do mês era dia de nós fazer uma ligação. Aí, nós ia para o centro telefônico aqui e eles ia para lá para ligar para nós para dar notícia. Não era aquela questão de nós hoje que entra em contato qualquer dia, qualquer hora, né. Ah, dei vontade de conversar com eles, vou lá e ligo. Hoje todo mundo tem telefone. Porque hoje eles já têm telefone em casa e tudo.

As narrativas confirmam que a migração não é revestida apenas de ganhos e conquistas, afinal o afastamento do convívio familiar envolve um conjunto de sentimentos e vivências, que englobam sofrimentos, perdas, ausências, saudades, renúncias, incertezas, inseguranças, longas distâncias e dificuldades de reencontro, que tanto o migrante quanto os familiares precisam suportar. Vivenciada na trajetória migrante, a busca por um pedaço de terra e por melhores condições de vida gera angústias e sofrimentos oriundos do processo de adaptação à nova realidade, deflagrados pela saudade do contexto familiar e sociocultural ao qual o migrante estava integrado antes da migração.

Na perspectiva de Silva e Melo (2009, p. 43), “a realidade migratória é sentida tanto pelos que partem como pelos que ficam”. Nesse sentido, segundo as autoras, os espaços de origem e de destino, distantes em milhares de quilômetros, são unidos pelo tempo, que, embora cindido pelas imposições das estruturas sociais, acaba por transformar-se num mesmo tempo, tanto para quem parte quanto para quem fica.

Enfim, mediante esses trajetos migratórios, as lembranças são subdivididas em marcos de memória, havendo pontos de grande significância, que se concentram na vida antes da migração, na partida, na ansiedade em reencontrar os familiares migrados e no forte desejo de retorno para o núcleo familiar.

1.3 O sonho em realização: as conquistas dos migrantes

Após a travessia, os migrantes iniciam o processo de reorganização da vida na fronteira, adotando novos procedimentos para dar continuidade às atividades familiares e à manutenção da unidade familiar. Nesse sentido, pode-se destacar algumas características que definem a realidade vivida pelas famílias de agricultores familiares de Itapuranga, tais como o trabalho familiar, a produção agrícola, os investimentos e o retorno.

A princípio, como já salientado nos itens anteriores, observa-se que muitos processos migratórios ocorreram em busca de terra para morar, trabalhar e produzir. De acordo com os depoimentos orais de familiares que permaneceram em Itapuranga, os agricultores que se mudaram para outras regiões foram para trabalhar na terra, cujo acesso se deu pela compra,

arrendamento e apossamento. As terras em regiões como o Pará e o Mato Grosso, que ainda possuíam matas virgens, tinham preços inferiores em relação aos preços existentes na região de Itapuranga, o que possibilitava a aquisição de lotes de terras maiores pelos segmentos de agricultores. No entanto, o uso da terra ganha novo significado em algumas regiões, principalmente no Pará, que tem a cultura produtiva diferente da do município de origem. Os entrevistados relatam as diversas formas de trabalho encontradas pelos familiares migrantes para a reprodução da unidade familiar:

Lá eles não produzem, só mexe com gado. Lá ninguém mexe com roça, não. Nada, nada, nada. Quem tá ali mesmo não dá nem as horas por aquilo não. Quem tá ali num lote não tá nem aí, eles quer é gado mesmo. Eles quer é coisa que dá dinheiro. (Baltazar, 58 anos).

Eles não foram para a produção de lavoura, porque o povo vai para o Pará não é para a lavoura, é para gado. (João Batista, 77 anos).

Eles mexia com roça, com seringa. E, aí, quando eles começou a comprar terra, eles começou a mexer com gado a meia. Lá o povo dava gado a meia assim: ele dava vinte vacas para você hoje, aí, eu não tinha nenhuma vaca. 'Eu te dou vinte vaca a meia para você.' Quando elas paria tudo, ele ia na cabeceira dos bezerros, dez bezerros e pegava dez vaca e carregava. E deixava dez para você, mas era dado. A diária era a meia. Aí, você já começava o terreiro, né. Porque para você ver, com dez vacas e dez bezerros já vai pra vinte outra vez, sem você gastar um tostão. Aí, eles foram vendendo os gados que eles tinha e comprava mais terra e pegando mais. (Fátima, 58 anos).

A criação de gado foi a principal atividade desenvolvida pelos migrantes nos novos espaços rurais. O alto valor da comercialização, as grandes extensões de terra e o retorno rápido foram fatores que atraíram os migrantes, além do fato de esta ser uma atividade que demandava pouca mão de obra. Segundo Prado (2009), a produção agropecuária sempre teve grande relevância para a economia brasileira. Assim, visando aumentar a produtividade no campo, o governo brasileiro buscou implantar medidas públicas que resultassem na transformação dos processos produtivos existentes e na ocupação de áreas com potencial agrícola, a fim de que o aumento na produção pudesse abastecer o mercado interno e gerar divisas com a exportação.

Martins (1997), em seu estudo sobre as fronteiras interiores do Brasil, assinala que a fronteira pode ser compreendida como o espaço próprio do encontro de sociedades e culturas diferentes entre si. Esse espaço é também o lugar da liminaridade, da indefinição e do conflito, da comunhão autofágica e do rito sacrificial, por meio do qual o homem nasce como povo. Em síntese, segundo Martins (1997, p. 150-151),

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.

Entre os migrantes, houve aqueles que foram para morar no interior das fazendas, onde mantinham relações de dependência pessoal com os fazendeiros. Para os agricultores nessa situação, o trabalho representava a oportunidade de conseguir dinheiro para que, futuramente, pudessem comprar a sua própria terra. Assim, todo o núcleo familiar desenvolvia atividades diversas e remuneradas, em busca do sonho da posse da terra, como é o caso narrado pela Sr.^a Fátima, sobre o trabalho do pai e dos irmãos em Mato Grosso:

Eles [irmãos] já começou a trabalhar como seringueiro. Lá tinha muita seringa e começaram a trabalhar com seringa. Só que era para os outros, na época que eles foi para lá. Os vizinhos pegava, porque lá não é diarista, lá pega que nem no caso aqui, é tipo arrendado. E, aí, tudo que você pôr eles para fazer, eles faz. Minha família é daqueles que não tem leitura, mas serviço de roça não tem nada que eles não faz. Aí, eles fazia ponte para a Prefeitura. Eles fazia curral. Barracão. Mexia com motosserra para tirar madeira. Tudo que pôr eles para fazer, serviço grosseiro, eles sabe fazer. Então, lá eles acharam o caminho deles. Aonde eles tá até hoje. Hoje eles já tá lá, capaz que eles tá com cem alqueires de terra lá.

Segundo Marin (2013), as relações de parceria e arrendamento eram muito vantajosas para os fazendeiros e, entre as diversas razões, pode ser destacado o fato de o trabalho ser transferido para a família dos camponeses, além de os custos e as despesas serem socializados com as famílias camponesas, no caso da parceria. Para o autor, essas relações contratuais representavam, para os camponeses, formas de acesso a terra para produzir, de ocupação de todos os integrantes da família e de produção de gêneros alimentícios necessários ao consumo familiar. Assim, “os camponeses alimentavam a crença de que, nessa condição, mas com trabalho e parcimônia, poderiam comprar o próprio lote de terra, ter maior estabilidade e autonomia do trabalho e, por fim, melhorar as condições de vida da família” (MARIN, 2013, p. 272).

Parte dos agricultores que migraram para o Pará também foi à procura de melhores condições de vida e trabalho, mas não necessariamente para o trabalho no campo. Muitos investiram os seus recursos na montagem do seu próprio negócio nos centros urbanos. Conforme o depoimento do Sr. João Batista, o sobrinho saiu do município de Itapuranga para investir no comércio local de Tucumã/PA. “Ele foi assim pensando em pôr até uma

sementeira. Mas chegou lá não deu certo, ele começou a mexer com uma lanchonetezinha na Praça de Tucumã. Logo, entrou numas gambira de gado.”

Nos depoimentos orais de famílias que migraram para os centros urbanos, principalmente para a cidade de Itapuranga, percebe-se que, muitas vezes, essas famílias vendiam suas propriedades e compravam um lote ou uma casa na cidade. Aquelas que não dispunham de recursos financeiros para tal iam morar de aluguel em bairros da periferia da cidade. Assim, muitos agricultores familiares migrantes transformaram-se em trabalhadores assalariados no comércio local. Logo, mudar para a cidade significava uma vontade de trocar o trabalho difícil por um melhor. Alguns conseguiram montar seu próprio negócio, atuando como prestadores de serviços à comunidade, como destaca o Sr. João Batista, que vivenciou o processo migratório de vizinhos, familiares e amigos:

E para Itapuranga também foi gente demais da conta. Muitos vendeu as propriedades e foi para Itapuranga. Chegou lá comprou uma casinha, às vezes, comprou uma carroça. Outros comprou uma caminhonete, né. Fazer um fretezinho. Tá vivendo lá até hoje assim também. Vendendo frutas, as coisas, né. Igual, tem muitos lá que vive com uma carroça até hoje. Trabalhando com a carroça, fazendo um transportezinho. E vive bem. Talvez até melhor do que na roça.

Diante desse cenário, Andrade (1995), ao estudar a questão do território no Brasil, acrescenta que a migração dos camponeses para a cidade traz graves consequências sociais para a vida camponesa, pois há um processo de desruralização dos trabalhadores, que, sem adquirir o hábito e a habitação do trabalhador urbano, formam as populações marginalizadas que vivem de trabalhos esporádicos ou atividades ilegais nos centros urbanos de maior expressão populacional.

Pelos depoimentos, pode-se afirmar que grande parte dos agricultores que migraram para o Mato Grosso, para o Pará e para os centros urbanos conseguiu melhorar sua condição de vida. Muitos conseguiram obter sucesso financeiro e hoje estão muito bem. Em grande medida, o bem viver estava associado à casa própria, à posse da terra e ao próprio negócio. Da sistematização dos dados pela realização financeira dos agricultores que migraram, reconhece-se que, ao longo do tempo, muitos deles conseguiram alcançar seus objetivos. Nesse sentido, os relatos dos entrevistados registram os resultados compensadores e as conquistas dos migrantes:

Eles conseguiram o sucesso financeiro. Mas, como diz, foi muito bom para eles. Muito bom mesmo. Aí, como diz, melhoraram muito as coisas. Muito, muito, mesmo. E quem ia geralmente melhorava lá. Mas têm umas pessoas que você pode entregar para ele, uma comparação assim, um saco de dinheiro que dentro de um dia ele acaba com ele. Aí, já tem isso aí. Então, ele é uma pessoa muito cabeça, né. Foi

evoluindo, evoluindo, evoluindo. Então, todos eles que foi pra lá tá tudo bem. (Baltazar, 58 anos).

Quase todos eles ficaram melhores financeiramente. Porque terra lá naquele tempo era muito baratinha, né. Eu mesmo tenho sobrinho que foi para lá com pouca coisa. Mas já bem depois, oitenta e pouco. Tão rico. Ele foi para lá com uma mixaria de nada, sabe? Até devendo. Hoje, ele tem um capital muito grande. GANHOU muito dinheiro. (João Batista, 77anos).

Hoje eles estão bem lá. Graças a Deus. Hoje se falar que é para eles mudar de lá para voltar para trás ninguém quer. (Fátima, 58 anos).

Diversos entrevistados deixaram claro que o sucesso do projeto migratório para outras regiões do país e a ascensão social era resultado, fundamentalmente, do trabalho de todos os membros da família. A boa gestão dos recursos oriundos desse trabalho coletivo possibilitou que muitas famílias fizessem novos investimentos e aumentassem o seu patrimônio. A maioria dos investimentos se deu na compra de lotes de terra, na aquisição de gado e na criação de outros empreendimentos familiares. A mudança no padrão de vida, segundo os agricultores familiares entrevistados, pode ser percebida nas caminhonetes, apartamentos e terras adquiridas com a renda do trabalho migrante.

Ele começou com uma lanchonetezinha dentro de uma praça com açaí, esse tipo de coisa, sabe? E ele ganhou um dinheirinho. Mas, toda a vida ele foi da roça, nasceu e criou na roça, sabe? Aí, umas terras baratas, ele foi e já comprou uma terra. Começou com um gádinho. O dinheirinho que tirava na lanchonete comprava gado. E ele viu que um negócio muito bom no Pará lá em Tucumã e São Félix do Xingu era mexer com imobiliária, com loteamento. Aí, ele comprou uma chácara de dois alqueires e loteou ela. Vendia demais lá em Tucumã, sabe? Aí, já comprou outra maior, loteou. Com essa mobiliária ele tem um sócio. Aí, comprou uma em São Félix do Xingu, dez alqueires. Tinha uma cerâmica, e ele começou a trabalhar na cerâmica e não gostou da cerâmica, sabe? Muita mão de obra, muitos funcionários. Ele foi tirou uma parte pequena, vendeu a cerâmica e loteou o resto. Aí, expandiu. (João Batista, 77 anos).

Dessa forma, é possível afirmar que grande parte dos migrantes que mudaram para outras regiões ou estados não fez investimentos no município de Itapuranga. Raras são as exceções de agricultores que migraram e aplicaram dinheiro na região. Segundo o Sr. Baltazar, tal fator se justifica porque “*aqui é meio complicado, né. Aqui é só para propriedade pequenininha*”. Dessa forma, muitos ainda permanecem nos locais de destino até os dias atuais e, dificilmente, retornarão para Itapuranga.

Em contrapartida, diante da análise das novas condições de vida das famílias migrantes, de modo especial, observa-se que alguns fatores são determinantes para que o projeto migratório seja interrompido e o retorno aconteça. Um argumento bastante recorrente na fala dos agricultores entrevistados está relacionado ao problema de saúde de familiares que partiram para outras regiões de fronteiras. O surgimento de doenças nos núcleos familiares

torna-se um problema para o migrante, na medida que envelhece e percebe a falta de tratamento no local de destino. Tais problemas facilitam seu regresso, em busca de mais conforto e também para que possa ficar perto dos parentes que permaneceram, realidade conhecida em Itapuranga, conforme depoimentos:

Ela voltou por motivo de doença. Ela doente, o marido doente. Ela tinha só duas filhas, todas duas casadas. Uma até mora aqui. A outra mora lá. Ela tem um comércio lá. Tem um mercadinho lá, só porque não é na Xinguara, é na Vila São José. Fica para baixo da Araguaína. E ela veio aqui por motivo de tratamento, por que lá tratamento é caro. É igual aqui, uma comparação. Aí, um tratamento melhor tem que descer para Belém ou Goiânia. Então, aqui já fica pertinho. Já tem parente aqui. Tem parente lá [Goiânia]. Então, ela voltou em busca de tratamento. E a idade também, porque todos os dois aposentou. O casal aposentou. Aí, fica mais tranquilo. (Baltazar, 58 anos).

Aqui mesmo na serrinha tem um. É o sogro do meu sobrinho aqui. Ele tinha um alqueire de terra aqui na Boa Sorte [região do município]. Ele foi para o Mato Grosso. Depois passou para dez, doze alqueires. Depois aumentou, passou para dezessete alqueires. Mas com a idade ele adoeceu e voltou para trás e tem dois alqueires aqui agora. Ele vive tranquilo aqui na beira da serrinha do Córrego Grande [região]. Já tá velho e no Mato Grosso é mais difícil. A família não quis ficar lá com ele. E ele foi ficando sozinho, né. Aí, não dava conta de trabalhar na terra. Aí, volta para perto de algum filho que tá mais perto. Com uma terrinha mais pequena é mais fácil de zelar. Aposentou ele e a mulher e qualquer coisinha que interar vive bem. Aí, ele voltou para trás e agora tá bem, graças a Deus. Melhorou muito, né. Então, muitos veio por causa disso. (João Batista, 77 anos).

Nota-se, portanto, pelos depoimentos, que a idade também se constituiu num dos fatores que desencadeiam o retorno para os locais de origem. Ou seja, depois de aposentados, muitos migrantes procuram lugares que dão valor às pequenas coisas necessárias na velhice, como um lugar tranquilo, junto às pessoas queridas. Por isso, muitos retornam depois de aposentados, para ficar próximos a amigos e familiares e longe da vida atribulada dos grandes centros urbanos ou do trabalho exaustivo. Retornam também para Itapuranga com a certeza de que estarão mais próximos aos centros de tratamento de saúde. Em síntese, como afirma Marin (2013, p. 290), “seja nas cidades, nas vilas periféricas, na fronteira amazônica ou nas terras além-mar, a luta pela vida continua. Enfim, ontem, assim como hoje, as fronteiras do humano permanecem em aberto”.

CAPÍTULO II

VIVÊNCIAS MIGRATÓRIAS INTERNACIONAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPURANGA/GO

O estudo das vivências de famílias nos processos migratórios apresenta-se como um objeto novo de análise, que esbarra em questões que transcendem a migração e, no entanto, condicionam-na. Há aspectos da realidade social reconhecíveis por todos, que delimitam a situação da família do migrante. No entanto, reduzir o fenômeno migratório à realidade puramente objetiva é silenciar seus aspectos subjetivos, ou seja, a maneira mais ou menos particular como cada família vivencia a migração de seus familiares. O foco aqui será a análise de aspectos objetivos e subjetivos da família do migrante, que integram os processos migratórios internacionais. Afinal, a migração não é apenas um fenômeno daqueles que partiram, mas também dos familiares que permaneceram.

Assim, pensar em uma maior alteridade, passível de ser experimentada pela família de migrantes, significa considerar que as maneiras de vivenciar as alteridades são múltiplas e heterogêneas e estão ancoradas na vivência familiar anterior à migração. Trata-se, no caso da família de migrantes, de incorporar novos elementos no sentido de reorganizar, ressignificar e atribuir novos e diferentes sentidos aos preexistentes. Não há como analisar as experiências de uma família migrada sem levar em consideração as suas vivências antes, durante e depois da migração. As experiências são fatores determinantes na família, na medida em que as migrações a transformam, mas sem deixar de apresentar características que lhe eram próprias, mesmo que a maneira de se relacionar entre si tenha sido reinterpretada e novos elementos tenham sido incluídos.

Sendo assim, este capítulo tem por objetivo apreender as migrações, sob diferentes perspectivas, a partir das problematizações e do ponto de vista das famílias de agricultores familiares que experimentaram a migração de algum membro do núcleo familiar. O capítulo está organizado em três seções. Na primeira, discutem-se as experiências pré-migratórias das famílias, abordando os processos de tomada de decisão, os fatores que motivaram a migração, a posição das famílias entrevistadas frente a essa realidade e suas interpretações com relação

ao futuro dos migrantes. Na sequência, é analisada a migração em si, no esforço de apreender como a família vivencia a partida de seus familiares diante das expectativas de travessia da fronteira. Por fim, na terceira seção, analisam-se as implicações da ausência no cotidiano das famílias e da propriedade de uma forma geral.

2.1 Pré-migração: as motivações

Para a compreensão das especificidades impostas pelos fenômenos migratórios às famílias de agricultores familiares de Itapuranga, é preciso considerar as particularidades presentes no fenômeno das diásporas, as quais fazem surgir uma nova configuração cultural na família que fica, na qual o *habitus* individual passa a ser mediado pela coexistência de instâncias distintas que produzem valores culturais e diversificadas referências identitárias.

As migrações nacionais e internacionais estão ligadas, entre outros fatores, ao seu enraizamento no imaginário simbólico dos itapuranguenses. Itapuranga, em uma visão geral, pode ser definida como a cidade dos migrantes, uma vez que a imigração e a emigração fazem parte do cotidiano dos seus habitantes, envolvendo grande parte das famílias, que têm algum parente que migrou ou conhecem alguém, amigo ou vizinho, que realizou tal processo, em caráter temporário ou permanente. No contexto migratório observado na região, destacam-se os constantes fluxos, de entrada e de saída, para diversos lugares. Os diagnósticos fornecidos pelo Censo Demográfico de 2010 complementam essa afirmação, demonstrando que 0,90% dos emigrantes goianos para o exterior são oriundos de Itapuranga, que está entre os vinte municípios do estado de Goiás que mais despertam e efetivam movimentos de saída para outros países (IBGE, 2014b).

Contribuindo para a compreensão da modalidade de migrações internacionais dos agricultores familiares de Itapuranga, Sales e Loureiro (2004), em seu estudo sobre os imigrantes brasileiros adolescentes em Massachusetts, Estados Unidos, faz uma significativa contextualização do universo das migrações internacionais. A partir da década de 1980, teve início o processo de emigração de grandes contingentes de brasileiros para o exterior, motivados pela crise econômica enfrentada pelo país. Nota-se, assim, que o contexto histórico é um elemento importante para o entendimento dos motivos que desencadearam tais processos em âmbito nacional. Os autores afirmam ainda que esse fenômeno levou ao estabelecimento de significativo número de comunidades de expatriados em diversos pontos do globo, mas principalmente em regiões dos Estados Unidos (23,8%), Portugal (13,4%), Espanha (9,4%), Japão (7,4%), Itália (7,0%) e Inglaterra (6,2%). Somente esse grupo de

países representa 70% do destino eleito pelos emigrados brasileiros. Entre o conjunto de motivações ou incentivos que, historicamente, impulsionaram as migrações, estão, por exemplo, a aspiração por melhores condições de vida e de emprego (educação, saúde etc.), os deslocamentos forçados para preservar a integridade física (normalmente provocados por conflitos armados domésticos e internacionais), as desigualdades nos níveis de desenvolvimento, as assimetrias na distribuição dos benefícios oferecidos pela economia internacional, as carências de capital humano e conhecimento e a curiosidade (SALES; LOUREIRO, 2004).

Diante desse âmbito global, avançando para uma análise das migrações internacionais em nível estadual, observa-se, segundo o IBGE, que Goiás é o estado com o maior número de emigrantes para cada mil habitantes (5,92 pessoas para cada mil habitantes) em todo o território nacional. É interessante destacar que Goiás conta com pouco mais de seis milhões de habitantes e se caracteriza por ser uma região sem fronteiras internacionais ou saídas marítimas. Mesmo assim, configura-se como uma das localidades com a maior taxa emigratória do país, estando entre os três estados brasileiros que mais enviam brasileiros para o exterior (IBGE, 2014).

Estimativas atuais do Censo Demográfico de 2010 indicam que, entre os países que mais têm recebido migrantes goianos, destacam-se Estados Unidos (22,29%), Espanha (21,20%), Portugal (17,03%), Reino Unido (8,56%), Bélgica (6,04%), Irlanda (4,46%), França (4,20%), Suíça (3,81%), Itália (3,78%) e Japão (1,29%). Portanto, o principal destino selecionado pelos(as) goianos(as) emigrados(as) é a Europa e, em segundo lugar, a América do Norte. A Europa aparece em primeiro lugar porque engloba países preferenciais, como Portugal, França, Espanha e Itália, entre outros, enquanto a América do Norte é representada apenas pelos Estados Unidos. Assim, os destinos preferenciais dos emigrados que partem do estado de Goiás não diferem da tendência nacional (IBGE, 2014).

Ainda segundo dados do IBGE (2012), mais de cem mil goianos(as) (106.758) estavam fora do país quando foi realizado o levantamento dos dados para o censo demográfico de 2010. Porém, cabe ressaltar que tais estimativas não computaram muitos brasileiros que estavam em situação de irregularidade no país receptor, o que torna os imigrantes indocumentados invisíveis aos bancos de dados oficiais. Assim, pode-se afirmar que esses dados numéricos representam parcialmente a realidade migratória. No entanto, isso não inviabiliza uma análise reflexiva acerca dos fluxos migratórios internacionais.

Os dados do IBGE também revelam que 59,46% dos emigrantes itapuranguenses partem para a Europa, 35,14% preferem migrar para a América do Norte, mais

especificamente os Estados Unidos, e apenas 5,41% escolhem o continente africano. Ao se espelhar nessas observações, verifica-se que, no transcurso do tempo, foi-se construindo um caminho trilhado pelos migrantes, sendo que as motivações para migrar são diversas e estão pautadas, principalmente, na busca por salários que permitam melhores condições de vida, bem como a compra de bens duráveis – em especial, a casa própria e um carro – e/ou o pagamento de dívidas. O ápice dessas migrações ocorreu na década de 1990, sobretudo para os Estados Unidos, período em que o dólar (moeda americana) estava supervalorizado. Essas afirmações encontram suporte no que afirma o Sr. Oscar ao narrar esse processo de migração:

A única saída que a juventude tinha aqui em Itapuranga, na verdade, era essa de mudar para Goiânia ou para o exterior. E aí apareceu essa onda de ir para o exterior e no exterior, realmente, as pessoas conseguiam trabalhar e ter algum ganho de dinheiro. Então, o pessoal começou a sair. Começou a viajar, a ir para os Estados Unidos, para o Japão, para Europa.

De fato, entre as décadas de 1990 e 2000, houve uma redução significativa no número total de habitantes do município. Tal fato pode ser atribuído às intensas migrações internacionais, o que resultou numa saída massiva de pessoas de Itapuranga rumo aos Estados Unidos e a alguns países europeus. Os dados da tabela a seguir, contendo informações retiradas de censos demográficos, mostram a redução numérica da população do município, tanto rural quanto urbana, nas últimas décadas.

Tabela 3- População do município de Itapuranga nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010.

População	Número de habitantes			
	1980	1991	2000	2010
Total de habitantes	30.358	31.215	26.740	26.125
Urbana (habitantes)	15.492	19.885	19.905	21.235
Rural (habitantes)	14.866	11.330	6.835	4.890

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IMB (2014)

Seja qual for a motivação para migrar, pode-se compreendê-la como fruto da “matriz cultural que dispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas” (SETTON, 2002, p. 61). Logo, a noção de *habitus* permite apreender certa similaridade nas escolhas e anseios de indivíduos que vivenciam uma trajetória similar.

Relatos de famílias de emigrantes¹ entrevistadas sobre o deslocamento de familiares para o exterior apontam para o fato de que há certa semelhança nos fatores que desencadearam esse fenômeno migratório em Itapuranga. A propósito, são ilustrativos alguns trechos retirados dos depoimentos de entrevistados cujos familiares são emigrados, enquanto

¹ Emigrar significa deixar o país de origem para se estabelecer em outro. Um indivíduo que faz tal processo é denominado na sua pátria de emigrante.

a família permanece no município. Um agricultor familiar, pai de um filho imigrado² há quinze nos Estados Unidos, que lá permanecia até a época de entrevista, expressa o que leva homens e mulheres, principalmente os jovens, a mudar-se de Itapuranga:

Por que a juventude da zona rural nunca teve uma vida digna, uma vida boa, sabe? Igual na cidade. O trabalho é pesado e o lucro é pouco. A gente não tem renda suficiente, às vezes, nem para estudar um filho, que é difícil. Então, eles logo se casam. Eles é novo, quer saí da zona rural, sabe? Caçar um serviço para ver se ganha um dinheiro a mais, né. (João Batista, 77 anos).

Dessa forma, a vida difícil despertou, nos jovens rurais de Itapuranga, a potencialidade das migrações como uma alternativa para alcançar melhores oportunidades de trabalho e renda. Sales (1999) elencou algumas semelhanças entre os expatriados brasileiros, destacando que a gradual transição ocorre em um grupo composto, geralmente, por jovens do sexo masculino, que empreendem só a aventura imigratória. Isso ficou evidenciado no perfil dos itapuranguenses que emigraram para o exterior: a grande maioria era jovens, inclusive rurais, com idade entre vinte e dois e vinte e seis anos, que não acreditavam na continuidade da vida no campo. A autora observou, ainda, que se trata de um grupo formado, *a priori*, por uma composição heterogênea em relação a gênero, grau de escolaridade e cor da pele; é, enfim, um grupo social que se caracteriza pela diversidade.

O fator econômico das famílias, que, para os migrantes, implicava a falta de dinheiro, impulsionou as contínuas correntes migratórias. Isso significa que a questão migratória também precisa ser enfocada no âmbito das contradições históricas da reprodução social dos núcleos familiares, na situação em causa, engendradas pela falta de oportunidade dentro das propriedades, muitas vezes resultante da pequena quantidade de terra. Evidentemente, a falta de oportunidade e perspectivas de vida, principalmente para os filhos, é um problema vivido e percebido diferentemente por cada família. Amorim (2012), ao tentar compreender os impactos da migração internacional na vida de homens e mulheres que são partícipes desse processo, afirma que os desejos, os interesses e as escolhas presentes na ação cotidiana dos indivíduos não são decorrentes de uma avaliação premeditada e calculada, mas são consequências da inter-relação entre o *habitus*, as repressões e as motivações da estrutura:

[...] das quais os indivíduos lançam mão [e] surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica (SETTON, 2002, p. 64).

² Imigrar significa entrar num país para fins de trabalho e/ou residência, passando o indivíduo a ser denominado de imigrante pelo país acolhedor.

Dentro desse contexto singular, a noção de *habitus* assumiu um conceito que possibilita analisar a “coerência das características mais diversas de indivíduos dispostos às mesmas condições de existência” (SETTON, 2002, p. 61). Assim, para muitas das famílias itapuranguenses que testemunharam a migração de filhos(as), esposos(as), irmãos(ãs), netos(as) e namorados(as), a busca por melhores condições de trabalho foi o fator primordial na travessia para outros países, conforme depoimentos de entrevistados:

Por que não tem assim serviço para eles na roça. Ninguém quer mais mexer com roça, por que não dá dinheiro, né. Não dá nada. Aí, a cidade para eles é melhor, ganha mais. (Tereza, 58 anos).

Ah! A procura de melhora, né. Por que você sabe, é difícil o emprego aqui. Ganhar um dinheirinho aqui, né. Então, não tava conseguindo ganhar, aí, ele foi para lá e Deus ajudou até que ele conseguiu umas coisinhas já. (Antônio, 74 anos).

Ah! Devido trabalho, né. Por que sabe, hoje o produtor tá muito sem lucro, né. Parece que tá muito caro. Então, vai procurar um serviço, por que hoje para você plantar não tá compensando. Então, o espaço é muito pequeno e eles foi esparramando mais por isso. O J.C. [filho] nunca foi de roça. Aí, foi esparramando todo mundo. Aí, ficou só nós. (José Carlos, 69 anos).

Somava-se ainda, em determinadas circunstâncias, a expectativa de abreviar o tempo para realizar os sonhos de comprar uma casa própria, um carro, um pedaço de terra ou montar seu próprio negócio, pois, permanecendo em Itapuranga, o tempo para a realização desses sonhos seria bem maior ou até mesmo eles seriam inatingíveis para muitos. Em análise do contexto migratório transnacional entre Portugal e Governador Valadares/MG, Machado (2006) percebeu que a conquista da casa própria tem uma dimensão importante e central na vida dessas pessoas. A vontade de adquiri-la deve ser entendida não apenas como sinônimo da compra de um bem, devido ao seu valor material ou ao prestígio atribuído a quem o possui, em detrimento do seu valor econômico, mas também pode ser compreendida como a busca de autonomia frente ao núcleo residencial de origem. Portanto, expressa a autonomia na organização da própria vida, enquanto novo núcleo familiar.

Essa afirmativa configura o sonho de muitas das famílias rurais de Itapuranga que se mantinham numa situação econômica desfavorável, que as impossibilitava de comprar a casa própria. Portanto, a migração para o exterior, baseada nas informações de sucesso financeiro de amigos e familiares imigrados, representava a possibilidade de realizar esse sonho. Isso fica claro no depoimento da Sr.^a Sirlene, quando relembra os sonhos migratórios da família: “*Por que sonhava em conquistar as coisas de outra forma, né. E tinha esperança nisso. Muita gente chegava e comprava as coisas. E comprava casa para morar e a gente não tinha casa própria. É tudo isso, né.*”

Logo, a possibilidade de um futuro melhor no exterior, não só para o migrante, como também para toda a família, também condiciona a imaginação de um crescimento e enriquecimento em curto prazo. Ao relatar a emigração do esposo para os Estados Unidos, onde permaneceu por dois anos e seis meses, uma entrevistada fez a seguinte ressalva: “*Acho que ele pensava que lá ele ia crescer não sei, né. E eu não podia falar nada, né. Se eu falasse depois ele ia falar: ‘Ah! podia ter ficado rico. Não sei o quê.’ Ai eu não falei nada, só pedi a Deus.*” (Helena, 36 anos). Assim sendo, ao longo desses anos, a melhoria de vida daqueles que emigraram inicialmente tornou-se um estímulo cada vez maior para a saída dos itapuranguenses do país. A ascensão social, com a aquisição de bens e imóveis na cidade e no meio rural, promoveu uma forte “propaganda”, contribuindo para que um grande contingente de itapuranguenses fomentasse o sonho de viver provisoriamente e trabalhar em solo estrangeiro.

Entre os migrantes, existem aqueles que, por motivos de endividamento e de dificuldades para manter o sustento da família no Brasil, optaram pela imigração internacional, como o único caminho para conseguir melhores oportunidades de trabalho e salário e, assim, quitar suas dívidas e proporcionar um futuro melhor para seus filhos. Muitas vezes, tais migrantes são embalados por exemplos de ascensão social e financeira de amigos e familiares que também fizeram esse mesmo processo. Para exemplificar, a Sr.^a Sirlene e a Sr.^a Luzia relatam a realidade vivida pelas famílias, o que determinou a saída de seus familiares:

Ele tinha plantado uma enorme lavoura de mamão e essa lavoura fracassou toda. Aí, foi quando ele perdeu muito dinheiro. Foi quando ele pensou assim: ‘Tenho que dar um jeito de arrumar um serviço em Itapuranga e nós ir embora, por que lavoura não dá mais para mim.’ Aí, surgiu essa oportunidade dele sai fora. Bom, aí nessa época ele vivia dizendo: ‘Ah! Eu vou ter que ir embora.’ Aí, ouvia aquelas histórias, né. Fulano foi e ganhou tanto. Eu falava para ele: ‘Não. Vamo luta mais. Eu vou te ajudar.’ E falava assim: ‘Eu não quero que você vai.’ Aí, foi até que um dia ele falou: ‘Não tem jeito mais, se eu não for embora, nós não vai dar conta. Não têm como pagar as dívidas. Não tem onde eu arrumar emprego. Eu não estudei. Eu preciso ir embora.’ Aí, Nossa! Eu achei muito ruim. Foi muito difícil para mim, mas aí eu falei: ‘Então tá, se é isso que você quer. Você quer tentar, eu não posso cortar seu sonho.’ (Sirlene, 44 anos).

O negócio da M. [filha] é que ela e o marido foi porque ficou devendo um pouquinho. E aqui não tem como você arrumar um serviço para pagar conta, por que a rotina é trabalhar hoje e comer amanhã. E vai indo assim, né. Então, eles foram para isso. (Luzia, 68 anos).

Inserido nesse mesmo contexto, ao estudar aspectos da ilegalidade entre brasileiros imigrados em Portugal, Oliveira (2006) afirma que emigrar é uma possibilidade para aqueles que fazem parte das redes de sociabilidade e dos contextos culturais nos quais a emigração se constitui como uma opção sobre as precariedades vividas na origem. Histórias de sucesso de

emigrados, a mídia e empresas de viagens apresentam os países de destino como locais que oferecem oportunidades e possibilidades de melhoria da condição social. Para o autor, o objetivo do projeto migratório é “pagar as eventuais dívidas contraídas no Brasil, ao mesmo tempo que se procura ajudar a família e, por fim, reunir uma quantidade suficiente de dinheiro para modificar sua situação anterior, comprando uma casa ou abrindo um negócio próprio” (OLIVEIRA, 2006, p. 135).

Vale ressaltar que os dados colhidos nesta pesquisa apontam para o fato de que, muitas vezes, as famílias não tinham condições de dar aos filhos aquilo que eles sonhavam e queriam. Diante da necessidade e do sonho, os filhos acabavam optando por migrar para outros locais ou por construir uma vida fora de Itapuranga ou até mesmo do país. A migração, especialmente para os jovens, despontava como a possibilidade de um futuro diferente e de conquista da sua autonomia, principalmente financeira, conforme depoimentos de agricultores entrevistados:

Mais como que a gente faz? A gente não tem condições de dar o que eles querem, né. (João Batista, 77 anos).

Por que eu também não tinha condições de tá ajudando ele. Então, se eu tivesse uma condição de ajudar eu não tinha deixado ir, né. Mas, eu falei para ele: ‘Se não der certo você vem embora. Aqui a gente não ganha muito, mas come também, né. Para comer nós faz.’ No início lá foi bravo também, chega lá até que consegue arrumar serviço, né. Não foi fácil para ele também não. Mas, hoje ele tá bem. (Antônio, 74 anos).

Em algumas situações, as famílias eram contrárias à decisão de migrar, mas não interferiam na vontade dos migrantes, porque acreditavam que a escolha era deles e não podiam impedi-los de realizar seus sonhos, mesmo que em países distantes. Às vezes, até se tentava convencê-los a não migrar, mostrando o lado positivo e o negativo da decisão tomada. Dois exemplos pontuais serão relatados, a fim de demonstrar a realidade dos agricultores: a Sr.^a Isaura, mãe de um filho imigrado na Itália, confia que ela e o marido não impediram o projeto migratório: “Tentei por toda maneira convencer ele a não ir, mas não adiantou. Eu mais o meu esposo nunca interferimos na vida dos meninos. Quando eles falava assim a gente aconselhava, mostrava algum ponto negativo, alguma coisa.”; já o Sr. Gilberto, pai de três filhos imigrados em Goiânia, entende que os pais não podem interferir na decisão tomada pelos filhos, porque

Hoje o pai e a mãe não pode segurar o filho não, porque se for a decisão dele o que nós temos que fazer? A não ser fumar maconha, fazer essas coisas, sendo para o trabalho você não pode ofender a decisão dele. Você tem que mostrar o que pode acontecer, mas não tem como você falar: ‘Não. Você não vai.’ Aí, ele procura você:

‘O senhor dá conta do salário que eu vou receber lá?’ E o pai, o que o pai responde? ‘Não.’ Então, você não pode.

Em outras situações, a iniciativa da migração integrava esforços da própria família, no sentido de romper com o “sofrimento” dos(as) filhos(as). A respeito da importância da migração para a vida deles, alguns pais entrevistados em Itapuranga mostraram-se unânimes no que tange ao incentivo a migrar, independentemente do sexo. A justificativa estava assentada na expectativa de que os filhos conseguissem obter uma qualificação profissional e trabalhos com melhores remunerações. Ademais, os pais desejavam que os filhos conquistassem, tanto no presente quanto no futuro, uma vida mais digna, tranquila e menos sofrida, diferentemente da situação em que eles próprios viviam. Por isso, lutavam contra a saudade e a dor da ausência, acreditando que o futuro dos filhos não seria mais o rural e que estariam melhores em outras cidades e mesmo em outros países. Para essas famílias, migrar para outra cidade ou para outro país significava não apenas a possibilidade de uma vida melhor, mas também a expectativa de alcançar a autonomia financeira, para garantir a realização de seus objetivos. Nas entrevistas dos agricultores familiares, percebe-se a expressividade e o reconhecimento dos fatores falta de remuneração do trabalho e tamanho da propriedade no projeto familiar de migrar ou imigrar, conforme os depoimentos que seguem:

Na verdade, eu dei até força para poder ir, porque trabalhava demais e não conseguia nada, né. Porque é que nem nós estamos falando [...]. Só plantava arroz, feijão e milho. Aí, na verdade, aquilo vendia, tirava as despesas e não sobrava nada. Tornava de novo e trabalhava demais [...]. Aí, dava fim de ano, na verdade, até meio de ano, porque colheita é meio do ano, e colhia e vendia, quitava o que tinha de quitar e sobrava um dinheirinho muito pouquinho. Ele tentou várias coisas. Ele tentou plantar lavoura de tomate e não deu certo. Ele tentou tirar madeira para os outros, comprou motosserra e não deu certo. Mexia com as lavouras. Então, por falta de oportunidade mesmo no campo, ele resolveu ir embora. E eu dei força, porque lá pelo menos todo mês ele tinha o dinheiro dele, né. (Fátima, 58 anos).

Aí, eu incentivei. Na época, fui lá e levei, porque aqui não dava para ficar. Não tinha como todos trabalhar aqui, a terra é pequena, né. E como fica todo mundo aqui trabalhando nessa terrinha? Fazer o quê? Não tem como. (Divina, 58 anos).

As famílias de migrantes também relatam o que acharam da decisão de migrar de seus parentes e amigos. Ao descreverem como foi receber a notícia da partida, diversos testemunhos expressam as singularidades dos núcleos familiares diante da expectativa da ausência física imposta pela emigração, conforme pode-se perceber pelas narrativas:

Aí, ele começou a arrumar os papéis em Goiânia. Aí, eu pensava: ‘Ah! Isso não vai dar em nada não.’ Foi até que um dia ele chegou e falou: ‘Comprei a passagem.’ Nesse dia foi terrível. Ele chegou, comprou a passagem, chamou nós duas para dar

uma voltinha, aí, contou. Falou assim: 'Oh! Tal dia eu tô saindo.' Que era três de outubro de 2003. Eu lembro direitinho. (Sirlene, 44 anos).

A decisão é do filho, mas que eu falo para você, que por dentro fica doído fica. Porque todo dia você tá vendo ele, né. Aí, você passa a ver ele de mês em mês. Isso é duro. (Fátima, 58 anos).

Ah! Foi muito difícil. Eu sou uma pessoa, assim, conscientizada de nascença. Eu acho assim que as pessoas têm vontade livre, tinha vontade demais de ir. Eu pensava assim: 'Ah não, eu não vou não. Coisa mais difícil que essa eu já enfrentei. Se Deus quiser eu vou passar mais essa, né.' E, aí, eu chorava escondido. Saía, chorava lá no fundo do quintal, vinha e levando a vida como se nada tivesse acontecendo. Mas é uma coisa difícil, porque você sabe que se Deus o livre acontecer qualquer coisa por lá, a gente tem que contentar com o passado mesmo. (Luzia, 68 anos).

Dentro do processo migratório ora analisado, as redes de relações sociais, tecidas nesse ir e vir dos migrantes entre os diferentes e distantes espaços geográficos percorridos, também foram elencadas como um fator determinante para desencadear a migração. Elas funcionam como um suporte de apoio e atração, paralelamente aos fatores econômicos (maiores oportunidade de emprego e salário). Fusco (2001, p. 435), ao estudar as redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos, afirma que a decisão de migrar é, em grande parte, coletiva e se dá de acordo com a estratégia familiar: “para que o migrante possa concretizar seus planos, ele necessita contar com uma rede de relações sociais bem desenvolvidas, na origem e no destino”. Logo, essas redes desempenham a função de apoiar e fornecer informações importantes sobre as situações que o migrante enfrentará, desde a própria decisão de emigrar, bem como sobre o local para onde emigrar e a melhor maneira de fazer a travessia, além de ser também o meio mais fácil e rápido de contato com o mercado de trabalho no local de destino.

Nessa mesma perspectiva, Assis (2000) demonstra, em sua pesquisa com emigrantes valadarenses, a relevância das redes baseadas nas relações de parentesco, amizade e origem comum, que

demonstram a importância das relações sociais como mantendo e articulando múltiplas relações entre as sociedades de origem e de destino dos migrantes, entre aqueles que partiram e os que ficaram no país de origem, entre aqueles que partem e os migrantes já estabelecidos nos locais de destino (ASSIS, 2000, p.11).

Contribuindo para a compreensão da importância das redes de relações sociais na determinação dos processos migratórios, Menezes (1985, p. 85) analisou como ocorria tal processo com os trabalhadores rurais do sertão da Paraíba rumo a São Paulo, concluindo que parentesco e família são fatores determinantes nas escolhas dos destinos dos trabalhadores migrantes, afinal, “é através das relações familiares que se determinam os destinos, as etapas e

os tipos de migrações, os retornos”. Sem dúvida, a decisão de migrar e a existência de redes de relações sociais estão correlacionadas, conforme pode-se perceber nos depoimentos de alguns entrevistados, ao relatar que foram pessoas muito próximas que influenciaram e motivaram a migração de seus familiares:

Ele ligou para essa prima dele lá, que já tava estabilizada, assim, já tinha um lugar de morar. E pediu para ir para lá, aí, ele foi. Ela falou assim: ‘Pode vim, que a gente vai ver o que arruma para você.’ Aí, ele foi e começou a trabalhar com o marido dela. Ele tinha uma empresa dessas de construir galpões de aço, porque lá constrói muito isso. (Sirlene, 44 anos).

A gente tinha um amigo que tava lá, que morava lá. Aí, ele veio passear. Ele sempre ia e voltava. Só que ele é aqui da cidade. Agora, ele tá para o Pará. Aí, a gente viajou. Foi para Porto Seguro. Aí, ele: ‘Vamos para lá.’ Não sei o quê. Aí, já virou um trem ligando para ele [esposo]. Aí, eu [esposa] calada, né. Porque falar o quê, né. Aí, eu acho que ele ficou conversando ele que lá era bom, que ganha dinheiro, que não sei o quê. (Helena, 36 anos).

Segundo Woortmann (1995), em seus estudos sobre o campesinato no Sul do Brasil, as migrações também estão relacionadas aos ciclos de vida familiar. Conforme os dados obtidos nas narrativas de vida, o casamento também era um motivo que influenciava na decisão de migrar. A migração, para as novas famílias que se constituíam, despontava como uma nova perspectiva de vida e maior autonomia. Sobre isso, encontramos depoimentos orais de pais entrevistados em Itapuranga, que confirmam tal afirmativa:

Eu tava lá em Goiânia na casa do meu irmão. É a mãe do menino [genro], né. Eu tava na casa dela. Aí, o S. [genro] chegou em mim e falou: ‘Dona I. [sogra], nós tava indo para lá esse final de semana para conversar com a senhora mais o seu J. [sogro]. Nós tá pensando de casar, né.’ Aí, a G. [filha] falou: ‘É. Casar e ir embora para o Japão, mamãe. O que a senhora acha?’ Eu falei: ‘Vich Maria! O que eu posso fazer? Eu não criei filho foi para mim, né, criei foi para os outros mesmo. Eu não posso falar nada. Da minha parte dou o maior apoio, né.’ Como eu ia falar não. Não tinha como. Gente boa, trabalhador, né. Família boa. Aí, eu falei: ‘Mas não tinha jeito de vocês ficar morando aqui não?’ ‘Não. Nós tem que ir embora para o Japão. Eu tenho tudo é lá. Eu trabalho e tal. E é rápido I. [sogra].’ Aí, eu falei: ‘Ah não S. [genro], credo! Então, nós vamos para Itapuranga amanhã.’ Aí, no outro dia nós veio, que o J. [sogro] tinha ficado, porque ela [filha] tava trabalhando lá [Goiânia]. E eu ia quase todo mês. Quando ela não vinha, eu ia. Aí falou para o J. [sogro]. Ele [sogro] achou de acordo que podia arrumar também. Eu falei: ‘Oh! Trinta dias só para arrumar esse casamento tá muito apertado, mas nós vai arrumar.’ Aí, nós arrumou. Fez o casamento e, aí, eles foram embora no outro sábado. (Cleuza, 62 anos).

As migrações também são parte integrante das próprias práticas de reprodução social das famílias camponesas, conforme indicou Woortmann (1990) em seu estudo sobre os agricultores de Sergipe. No caso das famílias entrevistadas, a pequena quantidade de terra era motivo que influenciava na decisão de migrar ou não. Assim, a inviabilidade das condições de existência era motivo relevante para desencadear a migração de alguns membros da família ou

da família como um todo. Para manter a reprodução social do grupo familiar e possibilitar melhores condições de vida para as futuras gerações, os agricultores familiares sentiam a necessidade de buscar trabalho em outras regiões.

Nesse contexto, segundo Amorim (2012), fica evidenciado que os agentes sociais, quando se confrontam com novas circunstâncias sociais de vida, sejam elas quais forem, e aqui, em especial, quando se veem nas condições que o processo de migração lhes impõe, reagirão tendo em vista:

Os efeitos de toda experiência nova sobre a formação do *habitus* [que] dependem da relação entre essa experiência e as já integradas ao *habitus* sob forma de esquemas de classificação e engendramento. Nesta relação que toma a forma de um processo dialético de reinterpretação seletiva, a eficácia informativa (ou rentabilidade) de toda experiência nova tende a diminuir à medida que cresce o número de experiências já integradas à estrutura do *habitus* (BOURDIEU, 2003, p. 164).

Desse modo, ao se depararem com essa nova realidade de vida, as famílias encaram essa situação tendo em vista o *habitus* incorporado/internalizado; logo, sua cultura, afinal esta é resultado da história da relação com um sistema particular de reforços coletivos. Portanto, considera-se que há, em Itapuranga, um imaginário simbólico coletivo que alenta a migração como uma alternativa plausível e defensável de vida. As pessoas que escolhem migrar fazem-no a partir de certa percepção que conduz à ação, que as leva a avaliar o projeto migratório como viável e desejável. Assim, muitos migrantes, tanto homens como mulheres, jovens e adultos, foram para outros países levando consigo a imagem do local de sua infância que deixavam para trás, cheios de novas expectativas, mas com os olhos cheios de lágrimas, levando consigo também a incerteza de um futuro desconhecido.

2.2 Migração: travessias para cidades e outros países

Tomada a decisão de migrar, iniciam-se os preparativos necessários para a partida em direção ao novo futuro, seja para outras cidades, seja para outros países. Em se tratando das migrações internas, os entraves são bem menores, mas isso não torna esse período mais fácil. Ao mesmo tempo que as famílias precisam realizar uma série de preparativos práticos, elas convivem com a incerteza do amanhã e com a angústia da saída. Nos depoimentos orais, há diversos testemunhos de familiares que participaram ativamente da fase preparatória para a travessia, tanto financeiramente quanto auxiliando no levantamento da documentação e contatos necessários. Através dos relatos, é possível perceber como as famílias fazem parte da estratégia de migração e contribuem para a realização dos projetos migratórios. Os pais cujo

filho vive há quinze anos nos Estados Unidos revelam, em detalhes, as dificuldades encontradas pela família para o deslocamento do filho rumo ao país, deixando evidente a importância do apoio familiar na realização do projeto imigratório: *“Ele chegou para o pai dele e pediu que o pai financiasse um alqueire de terra para ele, porque ele precisava ir e não sabia de onde tirar dinheiro. Ele trabalhava era de farmacêutico lá no hospital municipal e ganhava muito ruim.”*

Em estudo realizado em Governador Valadares, Yamaue (2008) destacou que o custo de determinadas rotas para os Estados Unidos, via México, variava entre sete mil e vinte mil dólares, variação esta que representava uma diversidade de meios para a realização da travessia ilegal. A autora acrescenta que, quanto mais se pagava, maiores eram a segurança, o conforto e a garantia de sucesso da jornada, e menores também os riscos e abusos dos “coiotes³”. É importante salientar que os detalhes distintos de cada experiência das famílias entrevistadas no município de Itapuranga apontam para o fato de que as pessoas que migraram e fizeram esse mesmo percurso, em sua maioria, integravam segmentos de agricultores familiares empobrecidos, que, correntemente, não dispunham da quantia necessária para pagar a viagem. Assim sendo, parte das famílias teve que se sacrificar para ajudar na compra das passagens e nas despesas com a imigração internacional ilegal.

Devido ao alto custo da viagem, muitas famílias se endividaram por um longo período junto aos bancos e agiotas, ou então lançaram mão de suas poupanças e da venda de bens, como carro, moto e gado, a fim de que filhos(as), esposos(as), irmãos(ãs) e netos(as) pudessem realizar seus projetos migratórios. Vale ressaltar que, muitas vezes, essas despesas foram em vão, pois muitos emigrantes não conseguiram chegar ao seu local de destino, por terem sido presos pela polícia da fronteira mexicana, perdendo todo o investimento feito na viagem. Mesmo diante das adversidades, as famílias se esforçavam de todas as maneiras para que seus familiares conseguissem alcançar seus objetivos. Ao exporem sua opinião sobre as dificuldades dos migrantes é que se percebe com clareza o empenho das famílias, principalmente dos pais: *“Até tinha um dinheirinho, emprestei esse dinheirinho para ela interar o dela.”* (Tereza, 58 anos); afinal, *“nós fizemos aquele esforço que geralmente todos os pais faz”* (Geraldo, 55 anos).

Situação semelhante é relatada por Machado e Reis (2007) entre os emigrantes do município de Governador Valadares, sobre o valor pago pelas famílias para a sustentação do processo imigratório. Sob a profissionalização da emigração na cidade, a agiotagem deve ser

³ “Coiote” é o guia dos emigrantes ilegais na travessia da fronteira México-EUA. O termo também pode se relacionar aos agenciadores de emigrantes, que não os acompanham na travessia.

analisada como um dos pilares de sustentação do projeto migratório. Os autores relatam que, em troca do empréstimo, muitos emigrantes deixam móveis e imóveis – muitas vezes, até a casa própria – como garantia do pagamento da quantia auferida; após a chegada aos países de destino, o dinheiro é pago totalmente ou em parcelas a juros altíssimos, chegando a 10% ao mês. O raciocínio desses emigrantes era de que essa medida se fazia meramente necessária; o objetivo que traçavam era trabalhar o suficiente para, em um ou dois anos, no máximo, quitar as dívidas contraídas no Brasil com a realização da viagem, para que, assim, a família pudesse viver de forma mais tranquila.

No município de Itapuranga, identificou-se que algumas experiências migratórias também foram financiadas por agiotas⁴ locais. Além disso, outra forma de obtenção de recursos para financiar a emigração foi o empréstimo de familiares e amigos. Para contextualizar, as informações colhidas de agricultores familiares oferecem subsídios ilustrativos acerca das estratégias utilizadas para o levantamento do dinheiro necessário para custear as despesas com a travessia da fronteira:

Aí, foi assim: nós pegamo um pouco de dinheiro. Eu fiz um financiamento no meu nome, tirei um pouco. Meu pai me arrumou mais um pouco. Nós pegamo com um amigo dele mais R\$ 2.000,00. Ele deve ter pegado uns R\$ 8.000,00. Nós não tinha esse dinheiro, pegou o dinheiro todo emprestado, tudo para pagar assim em sequência, tal mês. Por que ela garantiu que no próximo mês já tinha R\$ 5.000,00, no outro mês era mais tanto. A proposta era no mínimo R\$ 5.000,00 por mês, por isso foi tão animador, porque nós não tava tirando nem um salário-mínimo lá na roça, nada. Tinha mês que passava zerado. (Sirlene, 44 anos).

Nos trabalhos realizados com emigrantes do município de Governador Valadares, Assis (2000, p. 3) destaca que as múltiplas relações que se estabeleceram com o projeto de migrar envolveram pessoas que nunca pensaram em “ir para a América”, ou seja, aqueles que ficaram auxiliam filhos(as), namorados(as) e amigos(as) a realizar esse projeto, evidenciando que a migração transformou-se num projeto econômico, afetivo e familiar de grande impacto na cidade.

No estudo de caso em Itapuranga, outro elemento relevante sobre a travessia foi o fato de grande parte das migrações internacionais ter sido realizada por vias ilegais, em um percurso cheio de dificuldades e riscos, que podia durar dias, semanas ou meses. Enquanto isso, as famílias acompanhavam, angustiadas, a dramática passagem ou a chegada às terras estrangeiras, através de notícias dadas por telefone antes da partida ou depois da chegada. Durante a travessia, as famílias conviviam com a falta de informação e com o medo de que

⁴ Agiota é aquele que empresta dinheiro fora do mercado de crédito legítimo, sem autorização do Banco Central, a taxas de juro ilegalmente elevadas e, sem as devidas autorizações legais para isso.

seus familiares fossem presos e deportados, sendo esse momento considerado o mais difícil do processo de partida. Apresentando uma visão mais apurada sobre as tensões da travessia ilegal, o Sr. Geraldo, cujo filho partiu para Londres, em 2002, quando tinha apenas vinte e um anos de idade, relembra o momento em que ficou “com o coração na mão”, quando soube que o filho fora preso no aeroporto pela polícia da imigração:

Agora, imagina você o desespero. Não tem explicação, sinceramente. Então, foi desesperador para mim. A gente sempre esperando notícia, ligação. Aí, minha filha M. que mora em Goiânia: ‘Não papai, fica tranquilo. Ele me ligou. Eles vão deportar ele no mesmo avião de volta. Aí, você pode ficar tranquilo.’ Mas que jeito um pai fica tranquilo com uma situação dessas? Não sabia se eu pensava nele, se ele ia ser deportado de verdade, né. Porque quando vem direto é menos mal, mas quando fica preso que nem o nosso vizinho aqui do lado, seis meses preso, é complicado. Aí, aquele desespero, eu e a I. [esposa] sem dormi aqui. Aí, quando foi três horas da manhã, ele ligou para M. [irmã] que já tava em São Paulo. Isso que, como se diz, me aliviou a tensão, aquele nervo todo, foi saber que já tava voltando mesmo.

Machado e Reis (2007), em suas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal, apontam que há uma relação entre a dificuldade crescente para entrar nos Estados Unidos e o aumento da migração para a Europa. Nesse sentido, os autores ressaltam os riscos da passagem para os Estados Unidos pela fronteira mexicana, destacando que se tratava de uma aventura perigosa: risco de morte, de estupro e de prisão em solo mexicano ou americano. Segundo os autores, os casos de mortes na travessia são inúmeros e noticiados constantemente nos jornais nacionais, estaduais e locais. Também são evidenciadas narrativas de violências físicas das mais variáveis: emigrantes assaltados, pertences roubados, mulheres estupradas, além de privações de água e comida ao longo do caminho.

Situações semelhantes também são relatadas pelos familiares que permaneceram em Itapuranga. Muitas famílias experimentaram esse momento de maneira apreensiva e com muito medo de que algo ruim acontecesse com seus parentes e amigos. Das entrevistas realizadas, destaca-se o depoimento da esposa que vivenciou o processo migratório do seu marido. O tom de veracidade da sua fala mostra o quão preocupante é a travessia ilegal, mencionada como uma das dificuldades vividas: “No início falava pouco né, porque era a travessia, aí, ficava aquela tensão, porque eles sempre pega, prende né. Aí, ele ficou sem dar notícias, aí, é a hora mais angustiante, a coisa é complicada. Aí, não podia ligar, até estabilizar num lugar seguro.” (Helena, 36 anos).

Em meio a um emaranhado de procedimentos para a travessia, o momento da despedida foi considerado pela família como o componente mais difícil no processo de deslocamento de seus entes queridos, permanecendo vivo na memória coletiva dos familiares,

que sempre expressam, com emoção, a angústia e o temor da despedida e da travessia em viagem ilegal e indocumentada. Em muitos casos, eles relembram que não conseguiram se despedir nem vê-los partir. As famílias entrevistadas sempre expõem detalhes de suas vivências no momento da partida de algum familiar:

Eu me lembro da minha mãe fazendo a mala dele [pai]. Lembro que eu tava dormindo e ele foi lá. Aí, ela [filha] fingiu que não acordou. Ele só deu um beijo nela e falou assim: 'Eu não vou acordar.' E entrou nesse carro. E eu [esposa] não fui com ele para o aeroporto. Eu não quis ir, porque eu não quis ver sair. 'Não! Nem!' Não quis ver sair de jeito nenhum. Aí, eu [esposa] fiquei vendo sair, entrou no carro e saiu. Ele foi chorando daqui lá, meu cunhado que levou ele. Na hora que ele entrou no carro na porta de casa, eu [filha] levantei da cama. E eu mais minha mãe ficou olhando lá no portão. Portãozinho de grade assim. Foi muito difícil. Nossa! Nessa época foi difícil demais. (Sirlene, 44 anos, e Mariana, 19 anos).

Fica a lembrança boa e triste, né. Porque o dia que ele foi, eu fui posar lá em Itapuranga, mas eu queria voltar, não queria ver sair, né. Acabei ficando, ajudando a juntar até as coisas, colocar no carro. Uma lembrança que dói até hoje, porque, olha, a gente sabe que ele por querer não volta fácil de jeito nenhum, ele gosta de lá mesmo. Então, é uma saudade que dói muito, muito mesmo. (Luzia, 68 anos).

Nossa! Ele [pai] foi levar ele [filho] na escola. Credo! Ele foi levar ele na escola e depois a gente foi levar ele [esposo] no aeroporto. Nossa Senhora! Ele [filho] ficou aqui com a minha mãe, foi só eu. O primo do W. [amigo] que foi levar. Parece que o sol tava aquele trem esquisito, amarelo. Eu vim chorando de lá de Goiânia até aqui. Nossa senhora! O primo do W. [amigo] só perguntou assim: 'Você quer parar, tipo para tomar água, sei lá?' Eu falei: 'Não.' A única coisa que eu falei foi isso. Nossa! Horrível! (Helena, 36 anos).

Aí, eu arrumando o casamento dela e só lembrava da ida dela embora, sabe? E eu já comecei a sofrer, emagrecer e aí quando ela falou: 'Mamãe! Esquece da ida embora, lembra só da nossa festa, né.' Então, foi três dias de festa. Aí, eu arrumei só Deus sabe que jeito. Aí, bom, não deixei transparecer, né. E quando o pessoal foi indo embora, pondo as malas nas caminhonetes, nos carro pequeno para ir embora, aquilo foi me dando aquela choradeira danada, eu não controlava. E aí foi todo mundo embora, mas ficou tão triste. E ela continuou aqui até o dia dela viajar. No sábado, eles foram para Goiânia. Nós fomos para Goiânia com eles. Aí, no domingo, eles viajou para o Japão. Aí, eu vim embora. Nossa! Eu não tinha perna, eu não tinha braço, eu não tinha nada. Trem mais ruim do mundo. Aí, quando eu cheguei aqui em casa numa crise de choro, minhas cunhadas, minhas irmãs: 'I. [mãe] larga de ser boba, isso não é o fim do mundo não.' Eu falei: 'Para mim é.' Tinha hora que eu olhava assim via um passarinho voando eu pensava assim: 'Oh meu Deus!' (Cleuza, 62 anos).

A migração não é feita sem sofrimento, conforme indicou Marin (2013) nos estudos sobre a Marcha para Oeste. De acordo com os relatos das famílias entrevistadas, percebe-se que, “ainda hoje, o momento da partida é rememorado pela dor da separação, tanto daqueles que partiam quanto daqueles que permaneciam” (MARIN, 2013, p. 267). Por isso, os momentos de tristeza e o choro da partida permanecem gravados, indelevelmente, na memória de muitas das famílias que vivenciaram a migração de parentes e amigos. É como se tal partida, a cada minuto, em cada ato, permanecesse viva e latente na memória dos familiares

que permaneceram em Itapuranga. O sentimento de perda ainda permanece acordado em quem ali ficou.

A predominância dos aspectos emocionais no momento da partida, entre os agentes entrevistados nesta pesquisa, coaduna-se com as afirmações de Calvo (2005) ao analisar o fenômeno da imigração a partir do “luto migratório”, no sentido de que o processo migratório envolve perdas psicológicas e sociais que vão levar à elaboração do luto migratório, sentido também por quem fica. É importante notar que esse tipo de luto quase sempre foi expresso por meio das lágrimas dos entrevistados em Itapuranga, frente à ausência física dos familiares migrantes. Apesar de expressar nuances de similaridade com a pesquisa desenvolvida por Calvo (2005), o universo de agricultores entrevistados apresentou características ímpares, considerando-se que a grande maioria das famílias entrevistadas estava imersa em um sofrimento vivido de maneira única e particular. Os depoimentos orais de agricultores familiares de Itapuranga reiteram as dificuldades das famílias em vivenciar a ausência de seus entes queridos:

O dia que ele foi, nós nunca tinha ficado longe. Quando eu acordei de manhã, que eu lembrei ‘Meu filho no outro lado do mundo’, mas me deu um desespero, mas eu chorei de voz alta, viu. (Maria José, 72 anos).

No outro dia foi muito difícil, quando eu acordei e pensei: ‘Meu Deus! Quando eu vou ver de novo, quando eu vou ter minha família de volta.’ Que eu achava assim, que não tinha mais minha família, que era eu e ela [filha] e que não era pra ser assim. Eu não queria aquilo. Então, eu não aceitei isso. Foi muito difícil. As primeiras semanas foi crucial. (Sirlene, 44 anos).

A gente nem acredita que aconteceu, parece que aquilo é um sonho, que a gente sonhou e a gente vai acordar e aquilo é mentira. (Luzia, 68 anos).

Esses relatos condizem com os estudos de Calvo (2005), ao destacar que o luto migratório é comum, mas está diretamente ligado ao tipo de migração, ou seja, tanto pode ser um processo simples, se a migração ocorrer em boas condições, como complicado, quando o contexto de circunstâncias sociais e pessoais negativas dificulta a elaboração da perda por parte das famílias. Nesta pesquisa, evidenciou-se que o luto das migrações internacionais é mais complexo que o das nacionais, haja vista que a distância espacial e temporal é maior e que esse tipo de mobilidade implica certos riscos à integridade física e emocional dos migrantes, uma vez que grande parte dela ocorreu de forma ilegal, trazendo incertezas em relação ao futuro.

Ainda nessa mesma perspectiva, observa-se que, nas unidades familiares pesquisadas, o processo de migração interna, especialmente para a cidade de Itapuranga, foi considerado

mais fácil, pois houve apenas um rompimento parcial das relações familiares. Logo, a ausência física é o que torna o processo de aceitação e adaptação mais complexo e contraditório, ou seja, a distância é a principal reclamação dos que não migraram. O relato a seguir explicita a leitura que os agricultores familiares de Itapuranga fazem das vivências das migrações internas e internacionais:

As meninas já estudava em Itapuranga. Então, a falta delas aqui dentro de casa foi menor, porque elas já saiu mais cedo. Porque acabou as escolas rural, né, aí elas foi para Itapuranga já. Todo fim de semana tava aqui com nós. Então, aí, ficava só meio de semana que não via elas. Eu ia lá buscava, outra hora elas pegava garupa lá e vinha embora, né. Mas todo fim de semana tava com nós aqui. Agora, a hora que passou para Goiânia, aí, foi diferente. (Gilberto, 62 anos).

De acordo com os relatos das famílias entrevistadas do município de Itapuranga, também é possível notar que a migração dos membros ainda residentes na propriedade, quer para outro estado, quer para outro país, foi mais difícil que aquela feita pelos parentes que já haviam migrado para a zona urbana de Itapuranga ou regiões vizinhas. Tal fator se justifica pelo fato de muitos dos núcleos familiares já terem se habituado à ausência de parentes dentro de casa, diferentemente daqueles cujos familiares nunca haviam saído do convívio familiar. Entretanto, com intensidades diferentes, todas elas se assemelham no sentido de que o deslocamento, seja para onde for, causou efeitos na vida das pessoas que emigraram e na das que permaneceram. Mais do que isso, deixou marcas evidentes na história familiar, conforme se percebe nos depoimentos dos agricultores familiares quando relembram como foi o processo de adaptação à migração e ausência dos filhos em casa:

É igual o L. [filho] já tinha casado, já morava na cidade, já tinha afastado um pouco da gente. Agora esse [filho] aqui nunca tinha saído. Esse aqui foi pior, porque muito agarrado. Ele é muito caseiro. (João Batista, 77 anos).

As meninas já moravam em Itapuranga, então, quando elas foi para Goiânia, dentro de casa a gente já não era tão acostumada com elas mais, né. A N. [filha] mesmo já tinha mais de dez anos que ela tava fora de casa. A D. [filha] também já tinha uns cinco ou seis anos que ela tinha ido embora para Itapuranga. Mas, naquela época a gente via duas, três vezes por semana, porque a gente ia muito em Itapuranga. Não é igual agora, que nós passa até mês quase sem sair daqui para ir em Itapuranga. Mas naquela época nós ia muito em Itapuranga. Então, a gente via tudo, mas dentro de casa já tava mais acostumada sem elas, né. Foi doído. Não é fácil não. (Fátima, 58 anos).

Em síntese, não foram poucos os casos de famílias que ficaram chorando nos saguões de embarque dos aeroportos internacionais enquanto olhavam pelas vidraças os(as) filhos(as), os(as) netos(as) e os(as) esposos(as) partirem para os Estados Unidos, Japão, Portugal, Espanha ou Itália, em busca de trabalho e melhores condições de vida, coisas que já não eram

mais possíveis nas propriedades familiares de Itapuranga. Parafraseando Fernando Pessoa, grande poeta português, os aeroportos são lugares repletos de saudade.

2.3 Pós-migração: viver as ausências

Na reorganização da vida após a migração, segundo a perspectiva das famílias que vivenciaram o processo, podem ser destacadas algumas questões fundamentais que emergiram com a saída de alguns membros familiares e que impactaram diretamente na dinâmica familiar e na organização da propriedade: a redução da mão de obra, o agravamento de doenças, a reorganização familiar e o luto migratório.

O primeiro impacto observado após a mudança refere-se à redução da mão de obra familiar para auxiliar nas atividades desenvolvidas na propriedade. De acordo com os depoimentos orais, houve um aumento do trabalho para os integrantes que permaneceram nas unidades de produção familiar, exigindo, assim, mais esforços físicos para a manutenção e reorganização desse espaço. A redução no número de trabalhadores levou também a uma queda na produção das lavouras: *“Aí, já caiu a produção também. Aquele tal negócio, não deixa de não cair um pouco. Mesmo que você esforça um pouquinho, mais ela cai um pouquinho.”* (Gilberto, 62 anos). Portanto, a falta de mão de obra foi um fator que ficou evidente no processo pós-migratório e que pode ser apontado como um impacto contraproducente da migração:

Naquela época eu tinha um gadinho de leite, sabe? Eu tirava uns 100, 120 litros de leite. Ele me ajudava. Aí, ele foi embora e eu já fiquei sozinho. Fazendo tudo sozinho, né. Aí, ele tinha uma roça. A roça dele é coloquei capim, porque eu não dava conta de tocar tudo. Hoje aqui na zona rural, você não arruma ninguém para trabalhar para gente mais. Acabou os peões. O povo sumiu tudo. Foi tudo pra cidade. Então, a gente não pode mexer com muita coisa, porque você não arruma quem ajuda. (João Batista, 77 anos).

Uai! Quando eles era pequeno era bom, porque eles ajudava. E agora que sobrou só para gente é custoso. Aumenta o trabalho, porque tudo é a gente. As meninas mesmo fala: ‘Mãe, a senhora não quieta.’ Mas não quieta porque tudo é a gente. Serviço na roça não acaba, né. (Tereza, 58 anos).

Então, eu não dou conta de tocar o que nós tocava, eu mais o O. [filho]. O D. [filho] era pititico quando ele saiu. Se fosse nós três a produção era três tanto a mais, Deus abençoando. Só que a gente vai ficando velho, vai enfraquecendo. Trabalha um bocado é pela natureza, né. Então, é coisa que tem um amostrativo que caiu muito. Oh! Nós temos ali cem pés de acerola que tá produzindo. Tá perdendo a metade, porque não tem quem panha. Uai! Então, fica difícil, porque eu [esposa] sou sozinha. Eu ajudo muito na horta. Eu que faço muda. Eu ajudo plantar. Eu mexo com muitas coisas, né. Aí, as acerolas madura tudo de uma vez, o dia que o I. [esposo] tem tempo ele me ajuda a panhar, mais não sobra também. Eu panho pela metade, tá perdendo mais da metade das acerolas, porque não tem mão de obra. É

que nem eu tava falando, na época que meus meninos foi embora daqui não tinha produção, nem para quem vender e eu tinha mão de obra. Agora, eu tenho a produção e não tenho mão de obra para colher. (Gilberto, 62 anos, e Fátima, 58 anos).

As movimentações que os deslocamentos provocam afetam as famílias, criando novas dinâmicas no trabalho familiar, assoberbando quem permanece, devido à dificuldade de contratação de trabalhadores assalariados. Implicam também, por vezes, a transformação das atividades produtivas das propriedades, a exemplo das substituições de lavouras por pastagens ou o arrendamento da terra para a agroindústria canavieira instalada em Itapuranga. A memória dos agricultores familiares da cidade está repleta de referências às dificuldades encontradas pelas famílias frente à mobilidade espacial de alguns de seus membros, no que se refere à manutenção da rotina de tarefas e aos esforços para realizar todas as atividades. Consequentemente, em determinadas circunstâncias, a alta carga horária de trabalho, conjugada à idade já avançada dos agricultores familiares, contribuiu para o agravamento de algumas doenças ou até mesmo para o surgimento de novas. Isso fica claro no depoimento do Sr. João Batista, que nos mostra a realidade vivida por ele no espaço de tempo em que o filho ficou morando nos Estados Unidos:

E nesse espaço de tempo eu fui trabalhar. Eu não sei se eu trabalhei muito ou o que foi que eu adoeci. Comecei com umas tonteiras. Comecei a tomar remédio, achando que era tal de labirintite, sabe? E comecei a cair no curral. Um dia eu caí e ela [esposa] me viu caindo lá. Eu gemendo e pelejando para gritar, sabe? E ela viu, foi lá e não conseguiu me trazer para dentro. Eu levantava quatro horas da manhã para tirar leite, sabe? Aí, ela chamou meu irmão. Ele veio e me trouxeram para dentro e eu comecei a fazer uns tratamentos com aquele E. [médico], sabe? Aí, ele descobriu que eu tava com a veia entupida. Aí, eu fui pra Goiânia fiz uma angioplastia para problema do coração, mas aí eu deixei de tirar leite. Vendi meu gado de leite, porque eu já não dava conta.

A esse cenário de pressão alta, falta de apetite, insônia, depressão, pesadelos, entre outros sintomas, somam-se as diferentes implicações nefastas sobre a saúde, que se apresentam ou se agravam em decorrência da migração dos familiares e das situações de intensa preocupação, medo, angústia e falta de notícias. A alternância do quadro emocional elevou, consequentemente, a gravidade dessas enfermidades. Para efeito ilustrativo, vale destacar o depoimento da Sr.^a Sirlene, que reconstrói os danos à saúde que a emigração do esposo trouxe para a sua sogra:

A minha sogra sofria muito com pressão alta e sempre que ela ficava mal, alterava né, prejudicava muito. Ela teve muito assim pico, né. Tipo de um dia a pessoa ficar muito ruim porque ela ficou preocupada. Mas, assim, ela já tinha problema, então, ela desestabilizava a pressão por causa disso.

Entretanto, de maneira geral, a rotina de trabalho dos agricultores ainda está marcada pela combinação dos afazeres na casa, na horta, com os animais ou na roça, conforme se observa neste depoimento sobre as possíveis mudanças na rotina familiar: “*A rotina a gente leva ela do mesmo jeito, né. Esteja muita gente ou pouca gente aquilo não pode parar. A rotina rural não para. Mas, o mais doído é mesmo a falta deles, de ir embora e a gente sobrar.*” (Gilberto, 62 anos). Nesse depoimento, observa-se que, além da dor da saudade, também está implícita a dor da solidão, que tem caracterizado muitos fluxos migratórios, em que os filhos saem da propriedade e os pais, por vezes idosos, permanecem sozinhos.

De acordo com os estudos desenvolvidos por Machado (2009a, p. 183) em seu artigo sobre a dinâmica migratória em Governador Valadares e a interação das fronteiras, “a própria relação com a movimentação é permeada por universos simbólico-culturais próprios à população migrante”. *A priori*, poder-se-ia pensar que, com a migração, os casamentos se rompessem, o que, em muitas situações, acontece. Porém, nos casos em que os casamentos se sustentam, os casais, auxiliados pelos meios de comunicação, buscam estratégias de “convivência” que são essenciais na manutenção da relação à distância, conforme apontou Amorim (2012) no estudo sobre a inserção dos valadarenses no processo migratório internacional para os Estados Unidos. Para ilustrar, vale apresentar o relato de uma mulher casada há vinte e dois anos, que sempre viveu junto do marido, até este migrar para os Estados Unidos, período em que o casal ficou dois anos sem se encontrar pessoalmente. A entrevistada enfatiza as dificuldades da época da separação, causadas pela migração:

Ah! Escrevia tudo. Contava tudo que acontecia na semana. Eu contava que eu tava sentindo muito a falta dele, que não sabia se ia aguenta esperar. Aí, ele respondia que muitas vezes dava vontade de vim embora, que era o mais difícil. Quando ele tava trabalhando dizia ele que tava bom, mas quando chegava em casa e os finais de semana era terrível. Porque final de semana não tinha nada para fazer, aí, ele ficava quieto e pensando no que eu tava fazendo, o que ele poderia tá fazendo com a gente, que geralmente, final de semana é hora de você assar uma carinha, essas coisas, né. Aí, ele ficava lembrando. Almoçar com a vovó, franguinho. Aí ele escrevia isso. Falava isso para mim. (Sirlene, 44 anos).

Esse trecho expressa as singularidades das vidas das famílias que participam das redes migratórias internacionais em Itapuranga, as quais, mesmo diante da distância espacial, criam estratégias de manutenção de suas identidades, ancoradas num certo *habitus*, mesmo que sejam levadas a reorganizar ou reestruturar suas relações. Cabe aqui ressaltar que os dados obtidos nesta pesquisa assinalam o fato de que, na relação entre o casal separado espacialmente pela migração, há uma ruptura imposta pela ausência física, mas, ao mesmo tempo, há também a permanência de algumas atitudes, como a manutenção financeira da

família, o controle da vida da esposa e dos filhos, bem como a presença de sentimentos como o ciúme, que já se fazia presente na vida do casal antes da viagem para o exterior, mas que ganha maior evidência com a emigração. O relato da Sr.^a Helena demonstra, de maneira peculiar, como ela convivia com ausência física do marido, declarando que sentia muito medo de perdê-lo para outra mulher no exterior, o que gerava tensões para a união conjugal: *“Ficava tudo. Porque na época foi muita gente daqui e aí muitos foi e não voltou. Arrumou outra mulher.”*. Logo, as relações afetivas entre os casais podem ou não se romper terminantemente, dependendo da dinâmica interna das famílias que se inserem nas redes migratórias, tendo em vista os recursos, a disponibilidade e as oportunidades de que cada um dos seus membros dispõe. Assim sendo, a migração representa um risco de desmembramento às uniões conjugais, haja vista que, sob a ameaça do estabelecimento de novas relações, de traições e do fim do envio das remessas, elas podem acabar (MACHADO, 2009b).

Outra questão importante, relacionada à ausência dos maridos no cotidiano das esposas que permaneceram no Brasil, refere-se à cobrança e ao julgamento permanente por parte da vizinhança e da sociedade, que as discriminam e as vigiam quando não estão na companhia dos cônjuges. Isso leva muitas mulheres nessa situação, para evitar o surgimento de qualquer “conversa”, a morar com as próprias mães e também com os sogros, evitando ficar sozinhas com os filhos. Enquanto o projeto de migração se desenvolve, como observam Machado e Stabeline (2008), no contexto da cidade de Governador Valadares, há uma reconfiguração do ambiente familiar, que implica novos padrões de legitimação do lar. Nesse sentido, em Itapuranga, outra estratégia adotada pelas esposas cujos maridos migraram é evitar sair sozinhas para eventos festivos, principalmente os noturnos. Assim, elas sempre andam acompanhadas de parentes ou amigas, justamente para evitar fofocas, agressões, assédios ou comentários inoportunos que a situação gera. Ou seja, a ausência do cônjuge cria uma situação de vulnerabilidade para quem permanece no meio rural de Itapuranga, o que implica a tomada de várias atitudes de salvaguarda, especialmente para o trânsito e a permanência em espaços públicos. Dessa forma, essas mulheres não podem ou não se sentem à vontade para apresentar-se sem a presença de familiares e de pessoas amigas, sendo praticamente condenadas à reclusão familiar ou à aparição acompanhada. A Sr.^a Helena, por exemplo, relata que, durante os dois anos e seis meses em que o esposo ficou morando nos Estados Unidos, ela não saía sozinha, a não ser para ir à igreja, em parte por causa do ciúme do marido e, em parte, para evitar comentários que considera maldosos sobre a sua conduta:

É ruim, porque você sai e todo mundo preocupa: 'Ah! Cadê ele? Largou? Não sei o quê.' Eu não saía assim. Festa eu nunca saí. Saía assim com a minha mãe, com prima minha. Se tivesse primo meu eu saía. Agora, sozinha não. Porque aí ele falava: 'Não tem nada, só que você vai dar liberdade pra outra pessoa, porque só tá mulher, né.'

Muitos estudos sobre imigrantes brasileiros no exterior, em especial os trabalhos de Sales (1999) e Machado (2009b), evidenciam que eles mantêm fortes vínculos com o Brasil e com a família. Em Itapuranga, foi possível verificar que essa relação se expressa não mais na convivência, mas por meio do envio de sinais diacríticos da presença e do interesse no núcleo familiar, tais como remessas, bens, telefonemas, *e-mails*, vídeos, fotos, presentes. Com a ausência prolongada, as relações podem ser fortalecidas ou enfraquecidas, o que vai depender da sua manutenção por meio de outros métodos que não o da convivência. Em alguns casos, como aponta Machado (2009a), a circulação de remessas de dinheiro surge como um substituto simbólico para essas relações.

Apresentando uma compreensão mais acurada sobre o processo migratório e a reorganização dos núcleos familiares, Assis (2000, p. 18) apresenta as rupturas e permanências nos processos migratórios de brasileiros para os Estados Unidos e exemplifica, com dados provenientes das cartas e dos depoimentos de emigrantes, como efetivamente a emigração provoca transformações, o que é percebido pelos emigrantes como um fator de “desestruturação familiar”. A autora revela que a distância entre os países de destino e origem é constantemente atenuada por cartas, fotos, vídeos, mantendo os laços entre aqueles que partiram e aqueles que ficaram por meio de uma comunicação regular entre eles, que ressignifica os laços familiares, atualizando-os, através desses rituais e lembranças, numa circulação constante de dádivas: coisas que são enviadas do Brasil para os Estados Unidos e presentes e dinheiro que são enviados dos Estados Unidos.

No município de Itapuranga, relatos de agricultores familiares revelam as diversas estratégias para manter os laços afetivos e atenuar a saudade de seus entes queridos:

Aí, quando a gente vai para cidade e aí tem um tempo disponível, a gente fala com ele [filho] pela internet. Mas tem que combinar com ele, por que ele trabalha e os horários, às vezes, que a gente vai não coincide com o que ele tá desocupado. (Isaura, 54 anos).

Ele ligava todos os finais de semana, porque cartão era caríssimo. Aí, tinha que vim para cidade falar no orelhão. Inclusive, a gente telefonava dessa casa aqui da frente. Essa casa era um posto de saúde e tinha um orelhão e ele ficava aberto. Nós vinha para cá e ficava horas falando, planejando a volta, planejando como que ia ser. Ah! Era muito difícil. Depois desligava esse telefone, imagina onde tava todo mundo. (Sirlene, 44 anos).

A gente falava sempre por telefone, porque eu não gosto desse negócio de internet, né. Nem telefone quase naquela distância eu gostava. Eu falei: 'Ah não! A gente quer mais é ver assim, né.' (Tereza, 58 anos).

Mas, naquele tempo, quando ele [filho] saiu, quase não tinha aparelho telefônico, tinha orelhão. Aí, nós tinha que marcar um dia pra nós ir na rua para poder conversar. Geralmente, era domingo à noite que nós ia, assistia a missa e ligava para ele ou ele ligava para nós. Tinha aquele dia marcado, o horário, tudinho. Porque hoje é fácil, ele tá lá, você liga e você sabe onde tá todo mundo, né. Mas, naquela época não era desse jeito, foi difícil. (Fátima, 58 anos).

Liga toda semana, muito difícil falhar uma semana que ele [filho] não liga. Ele fala mais com o F. [sobrinho] né, com os meninos [sobrinhos] ele fala quase todo dia. Os meninos lá em Itapuranga ele fala direto com eles na internet. Agora com nós ele fala pouco. Mas, assim, eu achava que podia ligar mais, né. É toda semana, quando não é no final é no início da outra. Acredito que hoje à noite ele já liga pra mim. (Luzia, 68 anos).

De acordo com as famílias entrevistadas em Itapuranga, quando os emigrantes deixam de telefonar é um sinal de que estão se distanciando da família ou estão passando por algum problema. Logo, esse fato é motivo de preocupação para quem permanece no Brasil. Dentro de um viés sobre o atual valor e grau de importância da comunicação, a Sr.^a Luzia, em um dado momento, dentro do contexto do ataque às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, expõe perspectivas e expectativas sobre os telefonemas do filho, afirmando que:

Imagina o J. C. [filho] ficar longe de mim cinco anos sem me ver de jeito nenhum e eu sem ver ele, se ele não tem um meio de comunicação né, se ele não comunicasse comigo eu tinha morrido, principalmente, naquele dia das torres lá, tinha morrido mesmo. E ele tentava, tentava e não conseguia. Quando os telefones entrou no ar ele já me passou: 'Mãe, aqui tá bem! Estou longe demais disso, fica tranquila.'

Outras estratégias utilizadas pelas famílias entrevistadas no município goiano de Itapuranga para suportar o momento desgastante da ausência, na maioria dos casos, de maridos e filhos, estão intimamente ligadas à ocupação do tempo. As famílias estabelecem um relacionamento com o trabalho, encarando-o como um mecanismo de distração para amenizar a falta dos membros dentro do núcleo familiar. Sobre os métodos utilizados pelas famílias para enfrentar a ausência de seus familiares, o Sr. João Batista informa:

O trabalho, sabe? Depois que ele saiu, ficou só eu [pai] mais ela [mãe], sabe? A gente conversa muito, a gente sai. De vez em quando a gente dá um passeio, vai na casa dos outros filho que tá aí, né. Vai em Itapuranga, vai em Anápolis, porque ela tem as irmã em Anápolis, sabe? Vai distraindo um pouco, né.

Entretanto, as relações entre as famílias que vivenciam a experiência migratória são bem mais complexas do que os depoimentos permitem compreender, em especial para os casais que mantêm o relacionamento a distância. Segundo Bourdieu (1996), a integração familiar ocorre por meio da formação do *habitus*, à medida que este institui as “categorias

sociais de percepção” e de ação para a coesão e integração necessárias. Entretanto, a relação que se estabelece é complexa, tendo em vista que os indivíduos que compõem a estrutura familiar podem possuir, e não raramente possuem, interesses divergentes entre si. Logo, é relevante levar em consideração a concepção de família para Bourdieu, a qual:

tende a funcionar como um campo, [portanto, uma esfera social permeada por relações de] força física, econômica e [...] simbólica (vinculadas, [...], ao volume e à estrutura dos capitais que seus membros possuem) e suas lutas pela conservação ou transformação destas relações de força (BOURDIEU, 1996, p. 130).

No entanto, Bilac (2003) ressalta que a família, em sua constituição histórica, é muito distinta, o que limita a construção de um conceito generalizante que abranja todas as suas instituições. Dessa forma, o desenvolvimento histórico da família não acontece de forma homogênea e linear, e sim de maneira descontínua, o que faz surgir diferentes padrões familiares, cada um com sua própria história. No entanto, ainda hoje, os diversos modelos familiares “[...] se assemelham ao modelo burguês em aspectos fundamentais” (POSTER, 1979, p. 216).

É interessante destacar que essa visão socialmente naturalizada de família não satisfaz a diversidade concreta relativa às famílias que se inserem nas redes migratórias, afinal o cotidiano de muitas das famílias de migrantes não corresponde, fundamentalmente, ao padrão normativo estabelecido para a família nuclear contemporânea. A migração dos pais leva, por exemplo, a uma inversão na configuração da hierarquia dos papéis desempenhados dentro das unidades familiares no país de origem, uma vez que os filhos e as filhas ficam aos cuidados de parentes ou amigos. Aqueles(as) que migram sozinhos(as) vivem sem coabitar com seus(suas) companheiros(as) e filhos(as), forjando um novo tipo de relação familiar e de gênero, que os leva a buscar novas maneiras de se relacionar e manter os laços afetivos familiares. Como já salientado anteriormente, esses laços são facilitados pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação, que possibilitam um “convívio” entre os casais e pais e mães e seus(suas) filhos(as) (MACHADO, 2009b).

Partindo do pressuposto de que as famílias se rearticulam no contexto de migração, as entrevistas realizadas em Itapuranga demonstraram que ocorre um rearranjo familiar que auxilia no processo migratório, como, por exemplo, nos casos em que os pais emigraram, deixando os filhos, ainda crianças ou adolescentes, sob a tutela dos avôs maternos, que assumiram as funções de educadores e cuidadores dos netos. Os impactos dessa migração são um tanto quanto traumáticos, especialmente para os mais novos, que nem sempre compreendem ou aceitam a separação imposta pela partida. Não se pode ignorar que, para os

adolescentes, essa fase corresponde à busca e à formação de novos significados existenciais, assim como de novos papéis a serem assumidos na vida e na dinâmica familiar, e a ausência dos pais tem forte influência nessa formação. Para os avôs, a educação dos netos não se torna tarefa tão fácil, pois estes nem sempre respeitam a sua autoridade. A Sr.^a Luzia, por exemplo, relata que, durante o período em que os pais permaneceram em Portugal, o neto saiu de casa para morar sozinho e, para desespero da família, passou a consumir álcool sem moderação e desenvolveu sentimentos de revolta, atribuída à ausência dos pais, que tiveram de retornar a Itapuranga para resolver os problemas do filho:

Por exemplo, o F. [neto] ficou aqui com a gente e a gente tinha aquela firmeza de estar com ele. Tinha que passar para ele que tava tudo bem, que tava certo daquele jeito, porque senão na idade que ele tava as coisa podia desandar. Mais aí já tem o menino mais velho que começou a desandar tudo, mas Deus abençoou que concertou. Ele tem uma natureza muito forte, ele ficou revoltado, a gente ficou até com medo. O mais velho é revoltado até hoje, os outros nem tanto, se é não fala.

Situação semelhante é relatada por Machado (2010), entre pais do município de Governador Valadares/MG, sobre o tema “abandono” temporário dos filhos. Sob a perspectiva dos pais, os filhos são um grande dilema, fruto de angústias e sofrimentos. Era necessária a ajuda dos avós, parentes e amigos, uma vez que organizar a vida dos filhos na ausência dos pais ou de um deles é um problema muito sério. Independentemente da idade, esses arranjos são temerários, uma vez que resultam, muito frequentemente, em desvios de comportamento dos filhos, os quais são por eles atribuídos à condição de filhos “abandonados”. Diante dessa situação, deixar os filhos no Brasil pode ser um problema que acarretará no envolvimento destes com ambientes e situações recrimináveis.

Ao analisar o cotidiano das famílias de agricultores familiares de Itapuranga, considera-se que a vivência da migração internacional, em alguns casos, remodelou as relações cotidianas e a estrutura de organização no interior da família. Nesse sentido, Amorim (2012) observa que a vivência na conjuntura migratória pode influenciar a transformação e a reformulação do *habitus* não apenas dos que emigraram, mas também dos familiares que permaneceram na comunidade de origem. Apresenta-se, dessa forma, a construção de novas categorias de ação prática, de percepção e/ou de ressignificação das antigas.

Essa afirmativa é coerente, uma vez que a modificação da estrutura no interior do campo familiar pode ser vista como uma alternativa criada pelos indivíduos que lhes permita trafegar socioculturalmente no cotidiano imposto pela experiência migratória. Assim, por meio da criação de novos mecanismos de discurso e de ação, há uma reelaboração da relação estabelecida entre homens e mulheres, pais e filhos, que nesse processo se inserem, levando as

famílias a assumir novas configurações. Portanto, “o processo migratório constitui tipos peculiares de famílias, muitas delas divididas entre espaços amplos, entre estatutos de legalidade e ilegalidade, entre saudades e preconceitos” (MACHADO, 2010, p. 6). Desse modo, torna-se pertinente refletir sobre os impactos da vivência cotidiana dos processos migratórios e a influência destes nas ações e relações familiares, repletas de uma gama de particularidades e especificidades que são realçadas, sobretudo pela circunstância migratória.

Nesse mesmo contexto, Machado (2009b) fez uma significativa imersão no universo das relações e organizações sociais dentro dos núcleos familiares que geograficamente situavam-se em Governador Valadares, dando ênfase à forma como as famílias de emigrantes lidam com a saída dos seus membros e como organizam a experiência durante a ausência causada pela emigração. Partindo desse princípio, o autor afirma que o processo da emigração internacional, em Valadares, aciona perspectivas de gênero e geração, que seriam mediadas pelo envio de remessas de dinheiro como índice de continuação das relações familiares. Nesse sentido, as perspectivas de gênero se referem principalmente aos homens que emigram e deixam suas esposas como organizadoras do lar. No que tange à relação de geração, a importância da remessa na organização da relação entre pais e filhos adverte para o chamado “consumo totêmico”: determinado tipo de consumo de bens valorizados entre os jovens justifica, por um lado, a migração dos pais e, por outro, produz substitutos totêmicos para os filhos durante a ausência paterna. Em ambos os casos, as remessas atuam como estruturadores das relações familiares, assumindo uma dimensão não econômica.

Partindo dessas análises, verifica-se que a realidade vivida pelos agricultores familiares de Itapuranga não se distancia daquilo que os pesquisadores mencionam sobre a dinâmica migratória do ponto de vista das famílias que permanecem. A maioria das famílias entrevistadas, cujos maridos emigraram, enxerga com tranquilidade a perspectiva de gênero na manutenção do núcleo familiar, pois as esposas assumiram os papéis de pai e mãe dos filhos, bem como o gerenciamento da casa e das contas da família. Essa afirmativa se confirma a partir do relato de uma agricultora familiar, a qual apresenta a realidade vivida por ela durante a ausência do marido:

Eu mantive certo tempo assim: se precisasse de alguma coisinha assim que não tivesse lá na fazenda, eu comprava no supermercado para ela, coisa de escola, essas coisa, até ele começar a ganhar. Quando ele começou a ganhar, ele passava o dinheiro. Esse dinheiro era sofrido. Eu ia receber esse dinheiro com tanta raiva no coração. Eu pensava assim: dinheiro mais maldito. Eu não abençoava esse dinheiro. Não, porque eu sabia o tanto que ele tava sofrendo pra ganhar esse dinheiro. (Sirlene, 44 anos).

Nessa entrevista, observa-se que, “embora as remessas apareçam como substitutos da presença do ente ausente e operem como continuadores da relação, isso não significa que as pessoas sintam que o fluxo de dinheiro é equivalente à presença de quem emigrou” (MACHADO, 2009b, p. 159). Diante de tal afirmativa, pode-se concluir que o dinheiro não substitui a presença física, mas representa a possibilidade de um reencontro num futuro incerto. A ausência dos familiares tornou-se marca indelével na vida de parentes e amigos. Nas entrevistas dos agricultores familiares, percebe-se a expressividade e o reconhecimento do quanto a ausência física é sentida pelas famílias, conforme elucidam vários depoimentos:

Ele sempre foi muito presente, né. Eu sempre brinco assim: as minhas meninas é apegada com ele, porque é reunião de escola, tudo ele tá presente. Ele não fica sem ir não. Se não puder dar um presente, ele tá ali. Ele leva para jantar. Esses dias eu e minha cunhada rimos R\$ 10,00 ele pegava nós e levava para jantar. Tinha que comemorar, entendeu? Então, ele sempre foi muito presente. Vai para o campo ele chama essas meninas. Ele leva. E assim a falta era essa, da presença. Ele sempre foi muito presente. Ia no supermercado, ia todo mundo. Então, eu não sabia saí sozinha. Tanto é que teve um casamento de um primo meu, o J. P. né, foi a primeira vez que eu saí de casa sozinha. Pensa o tanto que eu chorava. O casamento todo chorando. Eu falei assim: ‘Eu vou embora.’ E parece assim que as pessoas tava tudo olhando para mim. E eu pensava ‘Meu Deus do céu.’ (Sirlene, 44 anos).

Eu acho assim, meu pai também é um pai de carinho, porque tem pai que é um bom pai, uma presença assim, figura paterna, mas assim não é muito de apegar. E meu é de grudar mesmo. Ficar abraçado e aí é isso que você não tem como fazer nessa distância, né. Porque, assim, conversar e tal até que telefone dá uma ajudada, mas o toque já era. (Mariana, 19 anos).

Ainda dentro desse contexto, Machado (2009b) acrescenta, a partir de dados colhidos em Governador Valadares, que é na materialização das remessas de dinheiro enviadas do exterior que a família se reconhecera enquanto uma instituição, promovendo um sentimento de pertença entre os seus membros. Portanto, o dinheiro enviado tinha a função de dar continuidade aos laços que foram quebrados com a saída do membro do núcleo familiar. Para o autor, somente através do envio de remessas de dinheiro a unidade familiar é assegurada e o sentimento de pertença à instituição é sentido. É importante observar que, nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo em Itapuranga, é recorrente o discurso que revela que o dinheiro e, principalmente, os presentes enviados do exterior não amenizavam a dor da ausência. A título de exemplo, a Sr.^a Cleuza conta que a filha, há dez anos vivendo no Japão, mandava cartas e presentes para a família. Nesse fato, o que chama a atenção é a expressão utilizada pela entrevistada, ao dizer que “a gente não queria presente, a gente queria era ela”. Ou seja, os bens materiais não são capazes de suprir a saudade e a falta da presença física no âmbito familiar.

Para Calvo (2005, p. 88), a ausência é vivida de maneira dolorosa, sendo reavivada constantemente por meio da comunicação mantida com os familiares, através de cartas, telefonemas e conversas via internet, e intensificada ainda mais pela perspectiva de retorno e reencontro. Porém, o projeto migratório não é um tipo único, ele envolve várias etapas, que vão desde a tomada de decisão individual até o retorno do migrante. Assim, todos esses momentos são vivenciados de forma única por cada pessoa e vão levar à elaboração do luto, que, apesar de ser único, cruza-se num contexto comum.

No estudo de caso realizado no município de Itapuranga, pode-se observar e aglutinar fragmentos dessa representação do luto, que ficou claro no momento em que as famílias relatavam suas experiências pós-migratórias. Ali surgiam elementos que configuravam uma verídica resposta emocional à perda de um ente querido. Alguns exemplos pontuais serão relatados, a fim de demonstrar a realidade dos agricultores. Num primeiro momento, os pais confidenciam como foi o processo de elaboração da perda dos filhos, conforme relatos:

Olha as noites de sono que você perde até acostumar, porque você não esquece. Você acostuma. Mas, os primeiros anos dele de vida lá era dificultoso. Você acorda a noite e você se lembra: 'Pô! Eu tenho um filho que será onde ele tá essas horas?' Não sabe se tá passando fome, se tá passando sede, se tá doente, principalmente, questão de doença, porque tratamento que é complicado para eles lá. A gente que é pai, principalmente, o homem não transparece, não deixa transparecer tanto para mulher a ansiedade, tenta segurar com a gente mesma. Por mais que a gente tenta não dá conta, né. Acaba escapando. (Geraldo, 55 anos).

Até hoje nós sente muita falta, porque filho é filho, né. Fica com saudade. É bom demais ficar junto, né. Agora fica para lá. Nosso Deus! Ele tem internet, mas você ver a pessoa assim na internet não é igual, né. Não tem jeito de dar um abraço nem nada. Mas o que muda é a falta, né. É a saudade. É aquela coisa que a gente tem, né. Em vontade de ver, conversar. Ficar sem ele é muito triste, é ruim, né. (João Batista 77 anos).

Ah! No início até chorava, mas depois eu falei: 'O jeito é conformar, né.' Parece até que passou de repente, assim, sete anos que eles ficaram lá. Ah! É ruim né, porque a gente quer tá junto, quer tá ajudando. Fica pensando como é que vai ser lá, porque não tinha ninguém, parente nem nada, né. E diz ela que lá eles ganhava menino, levava era sanduíche. E aqui não, aqui a gente faz a sopa, né. (Tereza, 58 anos).

Esse filho homem, nós conviveu muito junto, sabe? Então, eu achei muito ruim. No início ele ligava para mim, eu não aguentava nem conversar com ele no telefone. Agora, a gente já acostumou. Mas o início foi ruim. Ah! Já acostumei com tudo. A gente com o tempo vai acostumando. O mais difícil foi acostumar com a falta deles, né. (Antônio, 74 anos).

A ausência dos meninos, a gente de qualquer forma tinha que acostumar com isso, porque desde quando a gente adquiriu família a gente já tinha que acostumar com esse negócio, que um dia seria assim, né. Porque estudava cá na fazenda era só um pouco, aí, de repente eles saíram para estudar. Aí, de repente alguém casava e tinha que ir embora também. E, assim, a gente foi acostumando. Querendo ou não foi acostumando. Não foi tão fácil, mas também foi uma coisa que nós tomou como rotina. É difícil demais. Muito difícil. Mas a gente acostuma. Acostuma com tudo

que é bom e com tudo que é ruim também. Mas não é fácil acostumar. (Luzia, 68 anos).

A dor da perda não é processo fácil e rápido para os familiares de agricultores que permaneceram no meio rural de Itapuranga. Nos depoimentos orais, percebe-se que a presença dos filhos é lembrada a todo o momento, seja na hora de servir uma refeição, de chegar à propriedade, numa roupa estendida no varal, nos noticiários sobre os países em que residem, num avião sobrevoando a casa, nos netos ou nas orações. Com o passar do tempo, os familiares vão se conformando com a ausência e dão lugar às recordações e às lágrimas, que representam a saudade e a dor da ausência daqueles que nunca esquecem o quão importantes os migrantes são em suas vidas. Para contextualizar, as informações colhidas de agricultores familiares são ilustrativas sobre a seguinte questão: como essa ausência está sendo enfrentada?

Quando ele [esposo] foi, aí, era a gente que sofria com isso e minha sogra demais também. Tanto é que eles vieram aqui e levaram a gente para roça. Parece, assim, que eles tinham que apegar em alguma coisa. Tanto é que eles apegou tanto a C. [neta], que os outros netos fala que é a preferida. Porque quando ela chegou lá na casa deles, eles achou um motivo de viver, de alegria. Para eles foi como se o I. [filho] não tivesse viajado, tivesse morrido. Eles choravam dia e noite. Foi um sofrimento muito difícil. Minha sogra não comia. Meu sogro ia comer e começava a chorar. Aí, um dia, eu lavei as roupas dele que tava suja dentro do guarda-roupa e coloquei no varal. Gente, na hora que ele [sogro] chegou para almoçar, ele desabou. Coitadinho! Mas ele chorou muito, muito. Esse dia foi terrível. Nossa! Foi muito difícil. (Sirlene, 44 anos).

Que nem o O. [filho] mesmo, antes dele ir embora, ele pegou e arrumou a entrada aqui. Cerrou madeira. Fez porteira. Arrumou tudo ali. Fez casinha de motor. Fez tudo. Tinha dia que quando nós saía, o I. [pai], então, chegava em pranto de choro de ver. Ele falava, assim, que não acreditava que tava acontecendo aquilo com ele, porque diz ele que parece que o O. [filho] fez uma despedida, assim, que ia acontecer alguma coisa com ele lá. Aqui na hora que nós saía, na hora que chegava e via aquilo era o derradeiro. (Fátima, 58 anos).

Aí, eu fui conformando. Com o espaço de tempo eu fui conformando, sabe? Aí, ela falava assim: 'Mamãe, não chora não mamãe! Tá tão bom aqui. A senhora precisa ver. Eu vou trazer a senhora. Eu vou reservar uma passagem, a senhora vem?' Aí, eu: 'Ah não G. [filha]. ' Naquela época parece que eu achava, assim, meio puxado essa viagem, né. Igual ir para o Japão, né. 'Ah não G. [filha]! Eu não tenho vontade de ir não. Chega aí vocês vai trabalhar, eu não sei falar a língua deles, você sabe.' E, aí, o tempo foi amenizando, igual à morte. Igual os mais velhos falava: 'O tempo cura o fogo.' É a mesma coisa de você perder uma pessoa bem próxima. É muito difícil, mas não tem outro jeito, né. (Cleuza, 62 anos).

As famílias entrevistadas afirmam que a migração do pai, da mãe ou de ambos afetou profundamente o comportamento de muitos(as) filhos(as). Às vezes, essa mudança ficou evidenciada nos sentimentos de tristeza, no silêncio, na falta de vontade de falar com o pai pelo telefone ou mesmo no não querer comentar sobre a ausência com outras pessoas. Dois

depoimentos mostram-se fundamentais para a compreensão da maneira como o luto migratório é vivenciado pelos(as) filhos(as): um é feito pela filha de um pai imigrado em Portugal e outro pelo filho cujo pai emigrou para os Estados Unidos quando ele tinha apenas quatro anos de idade. Em ambas as situações, constata-se que a presença da figura paterna é insubstituível, uma vez que os filhos dão sinais da importância que o contato físico tem na relação afetiva entre pai e filho:

Eu acho que quando a gente tem uma ferida, você ficar cutucando ela é pior. Então, deixa ela lá quietinha, que é mais fácil você lidar com a situação e tal. Falar por telefone não mata saudade de ninguém. Isso é ilusão. Carta para mim também não servia para nada. É só um pedaço de papel. Então, eu achava que não resolvia meu problema. Então, para que ficar falando. (Mariana, 19 anos).

Ele [filho] sempre foi fechado, ele não falava. Eu [mãe] falava: 'O que o seu pai falou R.[filho]?' Ele: 'Não sei.' Só isso que ele falava. Nossa! Ele ficou mais triste. Ele ficava triste na hora que ele via o meu cunhado com os meninos. Meu cunhado sempre ia abraçava ele, só porque não é igual. Ele é porque não fala, mas ele não falava nada. Ele conversava com o pai dele e a gente perguntava o que o pai dele falou: 'Não sei.' Só falava isso. (Helena, 36 anos).

A saudade é o sentimento que permeia os dias das famílias itapuranguenses, tornando-se praticamente um lamento que as acompanha a cada dia, refletida muitas vezes no desejo de retorno dos seus membros ao Brasil. Assim, a saudade de muitos dos entrevistados ainda está presente nas lágrimas e nas lembranças de seus entes queridos, rememoradas a cada reunião familiar. De maneira mais intensa, a ausência é sentida nos primeiros dias, meses e anos e, principalmente, nas datas comemorativas. Afinal, o emigrado, embora ausente, continua presente na história familiar.

No Natal, eu chorava o tempo inteiro, porque tudo lembrava ele [esposo]. No final de ano, nós fizemos festa, que nós têm mania de fazer festa. No meu pai é Natal e Ano-Novo é no meu sogro. Aí, em vez de comemorar, nós chorava. Eu, minha sogra, a C.[filha] e meu sogro. Aí, ele ligou mesmo. Nesse dia do Ano-Novo ele ligou à noite. Foi horrível. Nem gosto de lembrar. (Sirlene, 44 anos).

A respeito da importância dos meios de comunicação nesse processo, Assis (1999), estabelecendo uma cartografia da vida dos emigrantes valadarenses entre o Brasil e os Estados Unidos, afirma que eles não servem apenas para matar a saudade, mas também para religar pessoas, reforçar laços e receber respostas; logo, têm um caráter imediato que torna, por alguns minutos ou até horas, pessoas que estão distantes próximas. Para a autora, através deles, em especial as cartas, o fluxo dos afetos, das emoções e das experiências, os gestos e os objetos mais prosaicos da vida familiar são renovados, reatualizados e restabelecidos frequentemente. Assim, tais meios aproximam múltiplas temporalidades e espaços,

possibilitando reproduzir, na vida daqueles que estão lá, nos Estados Unidos, o dia a dia aqui no Brasil ou vice-versa. Tal situação pode ser constatada nesta descrição de um telefonema recebido pela Sr.^a Isaura, no qual o diálogo com o filho permeia a reprodução do cotidiano familiar na propriedade: “*Quando ele liga a gente fica duas, três horas no celular. Eu falo tudo, até quando nasce um pintinho aqui na roça eu conto pra ele. E ele procura saber tudo, tudo, dos vizinhos, dos amigos.*”

Os estudos realizados por Marin (2013, p. 267), ainda no contexto da Marcha para Oeste, indicam que “migrar implicava o afastamento não somente do convívio de familiares, parentes, vizinhos, amigos, mas também de todas as coisas que davam significados à existência de cada migrante”. Nesse sentido, percebe-se que a migração implica também a interrupção das relações e de momentos de convívio familiar, que constituem a essência da felicidade de muitos deles, como se pode perceber neste depoimento em que o avô relembra, com saudades, a época em que convivia com seu netinho antes de os pais do menino se mudarem para os Estados Unidos. Para o avô, a convivência com o neto era a sua maior alegria:

O menino A. [neto] era muito agarrado comigo, sabe? A gente ia na rua, aquele tempo a gente ia de a cavalo, sabe? Quando era menininho ele dizia: ‘Papai eu vou com o vovô para roça!’ Então, ele montava comigo no cavalo, vinha de a cavalo comigo, sabe? Aquele era o prazer que a gente tinha. ‘Ó, papai, vou lá para o vovô pescar.’ Vinha, né. O L.[filho] também vinha quase todo final de semana, vinha mais a esposa dele e a menina. Vinha para nós pescar aqui. Ele gostava muito. E a gente não esquece, né. (João Batista, 77 anos).

No estudo de caso em Itapuranga, outro caso interessante, que relaciona migração, ausência e luto, foi o fato de que a migração foi sentida não só pelos(as) filhos(as), esposas(os), pais e amigos(as), mas também pelos animais de estimação, no caso, o cachorro da família. Entrevistados atribuem à migração repercussões sobre o comportamento do animal, que deu sinais expressivos da falta que sentia do dono, haja vista que havia um forte vínculo afetivo entre ambos. Esse caso peculiar foi relatado pela Sr.^a Sirlene:

Até os cachorros sentiu falta dele [esposo]. Ficou doente. O Roger era pastor alemão. Ele é muito apegado, né. Esse cachorro adoeceu, caiu pelo. E o ciúme que ele tinha da gente. Qualquer pessoa que se aproximava ele mordida. Homem nenhum chegava na minha casa. E ele parecia, assim, que era para ele me defender mesmo. Tinha ciúme de mim.

Os registros aqui relatados ainda permanecem gravados na memória daqueles que viveram os processos migratórios de parentes queridos, analisados a partir das vivências rememoradas, mas que nunca são totalmente adormecidas. Mesmo diante das incontáveis

dificuldades encontradas nas experiências vividas por pais, filhos(as) e esposos(as) dos migrantes, pode-se ainda encontrar momentos de especial felicidade. Cada membro preserva suas experiências e alimenta a esperança de que seus familiares consigam realizar todos os seus sonhos e um dia retornem, definitivamente, para Itapuranga.

CAPÍTULO III

RETORNOS DE MIGRANTES: TENSÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPURANGA

Desde a década de 1980, o Brasil tem sido palco de constantes movimentos migratórios para outros países, com destaque para os Estados Unidos e alguns países europeus, como Espanha, Portugal, Inglaterra e França. Todavia, as estatísticas macro dos fluxos migratórios revelam, principalmente, as dinâmicas de saída da população, ocultando as dinâmicas de retorno, que também constituem uma parte integrante dos processos migratórios (SAYAD, 2000). Os principais objetivos que estão presentes no projeto migratório são ir, ganhar dinheiro, retornar e mudar sua condição social (SIQUEIRA, 2007a). Muitos consolidam esses sonhos, enquanto outros, pelo contrário, vão prorrogando o retorno e dando um caráter de permanência à sua migração, com investimentos maiores na vida no país de destino.

A recente crise econômica mundial, ao afetar negativamente o contexto econômico de vários países de destino da emigração brasileira, constituiu um dos principais fatores que intensificaram o retorno, tanto dos Estados Unidos como da Europa. As dificuldades de regularização, a desvalorização do dólar e o aumento do desemprego têm motivado esse retorno, que é construído a partir de novas experiências vividas, seja nos países de destino, seja na comunidade de origem. O retorno também é construído a partir do projeto inicial, que, muitas vezes, pode ser reelaborado, adiado ou até mesmo abandonado. O nível de agência, que é exercido pelos agricultores familiares entrevistados em Itapuranga, na formulação do seu projeto de retorno e na tomada de decisão apresenta várias nuances. No entanto, o regresso ao país de origem também implica dificuldades de adaptação e desafios que podem resultar em novos projetos migratórios.

Em meio a um diálogo que alterna conhecimentos teóricos e realidade vivida ontem e hoje, este capítulo procura ilustrar, a partir da visão de familiares entrevistados, as dinâmicas de retorno de emigrantes itapuranguenses, incluindo os processos de adaptação ocorridos após o retorno e a sua estabilidade ao longo do tempo. Assim, este capítulo está organizado em quatro seções. Inicialmente, são tecidas algumas considerações sobre o retorno dos migrantes,

objetivando-se compreender quais são os fatores motivacionais que os levaram ao regresso a Itapuranga. Busca-se, ainda nessa seção, compreender o alcance da visão da família sobre o retorno e a sua importância para a manutenção da ordem familiar e da unidade de produção familiar. Na sequência, são analisadas, em maiores detalhes, as experiências diversificadas de reencontros, com o propósito de compreender como as famílias vivenciam a experiência de reencontrar seus familiares, procurando analisar as emoções, os sentimentos e os estranhamentos que permeiam esse momento. Na terceira seção, busca-se analisar quais as implicações do retorno nas configurações identitárias dos migrantes e da família de uma forma geral, tentando demonstrar como as diferenças, as distâncias e as ausências físicas produzem outras fronteiras que vão demarcando a reconfiguração do meio rural de Itapuranga. Por fim, na quarta seção, busca-se dar relevância aos problemas sucessórios e ao futuro das propriedades, frente ao envelhecimento dos chefes de família.

3.1 O retorno: motivações dos retornados

Decorridos cerca de vinte anos de experiência migratória de itapuranguenses para diversas partes do mundo, verifica-se que, atualmente, o movimento de partida para o exterior, uma vez posto em marcha, adquiriu sentido inverso. Os entrevistados assinalam que muitos migrantes têm retornado, o que pode ser compreendido pelo fato de que a emigração brasileira é alimentada pela ideologia de ir para o exterior trabalhar, fazer poupança e retornar para o seu país de origem em melhores condições. Em síntese, a migração apresenta-se como uma etapa transitória que visa ao acúmulo de capital no exterior e ao retorno ao país de origem, para aplicar os recursos obtidos na melhoria das condições de vida da família (SIQUEIRA, 2009b).

Essa afirmativa torna-se coerente visto que, desde o *boom* do fluxo migratório, na segunda metade da década de 1980, o retorno se faz presente. Porém, com a crise econômica que afetou a economia dos Estados Unidos, principal país de destino da maioria dos emigrantes brasileiros (IBGE, 2010), em 2007, houve uma intensificação dos movimentos de retorno, haja vista que a crise atingiu principalmente o mercado imobiliário e, conseqüentemente, a construção civil, principal nicho de trabalho da maioria dos brasileiros nesse país e, em especial, dos itapuranguenses. Outros mercados de trabalho no setor secundário também foram atingidos pela crise, como o serviço doméstico (principal ocupação das mulheres imigrantes) e o mercado de trabalho informal, havendo uma redução significativa de oferta de emprego nessas áreas. Diante desse cenário, para muitos migrantes,

o custo/benefício da emigração passou a ser negativo e o retorno tornou-se a melhor alternativa, o que representou o fim do sonho de realizar seus projetos de melhoria de vida nos países de origem (PEREIRA; SIQUEIRA, 2012).

Ainda dentro desse contexto, observa-se que a crise nos Estados Unidos chegou ao seu ápice no ano de 2008 e atingiu diversos setores da economia, com destaque para o imobiliário e o informal, como já salientado anteriormente. Assim, para o trabalhador, a crise se resumiu não só à redução de oferta de trabalho, como também a menores salários. Além disso, com a queda do valor do dólar em relação à moeda brasileira, houve uma redução dos valores em dinheiro enviados para o Brasil. Outro fator que também propiciou o retorno dos imigrantes refere-se ao aumento da fiscalização da imigração, o que levou à deportação de muitos brasileiros. Portanto, o aumento do custo de vida, a redução dos ganhos e o medo da deportação foram elementos que tornaram o custo/benefício da emigração negativo ao emigrante brasileiro (PEREIRA; SIQUEIRA, 2012).

Siqueira (2009a), ao apresentar dados preliminares da sua pesquisa com os retornados valadarenses dos Estados Unidos e de Portugal, no período de agosto de 2007 a agosto de 2008, constata que eles tomaram a decisão do retorno por considerar que os ganhos já não compensavam os custos e também por temer a imigração. A partir dos relatos dos entrevistados, a autora informa que 18% já possuíam um investimento que lhes proporcionava renda suficiente para a sua manutenção no Brasil, 51% retornaram com capital para investir (valores que variavam entre trinta a oitenta mil dólares) e 21% retornaram sem nenhum capital para investir e sem investimento que lhes garantisse a sobrevivência na sua cidade de origem. Os dados também apontam que 28% dos retornados tinham a intenção de emigrar novamente para a Europa.

A realidade descrita pelas famílias de agricultores entrevistadas no município de Itapuranga revela as dificuldades e lutas vivenciadas por inúmeros emigrantes brasileiros. Das entrevistas realizadas, destacou-se um depoimento que representa bem a realidade vivida pelos imigrantes no contexto da crise econômica que afetou os Estados Unidos, no qual se mencionam os principais fatores que impulsionaram o desejo de regressar para a terra natal:

Esse aqui não teve sorte, porque quando ele [filho] tava lá, o dólar tava muito baixo, né. Foi aquele tempo que o dólar tava muito baixo. Agora, o dólar melhorou. E ele não tinha documento. Então, lá de uns tempos para cá, depois daquelas coisas [ataque às Torres Gêmeas], sabe? É difícil arrumar emprego, porque precisa de documento e ele não tinha. Então, é difícil, né. Precisa saber muito o inglês. Se você cai na unha de brasileiro para trabalhar com brasileiro, ele arranca seu couro. Explora a gente, sô. Paga barato. O que ele fazia era isso. Aí, desacorçou e veio embora, mas foi bom tá aqui com nós. (João Batista, 77 anos).

Na verificação dos motivos que engendraram o movimento de retorno dos itapuranguenses, é possível identificar algumas características fundamentais para a compreensão desse processo. *A priori*, percebe-se que, em cada situação familiar, foram apresentados elementos motivacionais específicos para retornar, que se complementaram ou se contradisseram. Conforme Assis (2004), em estudo realizado em Criciúma/SC e na região de Boston/EUA, cada migrante vivencia de maneira distinta a situação de emigração; mesmo que o projeto tenha sido elaborado pela família ou comunidade, a experiência não é vivida de modo homogêneo por todos. As mudanças ocorrem em função das diferentes trajetórias dos sujeitos. Logo, os motivos do retorno devem ser compreendidos em seus aspectos múltiplos, considerando-se os projetos familiares construídos na migração, que são constantemente reavaliados e colocados à prova durante o tempo em que dura a experiência migratória e que podem ser rompidos ou desvirtuados, tornando o retorno uma alternativa viável (OSMAN, 2007).

Em sua análise sobre a situação de retorno de imigrantes brasileiros – provenientes, na sua maioria, da Itália – aos seus locais de origem, Tedesco (2013) destaca que são múltiplas as decisões, causalidades e intenções que envolvem e justificam as saídas, como também são muitas as que promovem o retorno; ambas não são definitivas, ou seja, as causalidades de uma saída podem servir também para o retorno. Portanto, as duas constituem um processo amplo, próprio da realidade migratória internacional, a qual ganha cada vez mais contornos de uma imigração *transnacional*, ou seja, que liga, circula, alimenta e interage com os espaços da migração.

Ademais, segundo Tedesco (2013), há um conjunto amplo e variado de situações, justificativas, explicações e racionalizações que acabam criando a realidade de retorno ao país para o qual já se emigrou ou até mesmo para outro. O autor observa ainda que as situações são variadas e complexas, sendo difícil encaixá-las e agrupá-las em tipificações. As situações específicas mostram diferenciações, vínculos, integrações, sofrimentos e enfrentamentos que evidenciam ser os imigrantes sujeitos de múltiplas relações sociais. Desse modo, uns vão e outros voltam; muitos dos que voltam retornam novamente, enquanto outros não retornam mais. Assim sendo, as realidades vão se alimentando por múltiplos fatores e heterogeneidades situacionais.

No estudo de caso realizado no município de Itapuranga, os depoimentos orais evidenciam que a família aparece como elemento fundamental de referência na tomada de decisão pelo retorno, dimensionando os vínculos mantidos com o lugar de origem. Nesse sentido, fica evidente que a família continua sendo um importante agente intermediador nos

processos migratórios, quer na decisão de migrar, quer na decisão de retornar. Ao falarem sobre o retorno dos filhos, os pais evidenciam as motivações de regresso a Itapuranga:

Essa [filha] mesmo que veio, quando ela veio ela falou: ‘Oh, eu voltei por causa do senhor e da mãe. Lá para viver é muito melhor do que aqui. Ganha mais dinheiro. Assim tranquilo, não tem tanta bagunça igual tem aqui, sabe?’ Diz que lá para viver é bom demais, melhor do que aqui. (Antônio, 74 anos).

E eles [filha e genro] tinham que voltar para cá para cuidar dos filhos também. Na verdade, os dois veio mais por causa dos filhos. Ela [filha] queria que os meninos fosse para lá, mas não passava não. Se não fosse os meninos, ela tava lá até hoje, porque ela gosta demais de lá. Mas aí ela foi. O caçula ficou aqui com nós e um ficou com a V.[tia], a H.[neta] ficou com a V.[tia], o F.[neto] ficou com nós [avós] e o J. [neto], que é o mais velho, ficou lá na V.[tia]. Mas, na verdade foi isso, eles vieram por causa dos filhos, senão eles tava lá até hoje, porque a M.[filha] precisa ver o tanto que ela achava bom lá. (Luzia, 68 anos).

Aí, até na época que era para ele [esposo] vim, o homem que ele trabalhava fez a oferta para ele ganhar mais. Aí, eu falei: ‘Não. Agora chega, porque dinheiro não é tudo.’ Foi o que eu [esposa] falei para ele: ‘Porque o que adianta você ter dinheiro e a família ficar aí.’ E aí minha irmã ainda falava assim: ‘Você tá doido! Não pode nunca. O R.[filho] precisa do pai dele. Ele não tem que ficar lá não, porque essa ausência depois nada paga. Dinheiro nenhum paga o sofrimento.’ (Helena, 36 anos).

Ao se espelhar nessas observações, verifica-se que, no retorno à terra natal, além de fatores econômicos, fazem-se presentes outros componentes determinantes, como a necessidade de voltar às raízes para reencontrar sua família. Ao estudar as famílias brasileiras que retornam dos Estados Unidos para o Brasil, DeBiaggi (2004) destaca que outro componente motivacional do retorno à terra natal é a necessidade de voltar às raízes para reencontrar sua identidade, sua família e seus amigos: “Para esses retornados, as vantagens sociais e culturais sobrepõem-se às vantagens econômicas encontradas fora e aos custos e ao declínio do poder de consumo” (DEBIAGGI, 2004, p. 144). Além disso, a dimensão emocional, afetiva e familiar interage com a dimensão econômica na tomada de decisão de retornar, constituindo um dos elementos centrais no processo de retorno.

Seguindo essa mesma linha de estudos, Sayad (2000), Hall (2003) e Sales (1999) também congregam como aspecto relevante do retorno, além das razões econômicas, os elementos subjetivos, tal como o reencontro com laços identitários ou mesmo a vontade de viver em sua terra natal. Nesse mesmo prisma, Osman (2007), ao analisar a concretização do retorno empreendido por imigrantes libaneses e seus filhos ao país de origem, observou que havia uma nostalgia romântica em relação à comunidade de origem, evidenciando que a partida nunca expressou uma ruptura definitiva, afinal sempre continuaram vinculados a ela, em visitas periódicas, pelo investimento em bens e imóveis, pela manutenção dos laços

familiares ou, ainda, por um sentimento de saudade da família, da terra, do lugar (OSMAN, 2007).

Nas famílias de agricultores familiares de Itapuranga, o retorno à terra natal também foi revestido de um sentimento nostálgico: *“Ah! Por que você sabe a terra natal, né. Mesmo se é bom fora, mas o lugar que a gente foi nascido e criado é outra vida, né. É junto com a família.”* (Tereza, 58 anos). Segundo Sayad (2000), esse sentimento nostálgico em relação à terra de origem se transfigura em

efeitos de encantamento, e mais ainda, efeitos de sacralização e santificação: o país, o solo natal, a casa dos antepassados, e mais simplesmente a casa natal, cada um desses lugares privilegiados de nostalgia [...] tornam-se lugares sacralizados, lugares benditos, terras santas [...] tornados santos pela nostalgia (SAYAD, 2000, p. 12)..

Ainda em meio a essa reflexão e estabelecendo uma análise a partir da cartografia da emigração valadarense para os Estados Unidos, Assis (1999) observou que, com o passar dos anos nos Estados Unidos, assim como acontece com outros grupos de imigrantes, a terra natal se torna a terra da utopia, mantendo os emigrantes divididos entre estar aqui e estar lá. Mesmo nas migrações internas, como observaram Silva e Menezes (2012) em estudos com migrantes do distrito de Pão de Açúcar, localizado no município de Taquaritinga/PE, embora o migrante tenha uma vida marcada pela permanente mobilidade, há sempre um lugar que representa a referência de fixação. Sendo assim, os lugares de memória e de pertencimento simbolizam as redes de relações familiares, de amizade e de vizinhança. As palavras das autoras confidenciam que, em cada ponto da circularidade, o migrante se transforma.

No município de Itapuranga, outro fator que move o trânsito de regresso dos migrantes assenta-se na identificação de problemas de saúde de familiares e no avanço da idade dos pais. Portanto, reafirmam a necessidade de amparar os pais na velhice ou acompanhá-los no país de origem. Isso pode ser exemplificado por meio de relatos de agricultores familiares, quando comentam sobre a realidade vivida por suas famílias, que influenciou a volta de alguns de seus membros:

Mas ele [filho] veio mais porque ele [pai] tava muito doente, né. Nós [pai e mãe] mandamo ele vim para ajudar aí [propriedade], né. (Maria José, 72 anos).

O R. [filho] na época que o pai dele tava lá, ele deu pneumonia. Teve um dia que ele deu duas vezes. E o filho desse Z. [companheiro de viagem] que foi com ele [pai] morreu na época com isso. Aí, no dia que eu falei que o R. tava com pneumonia, ele quase morreu. Ele queria vim embora. Aí, eu falei para o doutor L. [médico] que o pai dele tava ilegal lá nos EUA e que ele ia vim embora, porque ele já tava falando que ia vim, já ia comprar passagem para vim embora. Aí, o médico disse: ‘Não.

Espera. Ele não precisa vim e a gente vai reverter o quadro. Não precisa.' Aí, graças a Deus ele sarou. (Helena, 36 anos).

Ficar longe da família também não era fácil em Itapuranga. Nesses depoimentos orais, percebeu-se que a doença do pai e do filho foram motivos que pesaram na decisão de retornar. Neles, observa-se que os casos de doença, por representarem uma possibilidade de perda definitiva de um ente querido, fazem com que muitos migrantes reavaliem seus projetos migratórios. Afinal, depois de muito tempo distante, muitos querem estar junto com seus familiares no término de suas vidas, para, assim, poder recompensar de alguma forma os anos ausentes. Nesse cenário, para Osman (2007), atender ao chamado da família é uma forma de aliviar o sentimento de culpa, tanto pela partida quanto pela ausência prolongada. Nesse sentido, Sayad (2008, apud TEDESCO, 2013) pôde verificar que a culpabilidade, culpabilização e culpa; assim como a acusação e autoacusação fazem parte e é indissociavelmente constitutivo da condição do emigrante e da condição do imigrante.

Seguindo esse mesmo viés de análise, verifica-se que o retorno também esteve condicionado ao surgimento e/ou agravamento de doenças dos próprios migrantes. Dentro desse universo, estão incluídas doenças que poderiam levar à morte antecipada, sob o fundamento de que não tinham cura; assim, o retorno garantia-lhes a possibilidade de estar ao lado dos familiares nesse momento difícil. Para a família, o apoio nesse momento era fundamental para tentar reverter o quadro clínico, mas era também uma estratégia para tentar amenizar o sofrimento vivido diante da possibilidade de não ter mais esse membro dentro do núcleo familiar. Os depoimentos da Sr.^a Luzia e da Sr.^a Cleuza são enfáticos:

Uma coisa que nós [pai e mãe] não falamos: a M. [filha] puxava um pouco para vim embora também mais por causa do V. [esposo], né. Porque ele tem um diabete muito forte. Ele trabalhava em uma firma lá muito perigosa, sabe? Ele trabalhava mais de motorista para o homem lá, fazia serviço fora da cidade lá, né. E ele passava mal tinha dia. Ela [esposa] tinha muito medo dele passar mal. Quando tem uma doença assim no esposo ou na esposa, o esposo deve conhecer, porque senão ela morre junto com ele uma hora e não sabe de quê. Então, ela sabe que ele dava muita hipoglicemia e subia muitos metros de altura trabalhando lá, fazendo prédio, essas coisas. A empresa deles lá é de construção civil, então, veio mais por causa disso. Senão tava para lá até hoje. Também teve uma parte que eles veio mais por causa disso. (Luzia, 68 anos).

Aí, meu irmão deu leucemia lá nos Estados Unidos. Veio morrer aqui em Goiânia. Aí, ele ficou três meses lá tratando. Ele já era microempresário. Ele mexia com fundo de piscina, entregar fundo de piscina. Aí, ele adoeceu e veio para Goiânia. O dia que eu fui no aeroporto que ele ia chegar, eu olhei nele assim e falei: 'Não, D. [irmão], você tá bom! Se Deus quiser você vai sair dessa.' Você olhava nele assim, o cabelinho dele tava só aquela pluminha, ele tava de boné. Chegou ao aeroporto, aí, nós tudo alegre lá esperando ele naquela felicidade. Eu falei: 'Não. O D. [irmão] tá bom.' Ele chegou na sexta-feira. Ele foi para casa do meu irmão lá em Goiânia e a mulher dele ficou para trás, que é a mãe do S. meu genro, né. Aí, mamãe tava lá

esperando ele na casa do meu irmão. Aí, nós chegou e ele recebeu todo mundo bem. Virou uma choradeira, sabe? Parece que já era do problema né, por causa das quimio. Aí, quando foi na segunda-feira a imunidade dele baixou tanto que ele já teve que ir para o hospital e já ficou internado. Saiu do hospital morto. Não teve jeito, a dele é aquela meloide aguda. Lá nos Estados Unidos já foi comprovado que o caso dele era irreversível. Não tinha jeito. Se ele quisesse morrer perto da família, ele tinha que vir. Aí, ele nem veio aqui em Itapuranga na casa da minha mãe, sabe? Nós ficou tudo lá. Eu fiquei indo para lá. Ele ficou um mês e dezenove dias no hospital lá em Goiânia, aí, ele faleceu. (Cleuza, 62 anos).

É importante salientar que, para a grande maioria dos migrantes de Itapuranga, o retorno é um projeto acalentado. Logo, pode ser adiado por longos anos ou durar apenas o tempo necessário para a realização dos seus objetivos iniciais, como adquirir a casa própria ou um carro, quitar as dívidas no país de origem, investir na formação profissional dos filhos e montar seu próprio negócio. Nesse sentido, a experiência da Sr.^a Sirlene permite ilustrar o retorno como parte inerente ao projeto, no sentido de que a partida foi vista como um ato provisório e a permanência no país de destino durou apenas o planejado para a realização dos objetivos iniciais:

O dia que eu falei assim: 'Pode voltar que não tem dívida mais que você pegou o dinheiro para ir.' O dia que ele deu conta de pagar o que ele gastou para ir, ele marcou a passagem para vim embora. Ele foi lá e comprou a passagem. O dia que ele acabou de pagar esse dinheiro eu falei: 'Você vem embora!' Ficou devendo R\$ 2.000,00 para o meu pai. Aí, meu pai falou assim: 'Não precisa dele ficar lá por causa desse dinheiro não.' Aí, eu falei para ele: 'Vem embora!' Aí, ele falou assim: 'Mas agora eu queria ficar para gente comprar alguma coisa para gente.' Eu falei: 'Eu não quero que você fica aí.'

Ao refletir sobre as migrações internacionais a partir do retorno, Tedesco (2013) percebeu que, em geral, os imigrantes brasileiros, ao partirem para a Itália, já projetavam seu retorno, ainda que de uma forma simbólica, compensadora e/ou reparadora. A partir dessa afirmativa, no estudo de caso em Itapuranga, pode-se perceber, por meio dos relatos, que a temporalidade atua como um fator relevante na realização dos projetos migratórios e no retorno. Assim, no percurso das experiências e dos anos, pode-se afirmar que os sonhos dos migrantes foram se concretizando, mas o desejo de retornar muitas vezes foi prorrogado para além da expectativa inicial. Vale ressaltar, no entanto, que o tempo de residência e a concretização dos projetos, principalmente no plano econômico, têm influência relativa sobre a decisão do retorno. Em alguns depoimentos, fica explícito o “delongamento” da forma provisória que reveste o processo migratório. As narrativas elucidam os aspectos que prolongam a estadia dos familiares em outros países:

Ele [filho] tava para voltar esse ano [2014], em agosto. Mas, aí, ele tá com um filho estudando em Anápolis. Ele tá com medo de vim, porque lá ele ganha melhor do que

aqui. Então, ele tá achando que vai ficar lá mais um ano ou dois, até o filho dele formar. Eu acho que não vai demorar muito mais não. Mas, às vezes, fica lá mais uns dois anos, né. Até o filho dele formar. (Antônio, 74 anos).

E o J. C. [filho] falava assim para mim: 'Não, mãe! Eu vou ficar só um ano lá. Eu volto logo.' E eu ficava pensando: 'Um ano passa depressa.' E vinha um ano e vinha outro, nós ficamos cinco anos sem se ver. E eu ficava contrariada com aquilo demais. Mas, aí, ele me ligava e falava: 'Mãe, da vontade de jogar tudo para o alto e ir embora. Eu não posso fazer isso. Eu estou pagando o Green Card. Já paguei. Estou esperando, a senhora reza para que tudo dê certo.' (Luzia, 68 anos).

Igual quando ele [esposo] foi ele falou que ia ficar um ano. Aí, nada. Aí, eu já comecei a ficar com raiva. Aí, ele ligava, eu não dava moral, ficava seca. Aí, precisou dele falar para minha tia para minha tia me falar: 'Oh, ele tá trabalhando, se ele for agora não vai resolver nada, um sofrimento à toa, porque aí vocês não vão comprar nada.' (Helena, 36 anos).

Constatou-se, nas entrevistas realizadas com agricultores familiares de Itapuranga, que, embora o projeto de retorno imediato não tenha ocorrido, devido às dificuldades encontradas, o objetivo inicial continuou latente e, nos primeiros ensejos, esses retornos ocorreram. Para clarear tal afirmativa, o sociólogo Sayad (1998) afirma que a condição do retorno essencializa o fenômeno migratório, isto é, a ideia original para todo migrante só tem sentido se o seu projeto de deslocamento se encerra no retorno à sua terra natal, sendo esse o princípio simbólico que constitui a circularidade nas migrações. Assim, segundo Fazito (2010), em seu estudo sobre os aspectos fundamentais do retorno, o mesmo é visto como uma decorrência necessária do projeto migratório, ou seja, é consequência desse ritual de passagem, o ato original de emigrar – que o retorno finaliza e consagra.

Ao analisar a situação de retorno de imigrantes brasileiros aos municípios de Pato Branco/PR, Dois Vizinhos/PR, Água Doce/SC, Criciúma/SC e Veranópolis/RS, Tedesco (2013) ressalta que o tempo varia em razão de uma multiplicidade de fatores, que vão além das decisões individuais e das projeções e promessas *a priori* feitas; da legislação no país de destino, que se altera, comumente em detrimento aos imigrantes; da remuneração atual e da possível no Brasil, na perspectiva do reagrupamento familiar; da obtenção da dupla cidadania e de relações afetivas que se constituem em ambos os lugares.

Sayad (1998, p. 45), precursor argelino dos estudos sociológicos sobre o retorno dos imigrantes, explica que a migração é composta por uma dupla contradição: “não se sabe mais se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade.” Desse modo, a migração pode ser compreendida como o resultado de uma dupla representação: o estado provisório, que a define como direito, somado à situação duradoura, que a caracteriza de fato. Isso ficou evidenciado no tempo de duração dos projetos

migratórios dos(as) filhos(as), esposos(as), pais e netos(as) de entrevistados no município goiano de Itapuranga, verificando-se que a grande maioria desses migrantes não retorna no tempo previsto ou não retorna de fato.

Ainda de acordo com Sayad (1998), os que ficaram na terra natal também pensam na ausência como temporária. Situação semelhante é relatada entre os agricultores do município de Itapuranga ao relatarem o retorno de seus entes queridos. Sob a perspectiva da família, a ausência de seus familiares não era fácil, no decurso de suas vidas, mas acreditavam que era por pouco tempo e, assim, sonhavam com o dia em que seus membros retornariam definitivamente. O raciocínio desses agricultores conduzia à reflexão de que a ausência era meramente provisória. A leitura que faziam era de que, independentemente do tempo, um dia seus(suas) filhos(as), esposos(as), pais e netos(as) voltariam para o convívio familiar.

Envolto pelo entendimento de que o sentimento de ausência, como constituinte da experiência do migrante, é também central no desejo de retorno, Sayad (2000) afirma que:

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra [...]. A noção do retorno estaria no centro do que pode ser ou do que desejaria ser uma antropologia total do ato de emigrar e de imigrar: antropologia social, cultural, política, na qual se introduz eficazmente a lembrança da dimensão universal do fenômeno migratório (SAYAD, 2000, p. 11-12).

A expressão “retorno” é utilizada pelo autor para expressar as ambiguidades, contradições e tensões entre as condições objetivas definidas pelas estruturas socioeconômicas e os sonhos, desejos e expectativas dos migrantes. Desse modo, apesar de as condições objetivas não lhes permitirem retornar à sua terra natal, o desejo de retornar se faz presente como um sinal de esperança, de dias melhores, de proximidade dos parentes, vizinhos e amigos que se encontram fisicamente distantes. Logo, o desejo de retornar é o alimento para as suas almas. Enfim, os migrantes vivem o drama do ausente que está presente e do presente que está ausente.

Alguns dos entrevistados de Itapuranga mencionam que vivenciaram – e vivenciam cotidianamente – a perspectiva de que, a curto ou longo prazo, um dia seus familiares retornarão para o seu ponto de partida. Uma agricultora familiar relata que sonha com o retorno de seu filho dos Estados Unidos: *“Agora eu penso assim: se ele volta de mudança, aí, vai ser bom demais, né. Aí, aqui em Goiânia, porque ele tá pensando de morar em Goiânia, na hora que ele for morar em Goiânia, nós vai passear lá na casa dele.”* (Maria José, 72 anos).

No estudo de caso em Itapuranga, outra questão que também reflete, em grande medida, a constituição de processo de retorno refere-se à alteração de circunstâncias familiares presentes no projeto migratório inicial, sendo particularmente evidentes as situações de separação dos cônjuges que tinham motivado a migração. Essa característica peculiar pode ser observada no depoimento da Sr.^a Cleuza sobre os motivos pelos quais a sua filha retornou do Japão para Goiânia:

Eles dois separou quando ela [filha] veio embora. A última vez que ela veio embora eles separou, porque ela descobriu na internet lá no Japão ele com uma menina aqui de Goiânia desse um ano que eles ficou aqui. Ai, ela falou assim: 'Você não serve para mim mais. Você não me serve mais.' Eles separaram. Depois ela queria voltar, eu falei: 'Não.' Ela me disse: 'Mas aqui não tem nem o que a gente fazer, não tem o que ganhar dinheiro.' Eu falei: 'Não. Mas nós não passa fome aqui não. Dinheiro se você não ganhou até hoje você pode esquecer.' Ela ia ficar lá mais três anos, porque eles queriam comprar mais imóvel, né.

As análises de Pereira e Siqueira (2012) sobre as dinâmicas de retorno de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos e na Europa mostram-se semelhantes aos núcleos familiares dos agricultores entrevistados no município de Itapuranga. Para ilustrar, as autoras afirmam que o motivo declarado pela maioria dos seus entrevistados estava relacionado à crise econômica (30%), ao medo de deportação e à insegurança (14%) e às saudades (32%). Para 13% dos entrevistados, o retorno estava dentro do planejamento do projeto migratório. Contudo, constata-se, na literatura relacionada ao retorno de migrantes, que a dimensão econômica é mais explorada em relação às demais.

Em contrapartida, para alguns migrantes residentes no exterior, o projeto de retorno ao país de nascimento não está no horizonte dos seus planos futuros, senão para migrações temporárias, a fim de rever amigos e parentes. Tal fato pode ser compreendido em virtude das mudanças que ocorreram no percurso do projeto migratório – muitos conseguiram documentação (*Green Card*), montaram seu negócio, casaram-se, tiveram filhos –, e o tempo estipulado em dois ou três anos ganhou um caráter definitivo. Tais mudanças, segundo Siqueira (2006), ocorrem em função das diferentes trajetórias dos sujeitos. Alguns pais agricultores de Itapuranga que foram entrevistados vivenciaram a experiência da emigração definitiva dos filhos. Um deles relata que seu filho, imigrado há dez anos na Itália, não volta mais para o Brasil porque não troca o padrão de vida que tem lá pelo que teria aqui.

Ele também fala que para trocar o que ele vive lá para viver aqui, com o que ele vive lá, ele não consegue viver no Brasil. Não dá para ter o padrão de vida que ele tem lá, se ele ganhasse aqui no Brasil. O padrão de vida deles é considerado padrão das pessoas de bens aqui hoje financeiramente, entendeu? Eu tenho assim que Deus abençoa que ele venha nos visitar igual ele vem, mas eu até prefiro que

ele fique lá. Porque ele tem os filhos dele, são meus netos e tudo, gostaria de tá presente comigo. Mas, eles largar o padrão de vida que eles têm lá hoje, assim, não vamo falá que vive tão bem, mas tem um padrão de vida muito melhor do que as pessoas que vive aqui. (Geraldo, 55 anos).

Nesse caso específico, o filho estava casado com uma cidadã italiana, tinha dois filhos italianos, um emprego registrado e havia conquistado a dupla cidadania. As situações familiar, legal, trabalhista e financeira eram estáveis e favoráveis ao migrante itapuranguense em terras italianas. Tais condições facilitavam ao migrante e à família a aceitação de uma migração definitiva e o planejamento de reencontros familiares periódicos, tanto no Brasil quanto na Itália, pois o casal de agricultores familiares de Itapuranga estava reunindo economias para uma viagem de visita à família do filho na Itália, em 2015, enquanto rememorava as diversas visitas de familiares confortavelmente estabelecidos na Itália.

No estudo realizado com imigrantes libaneses, Osman (2007) notou que permanecer na imigração e não retornar implica voltar-se contra o processo social que o engendrou como migrante, bem como entrar em choque com todos os valores que deram suporte a essa experiência em terras estrangeiras. Afinal, o mito do retorno tem como aporte a ideia de que a migração é um ato provisório e o retorno é um fato garantido, mesmo que esse fato nunca se concretize. Portanto, o retorno existe no sentido real e concreto não só daqueles que efetivam essa empreitada, como também daqueles que nunca concretizam esse processo, embora o desejo de retornar se faça presente (OSMAN, 2007).

Na visão das famílias entrevistadas no município de Itapuranga, a falta de perspectiva de vida no Brasil, principalmente no meio rural, tem levado muitos emigrantes a não projetarem o seu retorno à terra de origem. Mesmo que esse retorno seja desejado pelos pais, muitos filhos optaram por constituir definitivamente sua vida em outro país. A Sr.^a Luzia demonstra, de maneira peculiar, como o filho reage diante dos pedidos dos pais para retornar, declarando acreditar que ele não retornará mais.

Acha tão bom lá, que não fala de vim embora mais não. Acostumou... Quando eu [mãe] falo para ele [filho] para vim embora: 'Vem meu filho. Eu estou sozinha mais seu pai.' Ele briga: 'Não, mãe! O que eu vou fazer aí? A terrinha nossa aí é muito pequena, não dá para tirar sustento para nós três. Não tem como, eu tenho é que ficar aqui mesmo.' Ele lá já trabalhou também, ele gosta assim de um serviço mais maneiro. Na época que ele foi para lá era bom de ganhar dinheiro, hoje nem por isso. Mais ele vai vivendo, tem a vidinha boa dele lá. A Z. [mãe] falou para ele vim embora esses tempos aqui, ele ficou mal servido, ficou bravo.

Nesse caso, o filho estava nos Estados Unidos há quinze anos e já tinha conquistado dupla cidadania. Estava solteiro, possuía um emprego bom e já havia incorporado o estilo de vida americano, não tendo a preocupação em economizar dinheiro para voltar ao Brasil ou até

mesmo para investir na compra de imóveis. A falta de perspectiva de vida e trabalho na propriedade do pai e em Itapuranga é um fator que contribui para que ele permaneça em terras americanas, mas os pais ainda sonham com o retorno do filho para junto da família.

Nesse aspecto, Siqueira (2007a), ao tentar compreender as razões que definem o sucesso e o insucesso da concretização do projeto de retorno, dos Estados Unidos, dos emigrantes da microrregião de Governador Valadares, conclui que, apesar de o retorno ser característico do projeto migratório, pode-se afirmar que ele está diretamente relacionado às condições de vida no país de destino, podendo ser reelaborado de acordo com as peculiaridades de *status*, capital, gênero e geração.

Ao estudar o trajeto migratório de uma família açoriana que migra para os Estados Unidos, Velho (1999) considera que:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir dos delineamentos mais ou menos elaborados de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e da interação com outros grupos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades (VELHO, 1999, p. 47).

Ainda de acordo com o autor, ao analisar a construção familiar do projeto de ida e volta e as mudanças de perspectiva nessa trajetória, enquanto os pais pouco assimilam a cultura da nova sociedade, os filhos frequentam a escola americana e participam mais efetivamente do estilo de vida americano. Esses fatores vão gerar ambiguidades e conflitos, afinal, apesar de o projeto ser familiar, construído a partir de um contexto de rede de relações sociais que inclui o retorno, ao longo da trajetória, o projeto é reelaborado de modo diferente pelos membros da família. A ideia de “fazer a América” é compartilhada por todos, entretanto os pais preocupam-se com os aspectos materiais, e os filhos querem usufruir da sociedade e dos valores americanos.

Sob esse mesmo aspecto, Sayad (1998) destaca que, ao longo do tempo, a convivência como uma nova cultura e o estabelecimento de novos laços sociais redireciona o projeto inicial. Nesse sentido, a forma como os filhos incorporam dimensões múltiplas de sociabilidade, referências e racionalizações tem forte influência na decisão da família de retornar e, nesse processo de construção do futuro familiar, a volta às terras de origem se torna mais distante. Nos casos estudados em Itapuranga, nota-se que os filhos também são sujeitos do processo de retorno às terras brasileiras. Isso pode ser observado no depoimento do Sr. João Batista:

Ele não veio ainda porque os meninos dele não quer vim. O rapaz gosta do Brasil, mas para passear, para morar ele não quer. Ele e a esposa quer vim. Os meninos dele não quer vim, sabe? Tem emprego bom lá, sabe? Ganha 20 dólar por hora esse rapaz que veio o A. [neto]. Mas ele não é muito de segurar não. Ele gosta de aproveitar. Ele tá certo, é jovem, né. Ele tem vinte e quatro anos.

É importante salientar que, quando a migração ganha caráter definitivo, ocorrem as visitas esporádicas. Isso significa que, a cada dois ou três anos, os familiares vêm visitar sua família no Brasil para matar a saudade e também para tomar conhecimento de como estão os investimentos realizados. Sabe-se que é na família que o projeto migratório se fortalece, a partir das respostas positivas e exitosas que nascem no momento em que o migrante reencontra seus familiares, registrando imagens de pessoas que se mantêm em constante presença, especialmente dos pais. Portanto, a reunificação familiar tem um impacto importante sobre a expectativa temporal, pois, à medida que o migrante consegue rever parentes e amigos, ele não pensa mais no retorno ao Brasil com tanta urgência e passa a redimensionar o tempo na “América” e o projeto de retorno (ASSIS, 2004). Observando por esse ângulo, é possível concluir que a migração é um *continuum* de idas e voltas, as quais sofrem constantes transformações. A Sr.^a Cleuza, cuja filha ficou nove anos no Japão, relata quando aconteceram os retornos temporários para visitá-los:

Com três anos ela [filha] veio passear, né. Mas até aí, nós comunicava só por telefone. Aí, com três anos eles [filha e genro] veio passear. Antes de três anos não tinha como vir, porque ainda não era bom para eles vim. Aí, fez três anos ela veio. Eles ficou três meses e voltou para trás. Foram nove anos e dez meses que eles morou lá. Ela veio com três anos, depois ela veio com dois anos, depois ela voltou com um ano e meio.

Nesse contexto, fica evidenciado que há diversos fatores que impulsionam o retorno, os quais refletem as incertezas e angústias de uma experiência vivida. Isso simboliza e desmitifica qualquer visão romanceada sobre a fácil vida dos migrantes no país de destino, uma vez que suas expectativas, nas mais elementares formas, são alimentadas pelo desejo de regresso à terra natal.

3.2 Reencontros vividos em Itapuranga: a memória dos familiares

Dado o caráter eminentemente recente da migração de retorno dos itapuranguenses, as entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa permitiram captar de maneira singular um conjunto de experiências diversificadas de reencontros, incluindo as maneiras como as famílias as vivenciam, após tantos anos distantes de seus entes queridos. Sem pretensão de dar

conta de todas as formas de reencontros, apresentam-se a seguir as características desses momentos, que permitem acrescentar as particularidades presentes no projeto de retorno analisado anteriormente.

Reencontrar o filho ou filha, esposo ou esposa, pai e/ou mãe, irmãos e irmãs é, sem dúvida, uma experiência emocionante e, ao mesmo tempo, prazerosa. Revê-los e externalizar as primeiras palavras, os primeiros movimentos e gestos, são momentos inesquecíveis, de intensa emoção. Tudo isso comove, emociona, faz refletir e sentir uma mistura de sentimentos. Entretanto, reencontrar um ente querido vai além do emocional e do racional, ultrapassando o tempo registrado pelas fotografias, *e-mails* e cartas nos seus melhores momentos. Ver e ouvir os parentes ou amigos retornados gera sentimentos inexplicáveis. São tantas as emoções dos familiares que, em muitos casos, eles se veem divididos pelos conflitos emocionais do reencontro, como o choro e a alegria de poder estar juntos novamente. Para a família, as primeiras reações podem ser entendidas como uma forma de expressar a importância daquele membro no núcleo familiar.

Sendo a família a facilitadora do reingresso e readaptação dos migrantes aos valores e ao estilo de vida no local de origem e a interlocutora do processo de socialização com a comunidade local, seria no mínimo plausível compreender que, para ela, o reencontro desde a partida seria o momento mais importante do processo migratório. Nesse aspecto, algumas entrevistas em Itapuranga mostram-se fundamentais para ilustrar o reencontro das famílias com seus familiares: como elas se preparam para esse momento, como essa experiência é vivenciada por cada membro do núcleo familiar e quais são as suas principais características. Em todas as situações, constatou-se que o reencontro está repleto das “lágrimas de alegria” que esse momento carrega. Porém, é tênue a linha divisória que separa os encontros e desencontros da dinâmica que caracteriza o processo de retorno.

Nos estudos realizados com emigrantes retornados nas cidades do Rio de Janeiro, Campinas e algumas cidades de Minas Gerais, Pereira e Siqueira (2012) destacam que o retorno é o reencontro com um espaço, muitas vezes, congelado na memória, a imagem da partida. Logo, o reencontro frequentemente resulta no estranhamento e no sentimento de não mais pertencer ao lugar de origem. Para Hall (2003), em seu estudo sobre a dispersão caribenha nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, esse estranhamento seria o pecado da ausência, que consiste na impossibilidade de recuperar o tempo em que não se esteve presente, o não acompanhamento da dinâmica da vida nesse espaço. Por isso, para alguns migrantes, a decisão de voltar é mais difícil do que a de partir. O estranhamento no reencontro com a família e em relação aos costumes, a impressão de não pertencer ao seu local de

origem, faz desse momento angustiante. Afinal, como destaca Siqueira (2007a), as pessoas e os espaços geográficos e sociais, idealizados durante o período da emigração, já não são os mesmos.

Ao analisar os reencontros das famílias de agricultores familiares de Itapuranga, observa-se que esse momento é carregado de muita festividade, pois, para os familiares, o retorno de seu ente para o convívio familiar é motivo para muita comemoração, que pode ser percebida no acolhimento e na receptividade ao migrante. Isso ficou evidenciado nos depoimentos de entrevistados no município goiano, verificando-se que a maioria das famílias foi receber seus membros ainda no aeroporto. Revelou-se também que a ansiedade em revê-los tomava conta de pais, filhos(as) e esposas(os), que aguardavam ansiosamente a hora de abraçá-los e matar a saudade. Os relatos de agricultores familiares de Itapuranga reiteram esse momento único vivenciado por cada família:

O dia que ele [pai] chegou, a gente chegou no saguão né, e foi todo mundo louco: 'Vamos lá para ver o avião descer.' E quando a gente chegou, a gente chegou meio atrasado. Eu [filha] e minha mãe fez camiseta. Aquela empolgação louca. Aí, nós foi correndo assim para vê o avião descer, só que o avião já tinha descido. Eles adiantou o voo. Aí, fui eu e o J. C. [primo] caçando esse avião. E a minha mãe e o resto do povo que tinha ido, acho que minha vó tinha ido, minha tia foi. Foi um monte de gente buscar no aeroporto e ficou lá do lado de fora esperando. Aí, eu mais o J. [primo] foi ver; descia um, descia outro e nada. E eu: 'Gente, cadê meu pai?' Aí, quando eu voltei, aí, eu falei: 'Uai, não veio né, deve...' Já sai com a boca aberta chorando. Quando eu voltei, que eu cheguei lá fora, ele já tava lá. Aí, ele tava de costa assim, eu olhava: 'Gente, é ele ou não é?' Parece que eu não reconhecia. Ele chegou magro, ele era mais gordinho. Aí, eu peguei e fiquei parada assim olhando, esperando ele olhar para ver se era ele. Aí, ele virou e veio correndo assim lá para perto de mim, me abraçou. Aí que eu vi que ele tinha chegado. (Mariana, 19 anos).

Até quando eles [filha, genro e neta] chegou aqui, nós fez até uma festa para esperar ela [filha], né. Nós fez essa festinha, e a Y. [neta] pôs a mão assim no ouvido e não queria escutar nem gente, nem nada. Nós daqui de casa não foi buscar eles no aeroporto não. Foi a sogra dela. Eu falei: 'Ah, não posso ir não.' Porque meus parentes veio para cá né, para esperar ela também. Aí, eu falei: 'Como é que a gente faz?' Porque se fosse só nós até tinha ido com eles. Aí, eles chegaram cansados, mas os parentes diz que vinha tudo para nós fazer a festinha. Eu falei: 'Não. Então, tem que ficar né, para ajudar.' (Tereza, 58 anos).

Nossa! É aquela coisa de você ver e não acreditar. Tá na sua frente e você não acredita. E ele [filho] tava feliz demais mesmo, gente, mas como eu [mãe] devia estar feliz demais. Muito mais ainda eu tava porque ele tava muito feliz. Ele ficou feliz demais quando pisou aqui, como diz ele: 'Quando eu pisei no Brasil.' Foi uma correria só. Eu tava para Trindade quando o pessoal lá me ligou. 'Oh, seu filho tá chegando. Seu filho tá chegando.' Oh, eu corri desde o outro lá da L. [vizinha]. Faz assim a estrada, eu vim correndo de lá aqui para arrumar as coisas que não tava arrumada, que eu tava fora já cinco dias. Nunca vi uma coisa daquele jeito. Nossa Senhora! Uma coisa de doido mesmo. De doido para dizer melhor, porque foi. Nunca vi. (Luzia, 68 anos).

Nossa! Eu achei o trem melhor. Eu [esposa], meu pai, R.[filho] e minha mãe foi buscar ele [esposo] no aeroporto. O R. [filho] ele suava, a mão dele suava. Aí, a gente foi para Anápolis, para minha irmã e ficou lá. Aí, no outro dia a gente veio para cá. O voo dele chegava à tarde, aí, para gente vim ia ser cansativo. A gente ficou lá na C.[irmã], aí, no outro dia que a gente veio, aí, que ele foi lá para o pai dele. (Helena, 36 anos).

Nessas entrevistas, observa-se que o contentamento em relação à chegada do familiar ausente, idealizado durante os anos da emigração, é traduzido por uma linguagem corporal espontânea, representando as fortes emoções que envolvem as famílias ao rever seus parentes, que estavam distantes há dois, três, quatro, cinco anos ou mais. É o que confirmam os agricultores familiares, ao falarem sobre suas emoções, como no seguinte relato: “*Ah! mas na hora que você vê, você não sabe se você chora, se você ri, se você dança, se você grita. Você não sabe o que faz. Aí, como se diz, aquela alegria sem tamanho. Não tenho nem palavras para dizer.*” (Isaura, 54 anos).

O universo de agricultores entrevistados apresentou ainda algumas características peculiares, pois muitos dos reencontros se deram sem um aviso prévio, proporcionando à família uma grande emoção. O depoimento do João Batista, cujo filho ficou imigrado seis anos nos Estados Unidos, mostra-se fundamental para a compreensão das diversas maneiras com que se deram os reencontros. Tal experiência é marcada pela omissão a respeito do dia de retorno, que ocorreu sem que a família soubesse. Nessa situação, constatou-se que, independentemente do dia, mês ou ano, os pais sempre esperavam ansiosamente a volta dos filhos, uma vez que a ausência deles é sentida de forma dolorosa e a presença física torna-se insubstituível.

Essa última vez ele [filho] me ligou, eu [pai] tava no alto da serra. Só a M.[filha] mais o C. [filho] sabia que eles [filho, nora e netos] viriam. Não contaram para gente. Ele [filho] me ligou: ‘Papai tudo bem?’ Eu falei: ‘Tá, e vocês como é que tá aí?’ ‘Tá bem, papai. É o seguinte: o que o senhor tá fazendo aí?’ ‘Tô tirando leite.’ Já de tarde, mais tarde que agora. Era umas seis horas. ‘Então, aumenta a água do feijão que eu tô chegando.’ Aí, eu falei: ‘Você tá brincando!’ Aí, caiu a ligação, que aí ele tava no trânsito. Aí, eu falei para I. [esposa]: ‘O T. [filho] ligou e caiu a ligação.’ Aí, eu não contei para ela que ele tinha me falado isso não. De repente ele chega buzinando. Eu [mãe] falei: ‘Bem, tem um doido buzinando lá na porteira. Olha lá que bagunça.’ Aí, ele começou a gritar: ‘Ei! Você não vem me receber não?’ Eu falei: ‘Tá brincando, é o T.[filho]?’ Eu não sabia se eu corria, se eu ficava. Eu passei uns três dias ruim de tanta emoção que eu senti. Sem brincadeira gente. Eu nunca tinha sentido. Ah, mais foi tanta, porque ele falou assim, ele ligou e falou: ‘Mamãe, eu não vou esse ano. Eu não vou para o Brasil, a D. [esposa] quer ir para Púlia para visitar uns parentes dela, a avó dela, e nós não vai para o Brasil.’ Aí, eu tava crente que eles não vinham. (Geraldo, 55 anos, e Isaura, 54 anos).

Ele [filho] fez uma surpresa grande demais em nós, sabe? Falou que vinha, aí, um dia nós [pai e mãe] ligou a internet na hora que ele já tava arrumando para vim embora, sabe? Ele falou: ‘No mês que vem nós tá pensando em comprar passagem, mãe, para ir.’ Quando é fê, à noite ele liga que já tava aqui em Itaberá [cidade

vizinha]. *Foi uma surpresa, nosso Deus! Aí, ele chegou em Itaberaí. O L. [pai] tava visitando uma horta para lá de Brasília. Aí, eu [mãe] sozinha, já liguei para o P. [cunhado] e falei: 'I. [cunhada] do céu! Compadre, o L.[filho] tá lá em Itaberaí. Como é que nós faz, o L. [esposo] não tá aqui.' 'Não, comadre, nós vai lá buscar ele.' Aí, na hora que ele chegou lá na rodoviária de Itapuranga, nós já tava lá esperando ele. 'Nossa Senhora! Parece que o coração até palpita, né.' Agora, na hora que eu [pai] cheguei, já cheguei à noite, sabe? Ele [filho] já tava aqui. Escondeu de mim, sabe? Na hora que eu vi ele, falei: 'Meu Deus do céu!' Eu [mãe] tava sentada aqui, aí, o L.[esposo] a hora que chegou e viu ele, deu um grito. (João Batista, 77 anos, e Maria José, 72 anos).*

Seguindo essa linha de raciocínio e fazendo uma correspondência com os reencontros temporários, ressalta-se a tendência de muitos migrantes que adotaram o caráter definitivo em seu projeto migratório e retornaram apenas para rever familiares e amigos, como já salientado anteriormente. Dessa forma, é interessante destacar que, geralmente, esses reencontros estão ligados a uma data comemorativa, como Natal, festas de família, aniversários, casamentos, nascimentos, entre outros, que ocorrem uma vez ao ano ou a cada dois ou três anos. Entretanto, um elemento que diferencia esse tipo de reencontro está no fato de que, a cada despedida, é como se as famílias revivessem outra perda e, a partir de então, um novo processo migratório se iniciasse, ressurgindo a incerteza em relação ao futuro. São os dilemas entre permanecer na propriedade ou seguir a vida no país de destino.

No processo de retorno, nota-se que as formas de reencontro entremeiam-se e, em alguns momentos, ganham sentido inverso, ou seja, são os familiares que vão ao encontro de seus entes, para que, assim, possam manter os objetivos da migração. Tal processo também fazia parte do projeto migratório das famílias entrevistadas em Itapuranga. Os filhos, ao se inserirem no contexto das migrações ilegais, o que os impossibilitava de regressar ao Brasil periodicamente para rever seus familiares, incentivavam seus pais a irem visitá-los para matar a saudade, conforme relato do Sr. João Batista, ao ser interpelado sobre sua vivência durante a migração dos filhos para os Estados Unidos:

A gente foi indo, e a saudade apertou. Eu [pai] mais ela [mãe] já de idade, a gente quase analfabeto eu falo, a gente arriscou essa viagem. É uma viagem que a gente vai ligeiro, mas ela não é fácil, sabe? A gente não tem medo. É porque a gente não conhece língua nenhuma, não sabe falar a língua lá. Aqui em São Paulo é fácil, mas quando chega em Nova York, menina do céu. Mesmo que tem muita gente, não tinha nenhum conhecido. Só eu mais ela, sabe? Se fosse pegar um avião aqui direto e apeasse lá era fácil, mas a questão é que você tem que fazer uma escala em Nova York, sabe? Lá o aeroporto é enorme, que você não sabe para onde você vai. É triste, é difícil. O aeroporto, eu acho que é maior que Itapuranga. Aí, quando nós chegou em Boston, ele já tava lá esperando. Lá já é fácil, né, porque ele já tá lá esperando. O mais difícil que eu acho não é você chegar em São Paulo. Você pega o avião em Goiânia e vai para São Paulo, lá você faz outra escala. São Paulo é complicado, porque o aeroporto também é grande, né. Mas tudo é a mesma língua, você conversa, um ensina, outro ensina e você compreende. Agora, duro quando você chega em Nova York, que você não vê um ninguém que fala sua língua, sabe?

É só aquele povo americano, aquele povo da Guatemala que fala. É um pouco assim. Eles ensinam a gente, sabe? Faz assim para você. Você mostra o cartão de embarque, sabe? É aquela correria, sabe? Você tá passando de hora, sabe? É corrido, sabe? Não é fácil não. Mas, no avião, a gente vai conversando, vai brasileiro. Uns que já é acostumado a ir lá ajuda a gente muito. Mas para tudo parece que Deus encaminha as coisas para gente dá tudo certo, né. Muita gente ficou admirado de nós dar conta.

Entre os agricultores do meio rural de Itapuranga, percebeu-se que, mesmo diante das adversidades impostas pela viagem internacional, havia, por parte dos pais, um grande interesse em rever seus filhos, apesar de esses pais, em sua maioria, possuírem idade avançada e baixo índice de escolaridade, o que dificultava ainda mais esse deslocamento. No entanto, a alegria de poder rever e matar a saudade de seus familiares torna-se um fator que recompensa qualquer trabalho, e é nessas horas que se pode compreender a importância que a família tem na manutenção do projeto migratório.

Valendo-se de resultados obtidos por meio de pesquisa feita em Governador Valadares, Assis (1999) percebeu que a família é muito importante para a manutenção dos projetos migratórios, o que pode ser observado não só nos telefonemas, nas cartas enviadas com frequência, nos presentes enviados aos pais e familiares mais próximos, mas também no financiamento da viagem dos pais aos Estados Unidos, para “dar uma força”, para assistir ao casamento dos filhos, ao nascimento ou aniversário dos netos – fato que envolve pessoas que nunca pensaram em experienciar uma viagem aos Estados Unidos. A autora verificou também que o apoio dos pais se traduz nas “forças” aos filhos quando a saudade aperta, a fim de que estes não retornem antes de fazer o pé-de-meia. Além desse apoio afetivo – que, por sinal, é considerado fundamental pelos imigrantes, para “aguentarem a barra” –, ocorre ainda a administração dos investimentos no Brasil, procurando casas para comprar, gerenciando obras e empenhando-se para ajudar na realização dos projetos dos filhos para que estes voltem logo para casa.

Como já destacado no capítulo anterior, no contexto de Itapuranga, os entrevistados relatam que os animais de estimação também sofreram com o processo migratório de seus donos, ou seja, a migração também impactou no comportamento dos animais. Assim como no transcurso da partida, o momento do reencontro do animal com o dono também foi marcado por muita emoção. Pelo depoimento da Sr.^a Sirlene, pode-se perceber como foi esse momento:

Aí, o I. [esposo] chegou, ele falou: ‘Roger.’ Ele [cachorro] olhou assim no I. [esposo] e estranhou. Aí, ele falou de novo: ‘Roger.’ Aí, ele reconheceu. Foi e abraçou, porque ele abraçava. Ele pulava cá em cima assim e abraçava ele. Ele era grande. Adorava ele. Aí, ele abraçou, foi uma emoção esse cachorro com o I. [esposo]. Foi aquela coisa. A gente cuidou dele até ele morrer também.

Nesse contexto, fica evidenciado que os reencontros com pessoas, coisas, situações e lugares são traduzidos por uma linguagem corporal espontânea, representando alegrias, sonhos, nostalgia e sentimentos, nas mais variadas sutilezas, entre valores morais, sociais e culturais que permeiam os processos migratórios.

3.3 Concretização do retorno: inserções e tensões

Em meio ao recomeço ou à reconstrução da vida dos migrantes, após o retorno, uma característica básica se sobressai: o retorno impacta o imigrante, as pessoas com quem se relaciona e o território de origem. Essas marcas se evidenciam em diversos setores da sociedade itapuranguense, como no comércio, na construção civil, na vida social e, sobretudo, no cotidiano das famílias. Sendo o retorno um dos pilares que sustentam o projeto migratório, Sayad (2000) afirma que o retorno pressupõe vários modos de relações: uma relação com o tempo (passado e futuro), uma relação com a terra natal nas suas dimensões física e social e, por fim, uma relação com o país que se deixou, por meio da manutenção de ligações transnacionais (afetivas e/ou materiais).

Envolto por essa particularidade e na tentativa de compreender as dinâmicas do retorno empreendido por imigrantes libaneses, Osman (2007) constatou que o retorno é nutrido pela falsa concepção de que aquele que volta retorna o mesmo, como se o período transcorrido entre a partida e o retorno tivesse sido cristalizado e tudo tivesse permanecido suspenso durante o período do processo migratório. Nesse contexto, a autora percebeu que, ao retornar, o migrante depara-se com outra realidade, ou seja, nada permaneceu como ele havia deixado, nada mais é o mesmo, nem as pessoas que ficaram permaneceram as mesmas, nem os que partiram retornaram da mesma maneira que foram. Dessa forma, para Sayad (2000), esse deslocamento físico representa também um deslocamento de poder – o poder de significação do evento na estrutura social, ou seja, o poder simbólico constitutivo do ato de migrar. Afinal,

não se deixa sua terra impunemente, pois o tempo age sobre todos os seus pares. Não se prescinde impunemente do grupo e de sua ação cotidianamente presente, [...] bem como de seus mecanismos de inserção social, mecanismos que são ao mesmo tempo prescritivos e normativos e, enfim, largamente performativos (SAYAD, 2000, p. 14).

Nesse horizonte móvel, pode-se pensar também na diversidade de questões sociais em que as famílias de agricultores familiares e os próprios migrantes estão imersos. Da mesma

forma, deve-se considerar que existe uma variedade de implicações e de problemas que são vivenciados diferentemente, no tempo e no espaço. Sobre as mudanças ocorridas, Osman (2007) informa que mudam os hábitos, as formas de vida, as relações sociais, como também as atitudes cotidianas, as formas de se expressar, a linguagem. Afinal, “nem o idioma soará como o mesmo, pois mudou a forma coloquial, os subentendidos montados sobre as palavras de significados implícitos, de imagens em comum e de pretéritos compartilhados” (OSMAN, 2007, p. 11).

Continuando o raciocínio, a autora acrescenta que o retorno não é uma experiência de continuidade, no sentido de que se retoma o fio de uma meada anteriormente abandonada, bastando segurá-la e reatá-la ao que foi rompido; não há continuidade porque não existe o retorno ao idêntico, a ruptura foi estabelecida com a partida, e a volta não pode ser simplesmente uma retomada daquilo que se deixou para trás. É necessário, então, não retomar de onde se parou, mas recomeçar de um ponto inicial, com ou sem recursos econômicos, com os pais, cônjuges, irmãos e/ou filhos, na família.

Sob uma perspectiva sociológica e procurando estabelecer uma análise crítica sobre o retorno, Sayad (2008 apud TEDESCO, 2013) destaca que o retorno demonstra ser uma denúncia e espelha a identidade do imigrante. Segundo o autor,

o sujeito imigrante não é do lugar, não é seu lugar, não é sua casa; o seu, de seu pertencimento e vínculo está num outro ambiente; é um reclamo às origens, à condição inicial, àquela de emigrante antes de imigrante; é algo que implica uma concepção de tempo em que o futuro é redirecionado como se fosse um retorno a si mesmo, ao seu grupo, ou seja, uma retrospectiva pessoal (SAYAD APUD TEDESCO, 2013, p. 193).

Logo, o retorno é uma forma de fuga, da mesma forma como pode ser a partida; é uma forma de satisfazer a nostalgia, ainda que se saiba que o tempo da partida não é mais aquele, nem o espaço. Este último se reconfigura com o tempo e com os sujeitos que se alteram nele.

No município de Itapuranga, não foi incomum familiares entrevistados assinalarem que seus parentes retornados, a princípio, foram tomados por situações de estranhamento e dificuldades de readaptação/ambientação, principalmente em virtude das baixas remunerações e das expectativas frustrantes em termos de condições de vida e de possibilidades de empreender com os recursos já adquiridos pela emigração anterior. Na visão dos pais, todos concordam que o processo de readaptação foi complexo e tenso. Com algumas ressalvas, alguns pais preconizam que seus filhos não encontraram dificuldades em se adaptar novamente à rotina familiar; outros dizem que, nos primeiros dias, tanto a família como o migrante se sentiram um pouco perdidos. Contudo, voltar ao local de origem, retomar o

contato com as mesmas pessoas e reinserir-se na terra natal reforçaram as diferenças, o distanciamento e a constatação de que a readaptação não é fácil. Os relatos são elucidativos:

Ele [esposo] chegou aqui muito magro. Você via o olho dele muito fundo, porque ele não gostava de gastar o dinheiro, porque o dinheiro era de mandar para cá, entendeu? Aí, também fica meio sem graça os primeiro dia. Aí, eu [esposa] ficava olhando para ele assim e, ele: 'O que foi?' 'Eu tô te achando magro.' 'Aí, eu enchi a geladeira de coisa que ele gostava, esse tipo de coisa. Ele ficou assim meio perdido, né. (Sirlene, 44 anos).

Aqui ela [filha] não estranha não. Agora, a menininha [neta nascida nos Estados Unidos], às vezes, até nos dia, mas agora ela acha bom. Ela [neta] ficava escondendo de nós. Porque lá também ficava muito sozinha, e vai crescendo lá também já vai adaptando, né. E aqui agora também já tá acostumadinha, né. Ela acha bom. Até quando ela [filha] chegou aqui, a menina [neta] não falava a nossa língua, conversava outra língua, nós não entendia. Ela falava as coisas, e a gente não entendia. E agora ela já fala a nossa língua. E acho que ela já não sabe mais o inglês. A valença dela é que tinha um povo que morava lá, até era ali do Baú [região vizinha], uma tal de E. [vizinha], aí, os meninos dela também conversava só inglês, aí, eles vieram também o dia que ela chegou, aí, ela juntou com esse menino que eles era acostumados lá. (Tereza, 58 anos).

Quando chegou aqui, porque diz ela [filha] que pegava o salário dela lá, ela comprava tanta coisa, nem meava o salário. Era coisa que não dava conta nem de levar pra casa sozinha. E chegou aqui um salário não dá para pôr numa sacolinha. Falou: 'Não! Mais o que isso? Eu acostumei tanto lá por causa disso, porque, uai, eu gastava metade do meu salário e eu mandava o resto para cá. Agora, aqui o que eu faço com um salário? Não faço nada. Eu vou é passar falta aqui.' Você acredita que ela ainda não adaptou aqui direito. 'Nossa! Difícil demais.' Só você vendo uma coisa. Ela falou assim. 'Trouxe presente para todo mundo.' Falou: 'Olha! Eu não gastei um terço do meu salário para trazer isso aqui para vocês. Agora aqui não, eu saio com meu salário aqui eu não trago nada para casa.' Mas, na verdade, se o governo não der conta de controlar o salário-mínimo, eu não sei o que será de nós mesmo, porque os meninos fala isso. Ela adaptou muito bem lá em Portugal. Nossa Senhora! Gostou demais. (Luzia, 68 anos).

Ao se espelhar nesses depoimentos, verifica-se que o retorno é acompanhado por uma sensação de estranhamento ao lugar, às pessoas, à língua e à economia local. Notam-se elementos que configuravam as mudanças entre o migrante que foi e o migrante que retornou, que fisicamente é a mesma pessoa, mas com novas concepções, novas ideologias e novos costumes. Essa duplicidade de identidade dificulta o processo de readaptação no país de origem, que já não é mais o mesmo. Ainda em meio a essas reflexões, percebe-se que, quanto mais tempo durar o projeto migratório, mais tenso e conflituoso é o processo de readaptação, conforme evidenciado por Siqueira (2007a), ao afirmar que, quanto mais tempo se vive fora do local de origem, mais as mudanças são sentidas e maiores são as dificuldades de readaptação.

Como demonstrou Tedesco (2013), a readaptação tem a ver com a ideia de que a mobilidade produz movimentos. Ou seja, são mundos que caminham em sentidos e intuitos

diferentes, mas que, com o retorno, tendem a se reencontrar. Assim, surgem os estranhamentos e as dificuldades de adaptação, de “se acostumar”, de quem saiu e retornou. No entanto, as pessoas que permanecem também sentem o estranhamento em relação a quem chega. Amparado por uma visão sociológica, Sayad (2000, p. 12) traduz esse estranhamento como *elghorba*, o exílio, mas também no sentido de sentir-se estrangeiro, aquele que esteve fora e que retornou depois, de um período, a seu lugar de origem, como se tudo tivesse permanecido suspenso:

Só se deixa o grupo para melhor reencontrá-lo; e, se possível, no mesmo estado, ‘tal como a eternidade o congelou’, fixou-o de uma vez por todas. Reencontrá-lo como se nada tivesse acontecido, como se nada tivesse mudado durante a ausência – é a ilusão da qual se alimenta a nostalgia – e, sobretudo, como se ter partido por tanto tempo não houvesse mudado em nada o emigrante que retorna, no fundo, não para reencontrar, como imagina, as coisas como as tinha deixado, mas para se reencontrar a si mesmo, tal como era (ou acreditava ser) quando partiu: é desta outra ilusão que frequentemente participa a decepção engendrada pelo retorno.

Nos depoimentos orais, percebe-se que essa dificuldade foi vista pelos entrevistados como derivada do fato de os migrantes terem convivido com outra cultura, com outros costumes e com outro padrão e ritmo de vida, de modo que as influências recebidas nos país de destino não puderam ser apagadas no retorno. Logo, as mudanças também se fizeram não só nas pessoas que ficaram, como também no próprio migrante. Entretanto, nem sempre essas mudanças são perceptíveis aos olhos, uma vez que a experiência migratória impactou na personalidade, nas atitudes e nos valores de muitos daqueles que deixaram família, casa e trabalho para alçar voo em terras mais distantes. Na tentativa de ilustrar a leitura que as famílias de agricultores familiares de Itapuranga fazem sobre as mudanças entre o migrante que foi e o migrante que retornou, buscou-se, por meio de depoimentos, delinear aspectos de tal concepção:

Uma pessoa mais madura, consciente das coisas, entendeu? Firme nas decisões dele. Hoje, ele [filho] é um homem, um adulto, não tem, como se diz, aquelas intempestivas que tinha. Hoje ele fala é isso, é isso. (Isaura, 54 anos).

Achei ele [esposo] mais maduro depois que voltou, mais centrado. Porque ele era assim: não pensava que tinha que guardar dinheiro e nada não, sabe? E, depois disso, ele começou a pensar no futuro, já começou a pensar mais. Assim, eu [esposa] senti que ele ficou mais maduro, sofreu e aprendeu com aquilo. (Sirlene, 44 anos).

Eles [filhos] trouxe aquele sistema de cidadão, não é o da terra, porque tem uma diferença muito grande da cidade para agricultura, sabe? Então, hoje o assunto deles é outro, não é aquele assunto que você sabe que é da terra, a diferença foi grande. O assunto deles é salário. É uma coisinha ou outra, mas da terra mesmo ‘ah, eu vou plantar um trem ali’, não tem. Só essa a N. [filha] que é inclinada a

plantar as coisa, mas os outros não. Nem a que tá aqui dentro de Itapuranga mesmo, não tem aquele assunto bom, o assunto deles é outro tipo. (Gilberto, 62 anos).

As pessoas que fazem assim [migram], eles ficam frios, eu acho. Eu acho que fica meio frio. Assim, eles falam assim que lá [Estados Unidos] gosta de brasileiro. O pessoal gosta da mão de obra, eu acho. Ele [filho] não fala, mas eu acho que é isso, é mão de obra, porque eles lá são um povo frio. É isso, o pessoal que aprende, vai e fica longe da família assim, eu acho que ele fica meio frio assim. (Luzia, 68 anos).

Ela [filha] é a mesma. Ela não ficou metida. Ela não ficou aquela pessoa de jeito nenhum. Foi melhor, ficou mais apegada com a gente. Ela fala mesmo que não tem dinheiro, não tem nada igual à família da gente, não existe: 'Mamãe, a gente está lá assim, se Deus o livre.' Ela falava sempre: 'Mamãe, se acontecer alguma coisa, a senhora não mente para mim não. Fala para mim o que está acontecendo. Não mente não, que não adianta não.' Aí, se morresse um parente eu contava. Esse dia mesmo que meu irmão morreu, ela acompanhou o velório todinho. (Cleuza, 62 anos).

Inevitavelmente, o processo migratório faz com que os sujeitos envolvidos se tornem diferentes do que eram antes, mas isso não quer dizer que necessariamente houve descontinuidade de identidades e costumes; na verdade, o que ocorre é uma redefinição desses sujeitos a partir de uma nova realidade. Para Sayad (2000), esse é o preço que se paga pela ausência da emigração, considerando que:

Não se habita impunemente outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades do contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas, e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos (SAYAD, 2000, p. 12).

Machado (2009b), no estudo realizado com famílias de emigrantes de Governador Valadares, observou que a volta do familiar ausente ou dos familiares ausentes implica novos desafios, que consistem em reestruturar relações que aconteciam necessariamente a distância. Contudo, em algumas situações, isso não é possível, resultando no fim daqueles sonhos que geraram a movimentação; em outras, resultam em desajustes sérios entre os membros de uma família agora unida fisicamente. Sendo assim, o movimento migratório implica uma família com sonhos e modelos futuros na ida e reordenação de relações na volta. No entanto, algumas vezes tudo funciona a contento, enquanto em outras as famílias vivem grandes dramas.

Alguns depoimentos são emblemáticos nesse sentido. A Sr.^a Helena, cujo esposo permaneceu nos Estados Unidos por dois anos e seis meses, diz sentir muita diferença na relação entre ambos antes e depois do retorno, embora siga afirmando que uma das justificativas seria “*porque aí você acostuma, né. É horrível, mas aí você acostumou a ficar sozinha, a não ser cobrada*”.

De acordo com os relatos dos núcleos familiares entrevistados do município de Itapuranga, ao longo dos últimos vinte anos, muitos migrantes conseguiram ir, formar uma poupança e retornar para tornar-se micro, pequenos e médios investidores locais. Assim, a visibilidade do sucesso está estampada nas casas, nos carros, nas terras, nos negócios e na mudança do padrão de vida. Entretanto, os anos de privação, discriminação e trabalho duro no país de destino não são visíveis aos olhos da comunidade local, pois aqueles que foram bem-sucedidos deixam marcas evidentes apenas das suas conquistas.

Nesse aspecto, Siqueira (2009a) pôde verificar a reconfiguração dos espaços urbanos, por meio de estudos feitos com emigrantes retornados de Governador Valadares. Principalmente no que se refere à arquitetura dos bairros onde residem, a maioria desses emigrantes remodela ou constrói casas maiores e com acabamento melhor do que o padrão das casas do bairro, sendo fácil distinguir as casas construídas com o dinheiro da emigração (SIQUEIRA, 2009a).

Diante do cenário de retorno dos imigrantes brasileiros da Itália, Tedesco (2013) manifesta que retornar com dinheiro no bolso e progredir economicamente são, aos olhos de todos que permaneceram e aos próprios, a forma de dar um sentido à emigração e à própria ausência. Dessa forma, faz-se necessário o registro do reconhecimento e testemunho de quem ficou e, para tanto, é bom demonstrar o sucesso através da construção e/ou aquisição de casa e de carros e da montagem de pequenos negócios e serviços. Nesse sentido, há uma mescla de fatores econômicos e simbólicos, bem como culturais.

Na perspectiva de Assis (1999), ao estudar a experiência subjetiva dos emigrantes e suas famílias que ficaram em Governador Valadares, o retorno à terra natal está condicionado à realização dos projetos de comprar um carro ou uma casa e montar um negócio, bens que significam o sucesso do projeto de migrar. Além desses bens, a autora destaca que os emigrantes precisam evidenciar esse sucesso, trazendo “qualquer coisinha”, desde uns óculos *Ray-Ban* a uma máquina de fax, uma secretária-eletrônica ou aparelhos eletrônicos. Esses “presentinhos” confirmam que os emigrantes deram certo na América.

No estudo realizado em Itapuranga, destaca-se que a maioria dos imigrantes bem-sucedidos, retornados dos Estados Unidos ou da Europa, investiu em imóveis para alugar, em terras e gado e/ou em pequenas empresas na cidade de origem. Os imigrantes que investiram no comércio local abriram pequenos empreendimentos, como pastelaria, pizzaria, salão de beleza, supermercados, lojas de roupas, lava a jatos, açougues etc. Logo, a migração possibilitou o acesso a bens materiais e de consumo que em tese não obteriam se tivessem

permanecido no Brasil. Alguns familiares preconizam quais foram as principais conquistas econômicas que o projeto migratório proporcionou na vida de seus familiares:

Olha, a gente tá pagando um imóvel dele [filho] em Goiânia, que ele comprou. Ele tá comprando bens aqui, imóveis. Ele tem muitos planos. Ainda falta muita coisa. Ele quer investi mais no Brasil. (Isaura, 54 anos).

Sobre situação financeira, para ele [filho] foi bom. Porque o que ele tá fazendo, ele tá investindo aqui, né. Lá ele tem apartamento dele, sabe? Mas o que ele faz? Ele tá investindo tudo em Goiânia e Anápolis. Ele manda o dinheiro, tá construindo, sabe? Ele constrói em Goiânia e Anápolis. Tem kitnet em Anápolis, tem em Goiânia. Tem casa. O L.[outro filho que emigrou] também tem um terreno lá em Anápolis, tá fazendo um dinheirinho até bom já. Tá bom. Comprou um gadinho aqui, sabe? Não é muita coisa não, mas ganhou mais que se tivesse aqui, né. (João Batista, 77 anos).

Ela [filha] falou que teve bom, porque aí ela já comprou a casinha, fez um dinheirinho. Comprou a casinha dela, que ela não tinha condição e se ela tivesse aqui até hoje não tinha comprado nada. Tava do mesmo jeito, naquela pitimba. (Tereza, 58 anos).

Ele [filho] conseguiu um dinheirinho. Comprou uma terrinha aqui. Tem uma terrinha ali no Santana [região]. Se ele tivesse aqui não tinha conseguido nem essa terra não, porque não ganhava o suficiente para comprar, né. Agora, a filha também, eu [pai] também achei muito ruim. A mesma coisa, a gente não tinha jeito de ajudar eles caça uma melhora também. Primeiro o marido dela foi, e ela ficou com as filhas. As meninas dela estudando, aí, depois passou uns tempos ela foi, mas o marido dela não gostava de lá, aí, vieram para trás. Mas teve bom também. Chegaram e montaram esse açouguinho lá, tão vendendo bem. E tá até bom assim mesmo. (Antônio, 74 anos).

E ela [filha] mandando dinheiro e comprando imóvel em Goiânia. Ela tem dois apartamentos em Goiânia, meia casa. Comprou chácara no Setor das Mansões em Goiânia. (Cleuza, 62 anos).

É importante notar que, conforme os relatos, não há uma perspectiva de retorno para o rural, haja vista que a maioria dos investimentos aconteceu nas grandes capitais ou no espaço urbano do município de Itapuranga, sendo que aqueles que investiram no meio rural não o fizeram com o intuito de voltar e residir, vivendo do trabalho na terra. Geralmente, essas aplicações financeiras são feitas na compra de gado ou da terra. Assim, não se pode deixar de enfatizar que os retornados não se identificam mais enquanto agricultores; pelo contrário, muitas vezes sentem vergonha de assumir sua identidade perante a sociedade.

Em pesquisa realizada nos Estados Unidos com emigrantes da microrregião de Governador Valadares, Siqueira (2007b) destaca que os imigrantes que retornaram com a intenção de ficar investiram em negócios na área do comércio (40%), propriedade rural (23%), indústria (17%), serviços (17%) e imóveis (3%). A autora observa ainda que a maioria deles não fez algum tipo de pesquisa de mercado ou recorreu a órgãos públicos ou privados que fornecem informações sobre a demanda do mercado para verificar a rentabilidade desses

investimentos. Ainda segundo a autora, 51,4% dos entrevistados informaram que decidiram seus investimentos baseando-se em conselhos e informações de amigos e parentes, enquanto 31,4% aproveitaram a oportunidade que apareceu. Apenas 17,1% escolheram o negócio pela experiência acumulada anteriormente no ramo de trabalho.

Ainda no contexto dos valadarenses que foram bem-sucedidos, Siqueira (2007a) percebeu que são predominantemente do sexo masculino (87,3%) e que, antes de emigrar, a maioria não era casada, mas hoje 65,9% o são. Atualmente, eles estão na faixa etária de 31 a 40 anos. Entretanto, 76,9% migraram muito jovens, na faixa de 15 a 31 anos. Segundo a autora, a escolaridade da maioria não se alterou ao retornar ao Brasil – possuem o ensino médio completo. Outra característica peculiar é que apenas 3,5% deles estavam desempregados no período anterior à emigração, sendo que 49,9% já trabalhavam por conta própria, fator este que aponta para “um espírito empreendedor e experiência na administração de negócio, afinal 52% investiram em negócios com os quais já tinham experiência anteriormente” (SIQUEIRA, 2007a, p. 8).

Em suma, as condições dos retornados variam entre os que retornam com alguma perspectiva de renda e trabalho, destacando-se, entre eles, aqueles que retornaram e que investiram no Brasil, em especial, em Itapuranga; os que retornaram com emprego; e aqueles que retornaram com capital para investir. Contudo, Siqueira (2007a) destacou que, dependendo do contexto e da interação do sujeito com as várias possibilidades que se lhe apresentam durante o período de emigração e o capital social de cada um, pode-se considerar que o sucesso e o insucesso do projeto migratório são relativos, haja vista que o retorno se dá de modo diferenciado para cada um.

Em Itapuranga, outra face desse fenômeno foram os migrantes que não conseguiram o sucesso econômico. Se o retorno, independentemente das condições, já é um momento difícil e repleto de incertezas, para os que retornam sem nenhuma perspectiva de vida é muito mais complicado e doloroso, até mesmo constrangedor. Por isso, além dos objetivos traçados no projeto migratório serem frustrados, o retornado tem que conviver com a vergonha de demonstrar a amigos e familiares o insucesso da sua migração, conforme evidenciado no depoimento da Sr.^a Sirlene, cuja emigração do esposo para Portugal não mudou a realidade financeira da família; pelo contrário, ficaram em uma situação mais crítica quando ele retornou:

Porque ganhar dinheiro mesmo, não comprou acho que nenhuma moto com o que ele [esposo] ganhou. Comprou nada. Não compramos nada. Ele só pagou a despesa, porque ele foi, na verdade, com a ilusão, né. Porque ele foi para ficar na

Inglaterra e receber o salário que tinha sido proposto para ele. Ele chegou lá não tinha nada disso, não tinha nem o emprego nem para ganhar nem menos nem mais. Não existia nada. Então, ele foi para Portugal porque não tinha como ele voltar com as dívidas que ele já tinha e mais essas que ele tinha feito. Não tinha como. Aí, ele só ficou lá para pagar as que ele tinha feito, na verdade. As que ele já tinha, ficou. Essas nós pagamo aqui e foi ajeitando as coisas depois de tudo. Devagar e sempre. Mas foi muito sofrido. Quando ele via que não tinha nada, ele desabava muitas vezes. Quando eu [esposa] tava grávida da M. E. [filha], nós ainda tava nessa pindaíba. Sem nada de dinheiro. Aí, eu falei para ele assim, nós tava na nossa casinha, eu falei assim: 'Eu tô grávida.' Ele falou assim: 'Você não tá grávida.' Porque nessa época, depois da C. [filha], eu tive toctosplasmose, aí, eu engravidar duas vezes e tive aborto, aí, o médico falou para mim que eu não poderia mais engravidar. Aí, quando eu falei para ele 'tô grávida', ele falou assim: 'Eu não acredito.' Falei: 'Tô grávida.' Aí, eu fui ao médico, ele falou: 'Você não tem mais toctosplasmose, você tá curada.' Aí, foi a glória, pelo menos não tinha essa preocupação. Mas não tinha dinheiro para nada. Nada, nada, nada.

Nesse caso específico, o esposo foi enganado por uma falsa promessa de emprego e salário na Inglaterra, que, ao chegar lá, percebeu que não existia. Entretanto, como não tinha condições de retornar – porque, além das dívidas contraídas com a viagem, tinha outras que se somaram e inviabilizaram o seu retorno imediato –, mudou-se para a casa de uma prima em Portugal e permaneceu lá por dois anos. Durante esse período, trabalhou como soldador e todo o dinheiro conseguido foi enviado ao Brasil, para quitar as despesas da viagem. Quando terminou de pagá-las, retornou a Itapuranga para ficar com a família, mas sem ascensão financeira. Nesse caso, percebe-se que o retorno esteve ligado literalmente ao recomeço. Partindo do ponto zero, teve que restabelecer a família, arrumar casa para morar e procurar emprego, como fez quando chegou ao país de destino da migração.

Em seu estudo com emigrantes retornados na microrregião de Governador Valadares, Siqueira (2006) verificou, em uma análise comparativa, que o percentual de homens (48,9%) e mulheres (51,1%) que foram malsucedidos no projeto de retorno e investimento é semelhante. Todavia, entre os que foram bem-sucedidos, o percentual de mulheres tem uma representação bem menor, apenas 12,7%. Para a autora, tal fato pode ser compreendido levando-se em consideração que a coleta de dados com os empreendedores bem-sucedidos era sempre realizada com os proprietários, nesse caso, os homens sempre se apresentavam como proprietários e detentores das informações sobre o empreendimento.

As dificuldades encontradas pelos migrantes ao chegarem a Itapuranga foram amenizadas pelas redes sociais compostas pela família, amigos e vizinhos, que estabeleceram um importante recurso cultural em todas as etapas do processo migratório. A importância das redes sociais consiste no auxílio mútuo, principalmente na chegada a Itapuranga, pois o migrante recém-chegado que não conseguiu o sucesso financeiro necessita, portanto, do acolhimento daqueles que dispõem de recursos suficientes para a sobrevivência e já estão

estabelecidos. O relato da Sr.^a Sirlene evidencia o quão importante foi a ajuda do irmão para a reconstrução da vida da família após o retorno do esposo:

Quando a gente voltou para roça, aí, eu acho que foi a parte assim mais difícil. Financeiramente, foi a época mais crítica. Até pior do que quando ele [esposo] foi embora. Aí, teve que começa do zero e com dívida, né. Porque ele [esposo] devia no banco, tinha umas coisas ainda pendentes que não deu para pagar. E ele ficou com muita pressa de vim embora e eu [esposa] também chamando para vim embora sem parar. E aí foi começar a trabalhar, foi quando, como diz a C.[filha], foi mais difícil. Aí, foi assim, ele plantou aquela lavourinha lá. Mas aí também não deu certo na roça. Nós sofremo muito, nossa! Ele começou a tirar leite. Aí, meu tio empregou todo mundo da família. Meu pai tirava leite para ele, minha mãe lavava roupa. A C. [filha] tinha nove anos nessa época. Eu [esposa] lavava roupa deles, lavava que a minha unha dava no sangue. E eu [filha] lavava a casa. A C. [filha] não sabia nada, tadinha. Mas a minha tia: 'Não, eu quero que ela limpa casa.' Mas só pra ajudar. Aí, ela ia pra lá, e o tio dava dinheiro para ela todo dia [...] só para ajudar. Ele nos ajudou muito, e aí ele pagava. Nessa época o I. [esposo] ganhava uns R\$200,00. E eu ganhava mais R\$ 50,00 para lavar as roupa. E a C. [filha] deve que ganhá uns R\$ 20,00, né. Uns R\$ 30,00. Dinheirinho do lanche, de alguma coisinha.

Visando analisar o retorno em função das próprias características do fluxo de emigração que lhe dá origem, Fusco e Souchaud (2010) confirmam a importância das redes sociais, principalmente as familiares, na migração brasileira para os Estados Unidos, uma vez que elas atuam na orientação dos retornados mais para os lugares de nascimento do que para qualquer outro lugar. Segundo o autor, tal fato se justifica por que é em seu lugar de nascimento que o migrante encontra, ao mesmo tempo, a proximidade e a maior quantidade provável de membros da família e, em decorrência disso, os apoios necessários à realização de um projeto migratório. Nesse sentido, a forte implicância dos laços familiares na migração do indivíduo faz com que o lugar de nascimento do migrante seja um recurso no momento da migração e um porto seguro no momento do retorno.

Outro aspecto desse fenômeno, que também configura o retorno às cidades de origem, são as histórias de imigrantes que retornaram prósperos e ficaram mais empobrecidos que antes em pouco tempo, voltando à condição de emigrantes novamente. Tratando disso, Siqueira (2007a) faz uma reflexão baseando-se em dados obtidos numa pesquisa com imigrantes da região da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, procurando conhecer a correlação entre o retorno e a aplicação financeira. A autora notou que, predominantemente, os investimentos são feitos no comércio, agronegócio e serviços. Ao interpretar os dados, Siqueira concluiu que a principal razão do insucesso é atribuída à falta de experiência dos migrantes como empreendedores e ao seu desconhecimento do mercado. Logo, o resultado é a falência ou o alcance de baixos lucros.

No estudo de caso em Itapuranga, muitos emigrantes definiram no que investir a partir de informações repassadas por familiares e amigos ou porque consideravam que era um bom negócio e uma boa oportunidade. Muitas vezes, não possuíam sequer experiência no ramo em que investiram e nunca tinham sido proprietários de negócio. Portanto, não possuíam experiência em gestão de empresas. Assim, muitos foram à falência ou fecharam seus empreendimentos, devido aos poucos lucros alcançados, o que impossibilitou a manutenção de um bom padrão de vida no Brasil. Logo, o retorno à condição de emigrado, em alguns casos, foi a melhor solução encontrada. A esse propósito, o depoimento do Sr. Bartolomeu é elucidativo:

A maioria como não tem uma visão econômica, financeira e intelectual estruturada, de como gerir o dinheiro, na maioria das vezes como o povo fala: 'Vem fácil, vai fácil.' Assim, da mesma maneira que traziam muito dinheiro, porque a diferença do real e do dólar ou euro era bem alta na época (eu lembro que um real custava três e cinquenta euros), então, era muito melhor ganhar euro, né. Então, essas pessoas chegavam com esses recursos, eu lembro que as vizinhas aqui fizeram festas, assim, horrores. Eu lembro que eram seis meses de festa, cerveja, carne assada, enfim, né. Tudo isso tinha aqui, e aí aparece um monte de amigos que não existiam da cidade, mas que aparecem para curtir, para aproveitar e tal, dessas festas e etc. Infelizmente, não aplicam bem os seus recursos, até porque da dificuldade, principalmente as vizinhas nossas aqui, pela falta de estrutura familiar [...]. E aí, dessa falta de estrutura toda, acaba que os recursos acabam muito rapidamente.

Nesse contexto, é interessante destacar, mesmo que sucintamente, que houve também alguns casos de migrantes em Itapuranga que, por desconhecimento e pela falsa promessa de lucros altos e em curto prazo, investiram todos os seus recursos financeiros da migração em ações na associação de investidores da Avestruz Master, empresa que atuava na produção de avestruz e garantia lucros certos. Porém, os investidores nunca receberam o valor prometido. A empresa teve forte atuação no mercado de capitais, principalmente nos anos de 2003, 2004 e 2005. No entanto, em 2005, foram descobertas várias irregularidades no negócio, o que levou a empresa a fechar as portas, deixando milhares de investidores sem receber os lucros e os valores aplicados.

Os agricultores familiares entrevistados no município de Itapuranga destacam ainda que muitos investidores também perderam economias, casa, carro, gado e terra diante da possibilidade de um retorno financeiro rápido e fácil. Para esses agricultores, a ganância por dinheiro levou muitas pessoas a perder, às vezes, o pouco que tinham. O depoimento do Sr. Gilberto ajuda a compreender o drama vivido por essas famílias que perderam tudo:

A gente viu muita reclamação disso, aí. Teve gente que vendeu carro, casa. Vendeu terra, gado. Teve um cara aí, que diz que vendeu um caminhão para poder investir.

Teve um caboclo que vendeu seis alqueires de chão e a casa de morar e colocou tudo na Avestruz. O irmão dele diz que ele pensou: 'Um dia eu pego e compro mais dois alqueires de chão e uma casa melhor.' Perdeu tudinho. E muita gente que tava no exterior também investia. Isso aí era muito. É o tal de ganância. Quem tinha o dinheiro para pôr a juro, tava investindo quase todo mundo era naquilo. O A. [amigo] perdeu a casa e o gado na Avestruz. Vendeu o gado e falou: 'Não. Daqui uns dias eu compro mais.' Perdeu quarenta vacas mais a casa. Por causa de ganância.

Em trabalhos de campo, tanto em Governador Valadares como em Poços de Caldas, Fazito (2010) observa, a partir dos relatos de alguns retornados bem-sucedidos empresarialmente, que a reemigração de outros tantos conhecidos que voltaram dos Estados Unidos com dinheiro ocorreu em detrimento dos maus negócios no Brasil. Referenciando um depoimento de um retornado, o autor afirma que talvez o maior problema para os brasileiros que têm experiência migratória seja a dificuldade de aceitar o trabalho assalariado no Brasil.

Essa análise é propícia para se concluir que a emigração possibilita a poupança para que os migrantes iniciem seus empreendimentos, porém não os habilita a tornar-se empresários. A inserção no mercado exige racionalidade e conhecimento, a fim de que os investimentos sejam bem-sucedidos. Logo, a experiência no ramo de negócio escolhido e o conhecimento da economia, do funcionamento da logística de mercado e da administração de uma empresa são essenciais para o funcionamento e a manutenção do negócio, o que os anos de afastamento dos locais de origem impossibilita. Pelo contrário, esse afastamento resulta em uma idealização do espaço geográfico e das relações socioafetivas nele desencadeadas. Portanto, sem referências econômicas reais, a falta de racionalidade e o amadorismo nos investimento implicam o insucesso (SIQUEIRA, 2007b).

Ao observar o que pensavam sobre o movimento de retornar e migrar novamente, os familiares entrevistados em Itapuranga mostram-se compreensivos de que esse é um caminho sem volta, que aquele que sai de sua terra abre uma porta para o mundo, e isso traz implicações para toda a sua vida. Assim, é possível observar que, após a primeira experiência migratória, os migrantes tornam-se desenraizados, e migrar faz parte das suas perspectivas de solução para qualquer problema socioeconômico.

Contudo, é importante notar que, dentro dessa totalidade de retornos das famílias de agricultores familiares do município goiano, observou-se que a maioria dos imigrantes rurais regressados dificilmente volta a morar no campo, preferindo montar seu negócio e residir na cidade. Portanto, esses retornos têm afetado o desenvolvimento da agricultura familiar, que se vê limitada à geração dos pais, uma vez que os filhos não pretendem assumir produtivamente a unidade familiar. Assim, ao lançar mão dos interlocutores ou mediadores das histórias ocorridas em Itapuranga, nota-se uma preocupação quanto ao futuro das propriedades rurais.

Essas percepções foram emergindo juntamente com outras problemáticas advindas dos processos migratórios, como o envelhecimento do campo, a sucessão hereditária, entre outros. É o que se confirma na narrativa da Sr.^a Alice: *“Mas é muito difícil. E você sente que eles voltam também, deixam o pai e mãe lá na propriedade e quando eles voltam não conseguem morar mais lá. Vem morar no centro. Então, é uma situação muito difícil.”*

O fato de se encontrar imigrantes retornando para o meio urbano muitas vezes é interpretado como um processo relacionado à falta de perspectivas de vida no campo, impedindo-os de vislumbrar o meio rural como um local adequado para os seus projetos. No entanto, é preciso notar que tal fator implica aquilo que Abramovay *et al.* (1998) têm chamado de crise da reprodução social. Como sinais dessa crise, pode-se constatar certa “ruptura” no padrão sucessório, em que a forte migração, principalmente de jovens, tem resultado na presença de um número significativo de unidades sem sucessores e, conseqüentemente, em uma população do meio rural que está envelhecendo e encontrando dificuldades para sua reprodução social e econômica.

Partindo desse pressuposto, Woortmann (1995), ao analisar a reprodução camponesa e o futuro das gerações, verificou que o dilema sucessório dá-se quando são inseridos no universo da comunidade e da família projetos individuais dos filhos, em oposição aos projetos coletivos da unidade familiar. A análise da autora vem ao encontro do que mencionam Silvestro *et al.* (2001) ao estudarem os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar de Santa Catarina, constatando que a formação de novas unidades de produção encontra-se limitada; os jovens passam a ter objetivos individuais, não demonstrando mais o interesse em reproduzir o papel de seus pais. Dessa forma, exauriu-se a fusão que existia entre o destino da propriedade e os objetivos dos membros da família. Segundo os autores, o processo sucessório torna-se conflituoso e ameaçador para a continuidade da agricultura familiar.

3.4 Agricultura familiar em Itapuranga: perspectivas futuras

Em Itapuranga, a continuidade das atividades agrícolas sempre aconteceu de forma natural: geração após geração, os filhos foram sucedendo aos pais. No entanto, nos últimos anos, percebe-se que, com o adensamento de fluxos migratórios, especialmente de jovens rurais, vêm sendo construídas novas configurações do espaço rural no município, tornando-as mais complexas. A percepção de que o meio rural guarda características singulares é a abertura para um olhar mais atento aos seus elementos históricos estruturantes e sua

transformação no tempo. Assim, surgem algumas indagações, como, por exemplo: qual será o futuro das propriedades rurais, num contexto de retorno das migrações internacionais?

Mediante essa situação, na percepção dos agricultores familiares do município de Itapuranga, a tendência é de que, futuramente, as propriedades sejam vendidas, tendo em vista que os filhos já não se identificam mais com o trabalho na terra, como demonstram os depoimentos dos entrevistados:

Ah não, os outros [filhos] vai é vender as parte que tocar para eles. Não vem para cá não. Acostuma na cidade, né. (João Batista, 77 anos).

O problema maior é esse. Eu acho que no fim das contas mesmo, isso aí vai virando mais é só um fazendeiro, igual em parte de Minas. Diz que o lugar que nós morou lá tem fazenda lá que era de dez, doze, quinze proprietários, hoje é tudo de um só. Então, eu acho que no fundo, no fundo, vai virar é isso. Porque você vê aqui mesmo, desses Moreira, os mais velhos que foi morrendo, os filhos já foi vendendo tudo. Foi acabando tudo, né. Eu acho que isso aqui vai virar um dono só e pronto. Vai emendando essas chacrinhas que é tudo muito pequenininha. E você vê que já tá só os velhos mesmo. (Fátima, 58 anos).

Porque, inclusive, de vez em quando, a M. [filha] e V. [filha] fala para eu [pai] vender aqui. Eu falo: 'Não vendo!' (José Carlos, 69 anos).

Isso aqui daqui dez anos vocês ainda vão ver. Agora a gente tá meio velho. Daqui dez anos isso aqui vai virar deserto. Os filhos não vai querer isso aqui mesmo, os netos não querem. Você pode ver que aonde você vai você só acha o dono. Você vai rodar o município de Itapuranga, você não vai achar três propriedades que é um filho que está tomando conta. E agora daqui dez anos, que os velhos não estão mais, os mais novos vem pra roça pra descansar, mais não tem nada que faz aqui na roça que chega na cidade e tem o que fazer. (Gilberto, 67 anos).

Não obstante, a leitura sobre o futuro das propriedades, feita por agricultores e agricultoras familiares entrevistados em Itapuranga, é fruto principalmente de dois processos. O primeiro ultrapassa o tempo e a história, chegando a momentos pretéritos, mas persistindo na atualidade sob a égide da cultura, que tem por guarnição o surgimento de novas identidades rurais. O segundo segue acompanhado pela realidade da própria família, causada, por exemplo, pela dificuldade de formação de agricultores sucessores para suas propriedades.

Mello et al. (2003), a partir de duas pesquisas realizadas no oeste de Santa Catarina, discutem as consequências nos padrões sucessórios e indicam que a agricultura familiar da região começa a enfrentar problemas que não existiam até os anos 1960. Nesse período, o padrão reprodutivo das unidades familiares ainda estava pautado no minorato (o filho mais novo assumia a propriedade paterna) e a profissão de agricultor era valorizada na formação dos jovens (MELLO et al., 2003). Contudo, conforme análise de Carneiro (1998), em seu estudo com jovens de 15 a 26 anos em áreas rurais de Nova Friburgo/RJ e Nova Pádua/RS, atualmente fica no campo aquele que tiver mais aptidão para a agricultura ou menor vocação

para os estudos (e não necessariamente para trabalhar na agricultura). Seguindo esse raciocínio, Silvestro et al. (2001) ressaltam que a geração com maiores possibilidades de assumir, no futuro, a direção das unidades familiares de produção tem formação educacional tão precária que confirma a assertiva segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo.

Nessa perspectiva, Menezes (2009), em pesquisa sobre a educação como prerrogativa do mundo urbano no imaginário dos jovens rurais, ressalva que a desvalorização do mundo rural frente ao mundo urbano não é um fato novo. A visão, sedimentada ao decorrer do tempo, é de que desenvolver atividades produtivas no campo é sinônimo de atraso, enquanto trabalhar nas cidades e, ao mesmo tempo, usufruir de conforto e lazer, bem como ter acesso à educação e a toda uma infraestrutura que permite melhor qualidade de vida estão relacionados à modernidade e à evolução. Nesse processo, Mello (2006) assevera que o contraste da cultura urbana em relação à camponesa toma esta “atrasada”, operando uma dominação simbólica que se constitui em “estigmas negativos” de que muitos jovens buscam se livrar, lançando mão da estratégia da migração.

Na verdade, no Brasil, o agricultor familiar ainda é visto como jeca, matuto, tabaréu e caipira, num tom pejorativo que o diminui a um *status* inferior, de cidadão de segunda classe, ou seja, alguém que está no campo porque não conseguiu vencer na vida, não se modernizou, não acompanhou o progresso e não estudou (MENEZES, 2009). Corroborando essa hipótese, Carneiro (1998) constata que a educação escolar é assinalada como condição para que o indivíduo se torne alguém na vida e se apresenta como principal alternativa à atividade agrícola.

Ainda segundo Carneiro (1998), ao serem indagados sobre os projetos familiares, os agricultores apontam a educação como uma garantia de vida melhor para seus filhos. Já os jovens, quando questionados, ressaltam projetos de futuro que incluem a saída com a finalidade de estudar e apontam a continuação dos estudos como condição para a melhoria de vida. Dessa forma, constatou-se que a intenção de sair para estudar e ter uma profissão coexiste com a vontade de permanecer no local de origem, porém as carreiras escolhidas assinalam certa incompatibilidade com essa intenção. Quando há a vontade de permanecer no campo, isso implica em não assumir a profissão de agricultor (CARNEIRO, 1998).

Contudo, sabe-se que a qualificação técnica do agricultor ocorre, principalmente, junto à família. É no fazer e aprender que os filhos de agricultores familiares se qualificam para exercer as atividades relacionadas ao campo. O conhecimento é passado de pai para filho, sendo esse saber sempre renovado e atualizado; são saberes profundamente adaptados à minúcia do território e muito pouco replicáveis. Assim, se os filhos de agricultores

abandonarem o meio rural, toda uma cultura fundamentada nos modos de vida no campo e na condição de agricultores familiares poderá desaparecer e, desse modo, limitar as possibilidades da produção (MENDONÇA; RIBEIRO; GALIZONI, 2008).

Nas entrevistas de agricultores familiares de Itapuranga, percebe-se a expressividade e o reconhecimento da importância de se repassar a identidade do campo para os jovens, como relata o jovem João Pedro:

Assim, eu, particularmente, tenho uma visão um pouco diferente, né. Que talvez essa seja a profissão mais digna e uma das mais importantes, porque se alguém come alguma coisa na cidade hoje é advindo do campo, né. Então, enquanto a juventude e os próprios pais não começarem a ver isso, porque isso aí também a gente vê que vem passando de geração para geração, porque os próprios pais incentivam os filhos a irem para cidade, tirando a dignidade desse trabalho, sabe? Que isso daqui é só sofrimento, que isso daqui é meio que um trabalho de bobo. Então, a gente sente muito isso. Então, realmente o pessoal, a juventude hoje tem vergonha de falar que é do meio rural, que vem de uma família do meio rural. Acabou mesmo essa diferenciação, não mais se teve essa identidade do campo sendo passada para o jovem do campo, e é o que a gente está vendo aí hoje. Estão tudo indo pra cidade, porque não se identifica mais com o trabalho do campo. Acho que o que a gente mais vê é isso daí. (João Pedro, 23 anos).

Sob essas condições, ao estudar as transformações no processo sucessório no espaço rural do oeste de Santa Catarina, Mello (2006) identifica que a família desempenhava um papel fundamental ao longo das sucessivas gerações, ao fazer com que os filhos reconhecessem nos valores internos do grupo e da comunidade sua própria identidade. Ainda, segundo o autor, essa identificação se dá, pelo lado da família, ou seja, por intermédio da socialização para o trabalho, quando as crianças, desde muito cedo, são estimuladas a ajudar nos serviços mais leves, com o aumento das responsabilidades conforme avança a idade. Pelo lado da comunidade, a identificação começa quando a criança se relaciona com seus pares nos espaços de lazer, como os jogos e as festas, bem como nas celebrações religiosas e no convívio corriqueiro com a vizinhança. Assim, a identidade social de agricultor, que estava impregnada na população rural e contagiava as novas gerações, por meio do processo de socialização, é um dos elementos das lógicas de funcionamento e reprodução da sociedade.

Em Itapuranga, os jovens já não identificam na profissão de agricultor a escolha natural para alcançar seus projetos de vida. Atualmente, eles preferem a vida urbana, os horários fixos e as rendas advindas do trabalho assalariado a ter que desenvolver atividades agrícolas que lhes parecem mal remuneradas e penosas. Todavia, não se trata apenas de constatar essa tendência, mas também de procurar conhecer as mudanças sofridas pela juventude, que é um fator essencial para compreender a relação do jovem hoje com a terra, especialmente nos processos de sucessão hereditária. Nesse sentido, reportando-se à

investigação desenvolvida na localidade rural São Mateus, no município de Castelo do Piauí/PI, junto a jovens rurais que realizavam migração temporária para as regiões Sul e Sudeste, Cavalcante e Silva (2013, p. 1) perceberam que, no retorno, a bagagem de experiência migratória urbana alterou “os modos de vida e as dinâmicas dos territórios locais, instalando a pluriatividade, a flexibilização das hierarquias familiares rurais e a modificação das relações com a terra”, resultando em novas identidades e diferenciadas reproduções sociais.

Pelos depoimentos orais, constata-se que, atualmente, vêm ocorrendo significativas modificações nos espaços rurais, originárias fundamentalmente dos processos migratórios, sendo essa uma das características mais comuns da dinâmica dos deslocamentos populacionais. No entanto, a análise das transformações no meio rural de Itapuranga, promovidas pelas migrações de agricultores familiares, pode ser identificada por suas peculiaridades, no que se refere tanto às implicações econômicas, culturais, sociais e históricas como às contradições desse processo de mobilidade espacial que as famílias vivenciam. É perceptível verificar que os resultados mais visíveis dessas metamorfoses no espaço rural, nas últimas décadas, materializam-se nos processos de envelhecimento da população rural e no esvaziamento de muitas localidades.

Na pesquisa realizada com jovens rurais do município de Castelo do Piauí, Cavalcante e Silva (2013) perceberam, tanto por meio da etnografia como pela entrevista grupal, que, no retorno, os novos códigos incorporados pelos jovens dão lugar a novas relações com o trabalho agrícola, deixando este de fazer parte do projeto individual de trabalho e passando a ser considerado apenas como ambiente de socialização junto aos locais. Na avaliação das autoras, os grupos de jovens migrantes temporários influenciam nas dinâmicas locais, a partir do capital social e cultural adquirido no lugar de destino, que é motivo de orgulho e que os distingue dos que permanecem no local, apresentando-se como código-sinônimo de conhecimento, vivência e domínio do mundo, reconhecidos enquanto distinção de *status* dos migrantes ante os que não migram.

A leitura dos pais sobre o retorno dos filhos para a unidade familiar de Itapuranga demonstra um grau de maturidade crítica para avaliar os projetos desenvolvidos por seus filhos. Para eles, aqueles que não optarem por vender a propriedade e dividir o dinheiro entre os irmãos tenderão a assumir a propriedade, não para a produção de alimentos, mas sim como espaço de lazer. Dentro dessa expectativa de retorno para o rural, é interessante destacar que uma das possibilidades levantadas são as migrações de retorno na velhice, mas não para o

trabalho na terra ou para a produção de alimentos, e sim para o descanso, longe da vida atribulada dos centros urbanos, conforme depoimentos:

Ele [filho caçula] tem vontade mais para o futuro. Mais para o futuro ele tem. Primeiro, ele quer se realizar profissionalmente com a esposa, filha, né. Construí a vidinha dele. Para mais no futuro, ele que vai tomar conta com certeza. (Isaura, 54 anos).

Agora o que tá lá fora [Estados Unidos] gosta muito de chácara, diz ele [filho] que se vier para o Brasil, quer comprar uma chácara para ele passar o fim de semana, sabe? Às vezes quem sabe ele compra um pedaço por aqui, né. Um pedaço aqui. Ele gosta muito de vim na represa. Fazer uma casinha aqui para passar fim de semana é bom, né. (João Batista, 77 anos).

Bom, às vezes, ele [filho] não muda para terra, mas eu creio que ele vai mexer nela, com um gadinho ou qualquer coisa, né. Porque comércio aqui anda muito ruim de mexer. O caboclo vender uma terra para trocar num comércio é meio arriscado, né. Então, vamos ver como é que vai ser, né. (Antônio, 74 anos).

Pode ser que eles [filhos] vêm assim, porque eles estão comprando terra aí, e vai tendo a chácara também deles, mas só para passar feriado só. Não para morar. Para morar não vem não, certeza. Roça é só bonito para passear, mas para morar assim para as pessoas não é fácil não. Quem já tem assim o emprego igual eles têm lá, trabalha é de bancário, essas coisas assim, não consegue voltar pra roça não. Só se depois que aposentar, aí sim, porque não precisa depender das coisas da roça. Agora a pessoa que depende de tirar da roça para viver não é fácil. (Cícero, 59 anos).

Contribuindo para a compreensão das novas possibilidades para o meio rural de Itapuranga, os informantes-chave também partilham dessa preocupação em relação à reconfiguração desse espaço. Nesse sentido, destacam que uma das problemáticas advém do fato de a terra deixar de cumprir a sua função social (produção de alimentos), o que poderá, futuramente, impactar no fornecimento de alimentos no município. Utilizando-se de argumentos expressivos, informantes-chave desta pesquisa refletem:

Nós temos observado aqui na região de Itapuranga muitas pessoas que saíram para outros países, o que eles estão fazendo, estão investindo na pequena propriedade rural como fonte de lazer. Então, ele constrói a chácara e vai morar ali como fonte de lazer e recreação. Local de descanso. Aquela função que deveria exercer a propriedade rural, ela deixa de exercer. Ao menos que a gente crie o que, os chamados hotéis rurais. Mas, infelizmente, na nossa região ainda não tem o hábito nem tampouco o incentivo para que tal aconteça. É uma questão interessante. A gente tem medo que isso aconteça, ao invés de ela cumprir a função social ela passa a cumprir somente a função de lazer. De qualquer maneira, a questão dos negócios está sendo incentivada, mas e a questão da produção alimentícia? Tem que pensar nisso aí também. (Francisco, 68 anos).

Acontece um processo gozado aqui, que é a questão do saudosismo. Essas pessoas que um dia fugiram daqui, hoje elas voltam depois de velhas. Elas compram uma terra pequena ou assumem a terra pequena que foi dos pais como se fosse uma espécie de lazer, como se fosse o refúgio da velhice, da aposentadoria dela. (Oscar, 57 anos).

A leitura feita pelos informantes-chave, a partir do retorno dos imigrantes internacionais, indica que as unidades de produção familiar tendem a assumir outra função social. Trata-se de um novo rural, que deixará seu caráter produtivo para assumir a função de lazer e recreação. Diante desse cenário que se configura, uma das possibilidades levantadas pelos informantes-chave seria a exploração desse espaço através do turismo rural. Porém, ainda não se tem incentivos públicos na região que estimulem e possibilitem o desenvolvimento dessa prática, tampouco faz parte da cultura do povo itapuranguense a exploração da terra nesse sentido. Dessa forma, percebe-se um olhar saudosista em relação à vida no campo, que, no contexto das migrações, representa o refúgio, na velhice, daqueles que um dia migraram.

Partindo de uma visão mais contemporânea, Cavalcante e Silva (2013) afirmam que, nos destinos migratórios, também são incorporados signos, a partir dos ambientes de sociabilidade com outras juventudes consideradas urbanas, o que lhes inspira modificações nos hábitos, nas vestes, no uso do corpo, novos estilos que, por fim, permitem novas trocas no processo de construção de novas ancoragens identitárias. Assim, surgem os brincos, as tatuagens, as roupas diferentes e as novas práticas de consumo e lazer, sedimentando e dando novos contornos às identidades juvenis rurais. No retorno, esses atributos são conferidos pelos locais e negociados entre jovens e comunidade e entre os próprios jovens.

Ao falarem sobre as mudanças na vida social e cultural dos jovens, os entrevistados em Itapuranga destacam as grandes transformações na maneira de se divertir e falar. Na memória dos entrevistados, são muitas as diferenças no modo de se divertir, de interagir e de se vestir dos jovens de hoje em relação aos jovens de antigamente, e muitas dessas diferenças são reflexos dos impactos que o processo migratório tem sobre o modo de vida da juventude rural.

Ah, totalmente urbanizados. Hoje o modo de se divertir, de se comportar [...]. Parece que a comunicação tornou o comportamento das pessoas mais uniforme. O comportamento dos jovens de Goiânia é o mesmo de Itapuranga aqui hoje. Não existe mais essa distância. Eu acredito que talvez até dos jovens de Nova York, de Londres, é tudo a mesma coisa que aqui, né. É a mesma moda, o mesmo jeito, o mesmo brinco na orelha. A própria urbanização facilita esse processo de assimilação dessas tendências que surgem no mundo a qualquer momento. Então, hoje eu não vejo assim muita diferença não. Mas nessa época existia, você percebia que os meninos tinham certo comportamento diferenciado pela presença mesmo do meio familiar muito intensa na vida deles, né. Existia um pouco de dificuldade na questão dos meios de comunicação, porque os meios de comunicação não eram assim tão desenvolvidos igual hoje. Então, os meios de comunicação, na verdade, ajudaram os meninos a assimilar uma cultura produzida em outros lugares. (Elias, 64 anos).

Em suma, com as novas sociabilidades, os jovens partilham novos estilos e estéticas, abraçam as informações midiáticas e incorporam a liberdade e a mobilidade como novos valores de suas vidas. Assim, no retorno, estão modificados por dentro e por fora, fator este que contribui para o surgimento de identidades juvenis distintas (CALVACANTE; SILVA, 2013).

Entre as consequências desse processo para o espaço rural, sobressai a questão do envelhecimento dos chefes de família, fator agravado pela diminuição da renovação da força de trabalho. Em relação ao envelhecimento populacional, os relatos dos agricultores estão indelevelmente marcados pela falta de jovens nas unidades rurais:

Vive eu e a esposa aqui na zona rural. A gente trabalha com plantio de hortifruti, na área de leite. Tira leite de manhã e à tarde. Fazemos feirinha às quintas-feiras, feirinha do produtor na cidade. E o restante da parte do tempo se dedicado aqui na zona rural. Hoje eu tô com cinquenta e cinco anos, vive eu e a esposa aqui na mesma luta da vida rural. Mas, graças a Deus, com muita saúde e muita disposição para trabalhar. (Geraldo, 55 anos).

Hoje vive só nós dois, que os filhos esparramou, né. Casou. Só tem um solteiro. Esse solteiro tá com quinze anos que ele mora no exterior, né. As outras três meninas tá em Itapuranga E nós ficamos sozinho aqui, só nós dois. Aqui encontro de oração tem mês em mês, e, às vezes, a gente não faz assim na quaresma, na véspera do Natal essas coisas assim, mas é sem graça sem os jovens. Eu acho assim que tá faltando a participação dos jovens nas comunidades nas fazendas. Não tá tendo não, não tá tendo mesmo. Virou a comunidade de pessoas de idade. (Luzia, 68 anos).

Para todo lado que você vai só os dois velhos. Vai noutra casa só os dois velhos. Não tem um jovem lá. Para poder falar não tem um jovem aqui, tem o meu. Você pega para o laranjal [região] aí a fora, pega lá na AABB e sai lá na Cerâmica Mota para você vê se acha? Não acha [...]. Você pode andar aqui para tudo quanto é lado, que você não acha. Quando você acha, ele está acabando de preparar para ir embora, porque o que ele vai ficar fazendo aqui? Ele não fica de jeito nenhum. (Gilberto, 62 anos).

Diante desse cenário, os agricultores familiares idosos reconhecem que há inúmeras perdas com os processos migratórios, a exemplo das ressignificações da identidade rural por parte dos jovens, como já salientado; com isso, a cultura também vai se perdendo pelos caminhos migrantes. Esse panorama pode ser visto em diversas situações do cotidiano do meio rural, mas destaca-se aqui a questão dos mutirões, dos encontros de novena, dos bailes e das brincadeiras que quase não existem mais. O depoimento do jovem João Pedro demonstra tal realidade:

Eu acho que perdeu muito foi a cultura. Ela vai acabar aqui com os dois. Sabe aquela questão cultural de reza, de mutirão que era grande aqui na região, né. Com a saída para a cidade dos meus irmãos, enfim, do pessoal mais jovem, morreu. Isso não existe mais aqui. Ainda é mantido igual meu pai, às vezes, quando vai fazer uma

silagem, alguma coisa assim. Mas o cultural mesmo está morrendo. Não tem mais essa questão assim dos encontros. Assim, questão religiosa acaba morrendo também. Vai diminuindo.

Atualmente, os agricultores familiares notam que os jovens não ficam mais no meio rural sem diversão, o que, na visão da família, contribui para que se intensifiquem ainda mais os processos migratórios para a cidade, como também a permanência, nos centros urbanos, daqueles que retornaram das migrações internacionais. Em meio a essas reflexões, a Sr.^a Isaura contextualiza essa problemática e faz um alerta ao afirmar:

Mas hoje a gente está vendo que a mocidade já não fica mais na solidão na roça, sem diversão não. Não tem jeito mais. Eles podem ter tudo em casa ali. Tem a televisão, tem seu computadorzinho, seu celular, mais não está bom. Porque não tem tantos amigos assim. Porque aqui nossos meninos quando saíam, saíam na turma de doze da idade deles para ir ao rio pescar, para ir ao campo. Aí esses meninos já não têm mais. Então, é região de pouca criança. Porque aqui, falar a verdade, criança que tem é os meus netos.

Em síntese, o espaço social analisado em Itapuranga foi caracterizado por contínuos fluxos migratórios. Portanto, está repleto de incertezas, dado o contexto de envelhecimento da população rural e de ausência de sucessores para as propriedades rurais, que se desencadeia no município. Logo, esse será um terreno privilegiado para o estudo das estratégias de reprodução dos agricultores familiares, dos empresários agrícolas com relação ao destino a ser dado ao patrimônio fundiário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração tem características mais amplas que os aspectos econômicos no contexto estudado. Embora haja uma tendência, em grande parte da bibliografia sobre o tema, a reduzi-la a questões econômicas, pode-se perceber que as dinâmicas familiares dizem respeito a uma agência que ultrapassa a esfera econômica, abrangendo também as vertentes pessoal, familiar, afetiva e emocional. A família tem grande importância nos processos migratórios, conforme já reconhecido por diversos pesquisadores sociais. No entanto, neste estudo, a centralidade na investigação do processo migratório privilegiou a análise da perspectiva daqueles familiares que permanecem nos locais de partida, mais especificamente, as formas como os agricultores familiares que permanecem em Itapuranga vivenciaram os processos migratórios de seus familiares. Ao estudar o fenômeno social da migração enquanto uma experiência vivida por quem fica, no âmbito da agricultura familiar desse município, é preciso compreender, antes, a diversidade de questões que envolvem os processos migratórios, diante da realidade vivida por muitas famílias de agricultores familiares, que percebem a migração como parte integrante dos processos de reprodução social e qualidade de vida das novas gerações.

A migração aparece de forma expressiva no espaço rural de Itapuranga, de forma relacionada com as transformações sociais, econômicas e culturais advindas da expansão do capitalismo no campo. O êxodo rural de homens, mulheres e jovens que aconteceu nas últimas décadas tem impactado na dinâmica populacional do município. As famílias migram na perspectiva de proporcionar estudos para os filhos, encontrar melhores condições de vida e de trabalho, entre outros fatores, embora nem sempre esses desejos se concretizem na realidade migratória. Atualmente, a população que permanece no meio rural é formada, em grande parte, por pessoas idosas.

Nessa configuração, determinadas condições sociais favoreceram os fluxos migratórios, ao longo do tempo, no município de Itapuranga. As famílias numerosas e a pequena propriedade de terra, a mecanização dos meios de produção, a expropriação de arrendatários e meeiros, a expansão da cultura canavieira, a retirada das escolas do campo e a busca por melhores condições de vida e de trabalho favoreceram os processos migratórios no espaço rural do município, embora existam fatores particulares a cada realidade familiar. Assim, a migração surge como uma alternativa para solucionar quaisquer problemas socioeconômicos das unidades familiares, fazendo de Itapuranga o palco de constantes movimentos migratórios, quer para outras cidades, quer para outros países.

Ao longo da história, o acesso aos meios de produção, como a terra, foi dificultado aos agricultores do município de Itapuranga. A ocupação da região pelos mineiros iniciou um processo de busca por novas regiões que possibilitassem a conquista da posse da terra. As famílias de agricultores familiares lançaram mão de várias estratégias, ao longo do tempo, para garantir a sua reprodução social, como a prestação de serviços para os grandes fazendeiros da região, as relações de parceria e arrendamento e a migração de alguns membros. No entanto, quando as possibilidades de reprodução dessas famílias eram dificultadas, as mesmas saíam em busca de novas possibilidades nas regiões emergentes.

A modernização também gerou impactos na dinâmica populacional. A partir da inserção de inovações tecnológicas na produção, houve um aumento no número de migrantes, advindo da diminuição da necessidade de mão de obra. Uma das primeiras transformações oriundas desse processo foi a delimitação espacial através do cercamento dos campos. As atividades agropecuárias estavam acopladas à dinâmica de mercado, com melhoramento genético dos rebanhos, introdução de insumos e maquinários, além das pastagens cultivadas. Novas atividades agrícolas surgiram no município na segunda metade do século XX, como o cultivo de cana. A modernização também promoveu transformações em outros setores, como nos meios de transporte e de comunicação, na educação e na saúde, o que possibilitou uma aproximação maior entre o espaço rural e o urbano, difundindo os valores urbanos. Conseqüentemente, a modernização foi acompanhada de um processo de êxodo rural, que, a princípio, foi responsável pela transferência de um grande número de famílias para as cidades e outras regiões do país. Nas últimas décadas, esse processo adquiriu um caráter seletivo, envolvendo, principalmente, jovens e mulheres.

Na memória de agricultores familiares de Itapuranga, ainda permanecem vivas as lembranças dos processos migratórios de pais, filhos(as), esposos(as) e netos(as), que são caracterizados por momentos de muita emoção, sofrimento, alegrias e tristezas. Assim, ao rememorem as suas experiências, muitos agricultores ainda se emocionam ao falar da dor da partida e da saudade da ausência, originadas das migrações nacionais e internacionais. A família desempenha funções singulares e essenciais a todo o processo social da migração, seja quanto aos aspectos simbólicos e de legitimação social dos deslocamentos, seja quanto aos aspectos operativos dos fluxos. A família é uma instituição central para os migrantes, que representa afetividade e apoio. Assim, os familiares se fazem presentes antes, durante e depois da migração. Logo, o apoio familiar é essencial para processo migratório empreendido por algum parente.

As razões do migrar são bem diversas na população rural de Itapuranga. Normalmente, os migrantes seguiam rumo às cidades de Itapuranga, Anápolis, Goiânia, Brasília, bem como outros estados e países. A princípio, a migração se caracterizava pelo deslocamento de famílias inteiras para outros locais, para manter a continuidade da unidade familiar. Conseqüentemente, com as mudanças nos padrões migratórios, tem-se uma população migrante cada vez mais jovem, que não mais se identifica com os trabalhos rurais. A migração do jovem, seja para estudar, seja para novas oportunidades de trabalho, torna-se um mecanismo fundamental para um futuro melhor.

Nesse sentido, apesar das intervenções exteriores, é no âmbito familiar que a maioria dos movimentos migratórios é construído. Afinal, o porquê, como, quando e para onde migrar são respondidos nas redes de relações sociais estabelecidas no ir e vir dos migrantes. Independentemente da direção, essas redes são essenciais para consolidar os fluxos. No entanto, o fato de apoiar a migração dos familiares não é sinônimo de que a família é a favor da saída dos mesmos da unidade familiar, pois muitas são contrárias à decisão do migrar, mas, diante das limitações da pequena propriedade, não interferem na decisão tomada e não medem esforços para ajudar na realização do sonho migratório.

A representação social das migrações em torno do espaço rural remete a um ambiente de limitações, sem perspectivas de ganho pecuniário, enfim, um lugar bom para se viver, mas não para trabalhar. Nesse sentido, a busca por melhores condições de vida é uma ideia-chave para entender os motivos que levaram muitos agricultores familiares a deixar sua condição social, para se tornar trabalhadores assalariados em outros locais. Ela aparece reiteradamente nos relatos das famílias de migrantes. Existe uma fixação pela ideia de que, futuramente, as coisas podem melhorar. A repetição dessa ideia, bem como o desejo de realizá-la possivelmente estejam relacionados à exaltação da vida na cidade ou nas terras além-mar. Na verdade, o que os migrantes procuram é garantir a reprodução social de suas famílias e o direito de ter e de dar uma vida digna aos filhos e esposas(os). O único motivo pelo qual cogitam abrir mão desse sonho é a necessidade de cuidar dos pais enfermos.

A migração é uma realidade não somente no contexto estudado, mas também na vida de vários agricultores familiares brasileiros. Juntamente com os problemas econômicos vivenciados no dia a dia, como a baixa remuneração do trabalho, foram se formando, ao longo do tempo, novos padrões culturais, representados principalmente pelo avanço da tecnologia no meio rural. A figura dos centros urbanos como modernos símbolo de ascensão social e diversão passou a ser exaltada após a modernização, como forma de atrair e promover a migração, especialmente da juventude rural.

Compreende-se a migração na agricultura familiar itapuranguense como uma construção social. Ela é o resultado da decisão individual ou familiar de agricultores e é influenciada por diversos fatores estruturais e econômicos. Na sociedade rural de Itapuranga, esses agricultores familiares tomam suas decisões considerando as suas trajetórias de vida, os fatores estruturais que atuam sobre elas e suas representações sociais sobre o mundo que os cerca e sobre si mesmos. Entre elas, muitos decidem continuar rumo às fronteiras.

A migração marca a forma de viver de muitas famílias de agricultores familiares, mesmo que isso se dê de diferentes maneiras. O hábito de migrar para solucionar problemas socioeconômicos é uma questão compartilhada entre os entrevistados. Também é comum o sentimento de saudade da vida familiar já antes dos processos migratórios, por parte dos membros. A manutenção das redes familiares e o convívio com a ausência são elementos que trazem aportes da migração para o cotidiano dos agricultores familiares. Por outro lado, existem particularidades em relação à forma de viver a migração de parentes e amigos.

A maneira como a família vivencia os processos migratórios vai depender muito do que se passa no momento da migração, das condições de vida familiar, das relações afetivas, da sociabilidade e das mudanças que se dão no contexto familiar. Assim, a forma de vivenciar os processos migratórios possui particularidades relativas a quem migra e para onde se migra. Dessa forma, as migrações internacionais têm um impacto maior sobre os agricultores familiares, fato que se justifica levando em consideração a complexidade do deslocamento rumo a países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, entre outros. Geralmente, os fluxos migratórios internacionais eram realizados na ilegalidade, o que, para as famílias, era motivo de preocupação e angústia, haja vista que havia um risco presente de morte, roubo, estupro, torturas etc. Outro fator que também contribuiu para tornar esse processo ainda mais tenso é a distância existente entre o local de origem e o local de destino. Afinal, o contato físico entre os familiares quase não acontecia, a não ser nos reencontros esporádicos; para as famílias, essa falta da presença física era o mais difícil de lidar. O tempo também contribuía para tornar esse processo ainda mais angustiante, havendo famílias que ficaram dois, três, sete anos sem ver, pessoalmente, seus(suas) filhos(as), esposos(as), netos(as) e pais. A manutenção das redes familiares se dava por meio de cartas, telefonemas, *e-mails* e conversas por *Skype*, mas não era o suficiente para reparar a dor da ausência nem substituir o carinho do abraço e o afeto do beijo.

Por isso, ao analisar comparativamente as vivências dos projetos migratórios nacionais e internacionais, percebe-se que vários são os fatores que os diferenciam, mas isso não quer dizer que os familiares são mais ou menos importantes. Ambos os processos marcam

indelevelmente a vida dos migrantes e dos familiares que ficam. No que se refere a quem migra, o deslocamento, para outros estados ou para outros países, de familiares que já moravam fora da propriedade é mais fácil de ser aceito, pois a família já havia se acostumado com a ausência dentro de casa, diferentemente do que acontece em relação a filhos(as) que nunca haviam saído do convívio familiar. Portanto, a migração marca a forma de viver de muitas das famílias de agricultores familiares, mesmo que isso se dê de diferentes maneiras.

Assim, vale destacar que a migração teve um impacto no ciclo vital de todas as famílias, independentemente dos trajetos migratórios, tendo em vista que a elaboração da perda coaduna-se com o luto migratório, que repercutiu na dinâmica familiar, ora facilitando, ora prejudicando o processo de adaptação das famílias. Portanto, o processo migratório é sentido não apenas por quem parte, mas também por aqueles que permanecem, os quais são obrigados a conviver com a ausência de entes queridos no âmbito familiar e com as expectativas de reencontros. Nesse processo, as relações familiares podem ser fortalecidas ou enfraquecidas pela ausência prolongada, tudo depende da manutenção das relações através de outros meios que não o da convivialidade, principalmente no caso dos casamentos, cujo esposo emigrou e a esposa ficou, ou vice-versa. Enfim, os relatos dos agricultores familiares idosos de Itapuranga explicitam uma constante preocupação com as novas composições familiares, que podem ser causadas pela nova forma de viver a conjugalidade e as mudanças radicais na educação e criação dos filhos.

A família é um campo social no qual existe uma hierarquia entre pai, mãe e filho(a), a qual é tensionada pelos processos migratórios ao passar por uma reorganização das suas formas de constituição, emergindo tensões e conflitos. Nesse sentido, surgem novas relações entre os integrantes do núcleo familiar separados pela emigração e, conseqüentemente, novos rearranjos. Nesse sentido, durante a ausência, avós assumem o papel de pais; a esposa, o lugar do marido; os filhos mais velhos se tornam pais dos irmãos mais novos; e mães se dividem entre a função paterna e a materna, para manter a unidade familiar. Essa reorganização se faz necessária para que os objetivos migratórios se concretizem. Entretanto, essa nova estrutura familiar nem sempre conseguiu suprir a carência principalmente da figura paterna dentro do núcleo familiar, trazendo sérios problemas para a educação e formação dos filhos, em especial os adolescentes. Logo, a ausência dos pais pode gerar sentimentos de revolta e o envolvimento com atos ilícitos.

O que fica evidente é a preponderância dos riscos na busca pela realização do projeto migratório: casamentos podem ser rompidos devido a comentários, filhos podem ser deixados sob o risco de maus tratos ou podem se envolver com más companhias, esposos(as) podem

arrumar outra família no local de destino e parentes podem falecer durante o período da migração. Esses riscos associados à migração recaíam, em grande medida, justamente sobre os novos arranjos familiares e às novas relações estabelecidas. Desse modo, os planos e projetos familiares pela via da emigração colocaram em risco as relações sociais, mas foram fortes o suficiente para estimular a ação de inúmeros agricultores em Itapuranga. Contudo, as tensões geradas no seio da emigração são contrastadas e contrapostas aos casos em que os objetivos migratórios foram bem-sucedidos, nos quais a casa, o carro e a terra foram comprados, o próprio negócio foi montado e as famílias se restabeleceram em novos patamares.

Dentro da propriedade rural, também há uma nova dinamização das atividades e da organização produtiva. Um dos principais impactos dos processos migratórios consiste na redução da mão de obra, permanecendo apenas o casal de aposentados, o que vai levar a uma queda na produção ou ao fim de algumas culturas. Entretanto, ainda há um grande esforço daqueles que ficam para manter a rotina de trabalho e as unidades em todos os seus aspectos. Assim, a alta carga de trabalho, conjugada à idade avançada dos agricultores, impactou na saúde de muitos deles, que desenvolveram algumas doenças ou tiveram agravadas as já existentes, como o diabetes e a pressão alta. A preocupação excessiva, a tristeza, a angústia e o medo são alguns dos sentimentos que também contribuíram para a alteração do quadro de saúde de pais, filhos(as) e esposas(os). Além da saúde física, muitos familiares também desenvolveram problemas psíquicos, entre eles a depressão.

A agricultura familiar itapuranguense é uma das responsáveis pela maior parte dos estabelecimentos agropecuários do estado de Goiás. Essa formação fundiária basicamente se deu por meio do processo de divisão de terras entre as famílias numerosas. A reprodução social da agricultura familiar foi, ao longo do tempo, garantida por meio do repasse de saberes e de meios de produção no interior das famílias e entre as gerações. Dessa forma, o seguimento dos estabelecimentos agropecuários familiares se dava por meio da formação de novos agricultores e novas agricultoras no âmbito familiar.

No entanto, nas últimas décadas, tem-se presenciado a saída constante de jovens rurais, que empreendem migrações nacionais e internacionais, na busca de novas perspectivas de vida. Em contrapartida, tais migrações têm afetado o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que os jovens não se identificam mais com o trabalho no campo, o que tem levado a uma crise da reprodução social dos empreendimentos familiares, assim como ao envelhecimento da população rural. Embora essa situação traga preocupações para os

agricultores familiares, a tendência futura dessas propriedades é serem vendidas para pessoas de fora da família ou tornarem-se fontes de lazer ou aconchego durante a velhice.

Na contemporaneidade do meio rural, percebe-se a existência de novas identidades rurais. No retorno das migrações internacionais, observa-se que é estabelecida uma nova relação com a terra, que deixa de cumprir a sua função social de produção de alimentos, para assumir uma nova característica, que seria o rural como fonte lazer. Nessa perspectiva, percebe-se que os migrantes retornados procuram adquirir pequenos lotes de terra ou até mesmo assumir a propriedade dos pais, tornando-o um local de descanso, muitas vezes, na velhice. É sabido que essa é uma questão complexa e que, irremediavelmente, traz apreensão tanto para a sociedade quanto para os próprios agricultores, pois ambos se veem diante de um futuro de incertezas, principalmente no que se refere à reprodução das novas gerações de agricultores.

Algumas das transformações ocasionadas pelos processos migratórios aconteceram em um passado recente e ainda estão em processo no meio rural de Itapuranga, como é o caso da permanência apenas do casal de idosos nas unidades familiares, estando a maioria dos filhos vivendo nos grandes centros urbanos. Assim, a realidade vivida por essas famílias rurais passa a exigir delas uma nova postura, que vai redefinindo uma “nova cultura” de formação dos(as) filhos(as) e dos(as) netos(as) e também novas formas de sociabilidade, que se distanciam cada vez mais da realidade vivida pelos pais. Todavia, ainda permanece uma forte tendência migratória, pois, na concepção dos pais, a partir de sua experiência de vida, o rural não é mais lugar para os filhos. Em meio a um contexto de privações e trabalho árduo, muitos pais não querem que seus filhos reproduzam seu modo de vida, incentivando-os a buscar nas cidades uma vida digna, com estudo, trabalho e salário.

Dessa forma, as concepções de família e as relações conjugais vêm mudando nas últimas décadas no espaço rural itapuranguense. As moradias rurais que se caracterizavam pela grande quantidade de filhos, por vezes, restringem-se a apenas um filho e seus pais ou a um casal de aposentados. Essa mudança estrutural vem acompanhada também de uma alteração nas relações pessoais e produtivas das propriedades. Tais situações são justificadas pelos agricultores familiares como uma resposta à intensificação dos movimentos migratórios no âmbito local, que surgem como uma alternativa para a conquista de melhores condições de vida.

Todavia, as experiências vividas pelas famílias não são iguais e, historicamente, os processos migratórios se assemelham num contexto comum. Nesse sentido, para amenizar a dor da perda temporária de um ente querido, muitas famílias recorreram a mecanismos para

auxiliar nesse processo, como a dedicação ao trabalho, o apego excessivo a alguns membros da família que permaneceram, os passeios para visitar outros parentes em diversos locais da região, as conversas por telefone ou internet e os reencontros com os parentes migrantes, tanto no Brasil como no exterior. Assim, há um dilema que caracteriza a migração para as famílias, uma vez que possui um lado negativo e um lado positivo. O sofrimento, a tristeza, a ausência e a distância são alguns dos elementos negativos desse processo. Já as lembranças do convívio familiar e social, o retorno, os reencontros e a realização pessoal e profissional dos familiares migrantes são elementos que trazem conforto e alegria.

Existem algumas características que são compartilhadas pelas famílias de migrantes, como a dor da saudade, as lágrimas da partida, a emoção dos reencontros, o sonho do retorno, além do desejo da realização dos objetivos migratórios. Essas semelhanças proporcionam a construção de uma identidade familiar migrante, a qual se dá a partir de um processo de identificação no qual são considerados os fatores relacionados à família, ao trabalho, à propriedade e às relações estabelecidas entre os que partem e os que ficam. Os depoimentos dos agricultores familiares de Itapuranga demonstram que a distância existente entre os locais de origem e os locais de destino era constantemente atenuada por cartas, fotos, *e-mails*, telefonemas, mantendo-se, assim, os laços entre aqueles que partiram e os que permaneceram, por meio de uma comunicação regular entre os parentes, que ressignificam os laços familiares e os atualizam por meio desses rituais e lembranças.

As emoções vividas, os momentos perdidos e as privações sofridas compuseram o dia a dia dos familiares que permaneceram no meio rural de Itapuranga. Entretanto, todos esses elementos são minimizados diante da alegria de rever e ter novamente o seu ente querido no convívio familiar. Logo, o retorno é o elo que une novamente relações que foram rompidas pelo sonho migratório de melhores condições de vida, não mais possíveis dentro da propriedade rural. Todavia, no decorrer dos projetos migratórios, o casamento, o nascimento de filhos, o emprego registrado e a dupla cidadania em terras estrangeiras são situações que tornam definitivas as migrações temporárias. Tais condições, no entanto, facilitam a aceitação e confortam as famílias que esperavam ansiosamente o reencontro com seus familiares. Ainda hoje, elas rememoram com saudades e lágrimas a ausência de familiares que se mudaram para outros locais, as diversas visitas de familiares confortavelmente estabelecidos em outros países e a dor latente de vê-los partir para não mais voltar.

É importante destacar também que a experiência migratória coloca os agricultores familiares num processo de tradução de culturas, de vivência entre dois lugares, dois espaços e duas temporalidades – aqui e lá –, de reencontros e de readaptações e suscita a questão dos

arranjos familiares e afetivos, evidenciando que a migração significa, para as pessoas envolvidas no processo, experimentar um singular campo social – um campo de relações, emoções e sensações transnacionalizadas.

A migração, mesmo sendo um processo doloroso para a família e para o migrante, como relatam os agricultores familiares, ainda é uma estratégia de reprodução social utilizada por muitos homens, mulheres e jovens no município de Itapuranga. Com o dinheiro ganho, é possível suprir muitas necessidades individuais e familiares, o que supostamente não aconteceria se tivessem permanecido nas propriedades rurais do município. Com maior ou menor ênfase, alguns familiares demonstram orgulhosamente o sucesso do(a) filho(a), do(a) esposo(a), pais ou mães, fazendo dos relatos um testemunho desse bem-estar.

Enfim, há um conjunto amplo e variado de situações que acabam criando a realidade da migração enquanto uma experiência vivida por quem permaneceu em Itapuranga. As situações são variadas e complexas, mas possuem algumas características singulares a cada unidade familiar. As situações específicas revelam diferenciações, vínculos, integrações, sofrimentos e enfrentamentos, o que demonstra que as famílias passam a ser sujeitos de múltiplas relações sociais. Muitos dos familiares vão e outros voltam, muitos dos que voltaram retornam novamente, enquanto outros não retornam mais. Assim, as vivências migratórias vão se alimentando por múltiplos fatores e heterogeneidades.

Em suma, o presente trabalho abordou um tema complexo. Para dar continuidade a essa linha de pesquisa, faz-se necessária a realização de estudos aprofundados sobre o retorno dos migrantes na agricultura familiar da região, bem como as percepções deles em relação ao futuro das propriedades rurais. Também é relevante a realização de uma investigação sobre as vivências da velhice dos agricultores familiares. Outra possibilidade de pesquisa é atentar para a migração das mulheres, principalmente jovens rurais, o que tem acarretado na masculinização da população rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos as novas exigências conceituais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, XXVIII, 2011, Recife, PE. **Anais...** Recife, PE: UFPE, 2011. p. 26-39.

AMORIM, A. A Contribuição da categoria de *habitus* para a reflexão sobre a migração internacional. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ASSIS, G. O. Estar aqui... Estar lá: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: SALES, T.; REIS, R. R. (Orgs.). **Cenas de um Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSIS, G. O. Rupturas e permanências: a emigração de brasileiros para os EUA e as transformações nas relações familiares e de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, XXIV, 2000, Petrópolis-RJ. **Anais...** Petrópolis, RJ: ANPOCS, 2000. p. 1-20.

ASSIS, G. O. **De Criciúma para o mundo**: rearranjos familiares de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. Campinas. 2004. 325 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. B. de. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiрус, 1996.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BRANDÃO, C. R. Parentes e parceiros: relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás. In: ALMEIDA, S. K. *et al.* **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas, SP: Editora Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C. R. **Campesinato goiano**: três estudos. Goiânia: UFG, 1986.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=25/07/2006>> Acesso em: 05 abr. 2014.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição de um novo padrão migratório? In: CARDEAL, A. (Org.). **Transições migratórias**. IPLANCE, 2002.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CALVO, V. G. El duelo Migratório. **Revista Del Departamento de Trabajo Social**, Colombia, n. 7, p. 77-97, 2005.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/carne.rtf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

CARVALHO, S. P. **Agricultura familiar e agroindústria canavieira**: integrações e contradições. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, 2008.

CAVALCANTE, M. A. M.; SILVA, V. As Identidades juvenis rurais nos trânsitos migratórios. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA – ALAS, XXIX, 2013, Santiago-Chile. **Anais...** Santiago: ALAS, 2013. p. 1-14.

COVER, M. **O tranco da roça e a vida no barraco**: um estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. João Pessoa: UFPB, 2011.

CUNHA, J. M. P. Migração do Centro-Oeste brasileiro: as tendências e características do período 1986/96. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: NEPO, 2002.

DEBIAGGI, S. D. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (Org.). **Psicologia, imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FAZITO, D. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do retorno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 89-100, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n72/v25n72a07.pdf>>. Acesso em: out. 2014.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FONTES, P. R. R. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. 412 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FUSCO, W. Redes Sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações Internacionais**: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.

FUSCO, W.; SOUCHAUD, S. De volta para casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. **Confins**, São Paulo, n. 9, p. 1-23, jul. 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6469>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

GARCIA JR, A. R. **O sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Editora Marco Zero: Universidade de Brasília e CNPq, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, A. J. Migrações internas: evoluções e desafios. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 173-184, dez. 2001.

GRAZIANO, J. S. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

IBGE. **Censo 2010 Goiás. Código do município**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/.../censo2010/.../totalpopulacao_goiias.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2014a.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/amostra/>>. Acesso em: 13 out. 2014b.

IBGE. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_4.pdf>. Acesso em: 13 out. 2014.

IMB- Instituto Mauro Borges. **Informações Municipais**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

INCRA. **Retrato da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

LOPES, J. B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1971.

MACHADO, I. J. R. Laços de sangue e fluxo de dinheiro: notas sobre o parente ausente no contexto migratório transnacional Portugal/Governador Valadares. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25, 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia, 2006. p. 1-27. CD-ROM.

MACHADO, I. J. R.; Reis, E. S. Algumas conclusões acerca do fluxo de valadarenses para Portugal. **Teoria e Pesquisa**, São Paulo, vol. 16, n. 1, p. 153-166, jan./jun. 2007.

MACHADO I. J. R.; STABELINI, F. Remessas como relações: reflexões não economicistas sobre a circulação de remessas entre famílias transnacionais. In: CONGRESSO DA REDGOB, VI, 2008, Lisboa. **Anais...** Lisboa: REDGOB, 2008. p. 1-25.

MACHADO, I. J. R. Interação das fronteiras e o ponto de vista etnográfico: dinâmicas migratórias crescentes em Governador Valadares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 167-187, jan./jun. 2009a.

MACHADO, I. J. R. O Ponto de vista das famílias: etnografia sobre os emigrantes internacionais valadarenses (Brasil). In: PADILHA, B.; XAVIER, M. (Org.). **Revista Migrações**, Lisboa, n. 5, p. 155-168, out. 2009b.

MACHADO, I. J. R. Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, vol. 14, n. 1, p. 5-26, fev. 2010. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/140>; DOI: 10.4000/etnografica.140. Acesso em: 14 nov. 2014.

MARIN, J. O. B. Em marcha para Oeste: travessias de camponeses. In: MARIN, J. O. B.; NEVES, D. P. (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, J. M. F.; MALAGODI, E. A. A migração temporária como estratégia de reprodução social de famílias camponesas: um estudo no sertão do estado da Paraíba. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFCG, VII, 2010, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFCG, 2010. p. 1-20.

MATOS, G. R. **Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga** – GO. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MELLO, M. A. *et al.* Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF, 2003. p. 1-14. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

MELLO, M. A. Transformações sociais recentes no espaço rural do oeste de Santa Catarina: migração, sucessão e celibato. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIV, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFF, 2006. p. 1-18.

MENDONÇA, K. F. C.; RIBEIRO, A. E. M.; GALIZONI, F. M. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVI, 2008, Caxambu/ MG. **Anais...** Caxambu/MG, 2008. p. 1-20.

MENEZES, I. G. Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do urbano no imaginário de jovens rurais. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP, v. 3, n. 1, p. 24-38, maio 2009. Disponível em <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 03 set. 2014.

MENEZES, M. A. de. “**Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba**”: migração, família e reprodução da força de trabalho. 1985. Tese (mestrado) — Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MENEZES, M. A. de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

MENEZES, M. A. de. Família, juventude e migrações. **Revista Antropológicas**, Recife, v.23(1), n. 16, p. 113-136, 2012a.

MENEZES, M. A. de. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012b.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MIZIARA, F.; FERREIRA, N. C. Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no estado de Goiás: subsídios à política ambiental. In: FERREIRA, L. G. (Org.). **A encruzilhada socioambiental: biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado**. Goiânia: Canone/CEGRAF-UFG, 2008.

NEVES, D. P. **Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos agricultores ao capital**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 211-270, 2007.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 3. ed. São Paulo: Seleções Cebrap, 1977.

OLIVEIRA, S. P. Sem lenço, sem documento: brasileiros não documentados em Portugal. In: MACHADO, I. J. R. (Org.). **Um mar de identidades: a imigração brasileira para Portugal**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

OSMAN, S. A. O retorno na comunidade Líbano-brasileira: experiências migratórias e história oral de vida. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, V, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas/SP: ABEP, 2007. p. 1-26.

PATARRA, N. L. **Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

PEREIRA, S.; SIQUEIRA, S. O papel do retorno na migração internacional brasileira: evidência da Europa e Estados Unidos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS: TRANSFORMAÇÕES NA POPULAÇÃO BRASILEIRA: COMPLEXIDADES, INCERTEZAS E PERSPECTIVAS, XVIII, 2012, Águas de Lindóia/SP. **Anais...** Águas de Lindóia/SP: ABEP, 2012. p. 1 – 17.

PRADO, L. A. **Expansão da fronteira e mudanças do uso do solo em Goiás**. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1963.

SALES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SALES, T.; LOUREIRO, M. Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 217-239, jul./dez. 2004.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. Esp., p. 7-32, jan. 2000.

SEPLAN/SEPIN. **Goiás em Dados 2005** /Secretariado Planejamento e Desenvolvimento; Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: SEPLAN, 2005. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.20, p. 60-70, maio/jun./jul.ago. 2002.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. In: SILVA, M A. M. (Coord.). **Migrar é preciso**. Caetité/BA: Pastoral dos Migrantes, Diocese de Caetité/BA, 1997.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. de. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Brasília: Nead, 2006. Disponível em: http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_ve_lhas_e_novas_questoes.pdf. Acesso em: 03 jun. 2014.

SILVA, M. A. M.; MELO, B. M. Desenhos e mapas: uma contribuição aos estudos migratórios. **Revista Espaço Plural**, Paraná, v. 10, n. 20, p. 41-51, 1 sem. 2009.

SILVA, S. R. A.; MENEZES, M. A. de. Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco. **Resgate**, Campinas-SP, vol. 20, n. 24, p. 25-35, jul./dez. 2012.

SILVA, V. M. **Trabalhadores rurais de Itapuranga**: experiências da resistência e organização 1970-1980. 2001. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

SILVA, V. M. **Itapuranga e a (re) invenção da história**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

SILVA, V. M.; PINHEIRO, C. T. **Itapuranga**: representação do nosso passado. 2009. Disponível em: <www.itapuranga.go.gov.br/historico>. Acesso em: 05 abr. 2014.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Brasília: Epagri: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SIQUEIRA, S. **Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares**: sonhos e frustrações no retorno. 2006. 200 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

SIQUEIRA, S. Emigração internacional e o retorno à terra natal: realizações e frustrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EMIGRAÇÃO, XV, 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: ABEP, 2007a. p. 1-19.

SIQUEIRA, S. O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA. **Revista Nuevo Mundo, Mundos nuevos**, v. 7, p. 21, jun. 2007b. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index5973.html>. Acesso em: 24 out. 2014.

SIQUEIRA, S. Mobilidade social: análise comparativa do retorno de brasileiros dos EUA e Portugal. In: PADILLA, B.; XAVIER, M. (Org.). **Revista Migrações**, Lisboa, v. 9, n. 5, p. 135-154, 10 out. 2009a.

SIQUEIRA, S. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno Brasil-Estados Unidos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009b.

TEDESCO, J. C. Nada é como era antes: processos sócio-culturais nos locais de origem de fluxos migratórios para a Itália. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 190-207, Jul. 2013.

TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.; BAENINGER, R. (Orgs.). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Velho, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidades. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, k. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990.

YAMAUIE, T. L. Dívida e ilegalidade no contexto migratório: uma etnografia em Governador Valadares. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26, 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: Seguro: RBA, 2008. p. 1-25.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

Roteiro de questões para entrevistas semiestruturadas com familiares de migrantes.

Objetivo: Analisar as trajetórias dos processos migratórios como experiência vivida pelas famílias que permanecem em Itapuranga/GO.

Projeto de Dissertação: Migrações rurais e Agricultura Familiar

Instituição de fomento: CAPES/FAPERGS

Mestranda: Flávia Sousa Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Instrumento de coleta de dados: entrevista semiestruturada

ROTEIRO TIPO I

FAMILIARES DOS MIGRANTES – MIGRAÇÕES NACIONAIS

Identificação do questionário

Número: _____ Entrevistado: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Entrevistador: _____ Endereço: _____

1. Apresentação

1. Você poderia se apresentar brevemente?

2. Pré-migração

1. Como era a vida da sua família em Itapuranga no contexto das décadas de 1960 a 1980?
2. O que produziam?
3. Quantas pessoas da família migraram? E para onde?
4. Em que ano ele (a) decidiu mudar para a cidade ou para outras regiões?
5. O que levou ele (a) a mudar de Itapuranga?

6. Como foi o processo de tomada de decisão?
7. Ele (a) tinha terra em Itapuranga?
8. Quais as providências adotadas para sair de Itapuranga?
9. Quais os desejos, sonhos, expectativas em relação a essa mudança?
10. O que chamou a atenção dele (a) no lugar de destino? Havia alguém esperando por ele (a) lá?
11. Como ficaram sabendo das oportunidades em Mato Grosso e no Pará?

3. Migração

1. Qual é o sentimento da partida?
2. Ele migrou sozinho?

4. Pós-migração

1. Como foi depois que ele (a) chegou lá?
2. Quais as principais dificuldades que ele (a) sentiu?
3. Ele (a) recebeu ajuda de alguém?
4. Ele comprou terra?
5. A vida dele (a) melhorou?
6. Valeu a pena sair de Itapuranga?
7. Foi difícil recomeçar a vida no lugar de destino?
8. Vocês receberam alguma ajuda financeira dele (a)?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

Roteiro de questões para entrevistas semiestruturadas com familiares de migrantes.

Objetivo: Analisar as trajetórias dos processos migratórios como experiência vivida pelas famílias que permanecem em Itapuranga/GO.

Projeto de Dissertação: Migrações Rurais e Agricultura Familiar

Instituição de fomento: CAPES/FAPERGS

Mestranda: Flávia Sousa Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Instrumento de coleta de dados: entrevista semiestruturada

ROTEIRO TIPO II

FAMILIARES DOS MIGRANTES – MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Identificação do questionário

Número: _____ Entrevistado: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Entrevistador: _____ Endereço: _____

1. Apresentação

1. Você poderia se apresentar brevemente?

2. Pré-migração

1. É agricultor? A quais atividades se dedica? Qual o tamanho da propriedade?
2. Além de seu familiar, você conhece outras pessoas que migraram para o exterior?
3. Por que o seu familiar migrou para o exterior?
4. O que você achou da decisão dele? Se dependesse de você ele teria partido? Por quê?
5. Você se lembra do período anterior à partida dele? O que aconteceu e como foi?

3. Migração

1. Como foi a partida de seu familiar?

4. Pós-migração

1. Como ficou a atividade agrícola sem este membro da família?
2. E a família em si, o que mudou com a partida dele? Como essa ausência está sendo enfrentada?
3. Como fazem para manter contato? O que ele conta de lá?
4. Você acha que ele está melhor lá do que estaria aqui?
5. Você sente alguma mudança nele em comparação a como era antes de partir?
6. Você espera/acredita que um dia ele retorne ao Brasil? Se isso acontecer, como você imagina que irá ser?
7. Há o envio de recursos financeiros para a aquisição patrimoniais ou outros investimentos?

5. Retorno

1. O que levou ele (a) a retornar para o Brasil?
2. Onde reside atualmente? E trabalha em quê?
3. Como foi o processo de adaptação a nova realidade?
4. Conseguiu realizar os seus objetivos migratórios?

6. Futuro

1. Qual o futuro da propriedade?
2. Quem vai assumir e levar adiante essa propriedade?

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Informantes-chave

Objetivo:

Analisar as trajetórias dos processos migratórios como experiência vivida pelas famílias que permanecem em Itapuranga/GO.

Projeto de Dissertação: Migrações Rurais e Agricultura Familiar

Instituição de fomento: CAPES/FAPERGS

Mestranda: Flávia Sousa Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Instrumento de coleta de dados: entrevista semiestruturada

<p>ROTEIRO TIPO III</p> <p>INFORMANTES-CHAVE</p>

Identificação do questionário

Número: _____ Entrevistado: _____

Representação/Instituição: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Entrevistador: _____ Endereço: _____

1. Você poderia se apresentar brevemente (nome, idade, profissão, há quanto tempo vive em Itapuranga, etc.)?
2. Como era a agricultura e o meio rural de Itapuranga antigamente (a partir da década de 1960) e como é hoje em dia? O que mudou? O que permaneceu?
3. No que se refere às migrações da população rural, como estas eram antigamente e como são hoje em dia? Você poderia fazer um panorama histórico desde a década de 1960 até os dias

atuais focando em quesitos como os motivos dessas migrações, os principais segmentos populacionais migrantes, os rumos e destinos dos migrantes e as implicações destas para o meio rural?

4. Você acha que existe alguma relação entre o avanço do agronegócio e estes processos migratórios?

5. E no que se refere à juventude rural, como eram os jovens rurais do passado e como são os jovens rurais do presente?

6. Frente ao envelhecimento populacional do meio rural, na sua concepção, qual é o futuro das propriedades rurais?

7. E no que tange especificamente às migrações de jovens rurais para o exterior, como você visualiza esse processo em Itapuranga (quando começou, o porquê, quais os principais destinos, o que aconteceu com as famílias que ficaram no Brasil, houve retorno, para onde retornaram)?

8. Você acha que essas migrações da população rural, sejam para o urbano, para outros estados ou até para outros países, são um problema social? Por quê?

9. Você conhece muitos desses migrantes, independente do destino?

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ESCOLA DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisa

Migrações rurais e agricultura familiar: uma análise no município de Itapuranga/GO.

Coordenação

Trabalho de dissertação de Mestrado da aluna Flávia Sousa Oliveira sob orientação do professor Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Natureza da pesquisa

Você está convidado a participar de uma entrevista de pesquisa que tem como finalidade investigar como as famílias do município de Itapuranga/GO vivenciam os processos migratórios de entes queridos.

Participantes da pesquisa

Um grupo de 10 a 15 famílias e aproximadamente 5 informantes-chave.

Envolvimento na pesquisa

A pesquisa apenas envolve a entrevista. Caso seja necessário, mais uma entrevista poderá ser realizada, se você estiver disponível. Você tem liberdade de solicitar que sua entrevista não seja utilizada, bem como de responder apenas o que quiser.

Sempre que quiser poderá solicitar mais informações acerca da pesquisa. Para isto entre em contato com o entrevistador pelo fone: (62) 9938 1395 ou pelo correio eletrônico: flaviasousa-oliveira@hotmail.com.

Riscos e desconfortos

Não há nenhum risco envolvido na participação nessa entrevista. Caso alguma pergunta seja desconfortável, você tem todo direito de encerrar a entrevista ou de não responder à pergunta.

Confidencialidade

Todas as informações obtidas nessa entrevista são estritamente confidenciais. Utilizaremos apenas o sobrenome da família. Somente o pesquisador e seu grupo de pesquisa terão a íntegra das transcrições.

Benefício

Participando da pesquisa você não terá nenhum benefício direto. No entanto, esperamos que esse estudo nos dê informações importantes a respeito das experiências familiares envolvidas nos processos migratórios e que então novas pesquisas mais específicas possam ser desenvolvidas a partir desses primeiros indicadores.

Pagamento

Você não terá nenhum tipo de remuneração por participar dessa pesquisa. Tampouco os pesquisadores serão remunerados. Caso tenha interesse, você poderá nos contatar para ter acesso à íntegra da dissertação de mestrado que nos ajudou a construir.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Nome do participante

Pesquisadora do projeto

Local e data